

Abril 2020

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos Chinesa em Angola](#)
12. [Covid-19](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, O PAÍS, Economia e Finanças, Expansão, Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 Carolina Cerqueira: Dinheiro antes usado para guerra é agora para o combate à pobreza	6
1.2 Famílias carenciadas no país beneficiam de cesta básica	7
1.3 Mais de 27 mil pessoas precisam de ajuda alimentar	8
1.4 "Há jovens que agem pior que os velhos e têm práticas refinadas de corrupção"	9
1.5 "Tivemos muito tempo e dinheiro para promover a diversificação da economia desde 2004	10
1.6 Valor das remessas para África desce 23,1 por cento este ano	11
1.7 Parlamento subsídio «polémico» pagaria oito meses de PIIM	12
1.8 Famílias vulneráveis estão a receber bens alimentares	13
2. MICROFINANÇAS	14
2.1 Prodesi: 54 produtos têm crédito nos bancos comerciais	14
2.2 FACRA disponibiliza 7 mil milhões de kwanza	15
3. MERCADO INFORMAL	16
3.1 Mercados encerrados por falta de higiene	16
3.2 Carton	16
3.3 Covid-19: Empregadas domésticas estão a ser obrigadas a trabalhar	16
3.4 Covid-19: Governadora desaconselha taxistas a exercerem actividade	17
3.5 Covid-19: Mercados obedecem horário estipulado na quarentena	17
3.6 Mercado da Quissala encerrado desde sábado	18
3.7 Luanda: Mercado do peixe alvo de restrições	18
3.8 Associação de projectistas propõe mudanças nos mercados informais	19
3.9 Clientes reclamam dos preços altos	20
3.10 E foram todos aos Kwanzas...	20
3.11 Estado de Emergência violado no Panguíla	22
3.12 Lavatórios comunitários instalados nos mercados	23
3.13 Distrito da Camama	23
3.14 Continuam a desordem e a falta de higiene nos mercados de Luanda	24
3.15 Mercado funciona fora do "30"	25
3.16 Mercado da Mabunda reabre apenas para venda de peixe	26
3.17 Cantinas de Luanda registam escassez de bens de consumo	27
3.18 Consumo «Hoje com 10 mil já não se consegue comprar muita coisa)	28
3.19 Mercados informais «abraçam» prevenção aos poucos	29
3.20 Mercados reabrem no final do mês	30
3.21 Preços mais controlados nos mercados informais	30
3.22 Ambulantes insistem em desobedecer	31
3.23 Mercados em Cacuaco permanecem encerrados	31
3.24 Covid-19: Quitandeiros pedem mais horas para venda	33
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	35
4.1 AN aprovou orçamento «irrisório» de 34 mil milhões Kz	35
4.2 Regime dos duodécimos segura OGE	35
4.3 Revisão do OGE 2020 será concluída em Junho	36
4.4 ADRA e OPSA defendem auditoria às contas da Assembleia Nacional	38

4.5	ONU a favor da revisão do OGE 2020 para alinhar economia	39
4.6	32 Mil milhões são para projetos sociais	39

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 41

5.1	UNITA acredita em eleições autárquicas ainda neste ano	41
5.2	Cooperação bilateral vai responder aos desafios das autarquias	42
5.3	Municípios acusam Administração do Rangel de desviar donativos	42
5.4	Proposta de exclusão de municípios é o «calcanhar de Aquiles» para as autarquias locais	43
5.5	Autarquias vão poder celebrar acordos entre si	44
5.6	Parlamento está a caminhar muito bem” para o Poder Local	45
5.7	Parlamento vota Estatuto dos Órgãos autárquicos	45
5.8	Comissão Interministerial coordena execução do PIIM	46
5.9	Membros das assembleias municipais podem exercer actividade remunerada	47
5.10	O pacote legislativo autárquico e a descentralização administrativa	48
5.11	34 Mil milhões de kwanzas são para projetos sociais	49

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 51

6.1	População da periferia ignora medidas	51
6.2	Mais de 90% por cento das imobiliárias estão em risco de falência técnica	51
6.3	“Urbanização Boavida consumiu mais de 100 milhões de dólares de investimento”	52
6.4	32 Edifícios do Kilamba privados de energia devido à vandalização	53
6.5	BNA «corta» volume de «imóveis» incorporados nos fundos próprios dos bancos	53
6.6	O perigo está sempre à espreita	54
6.7	Imposto Predial Urbano é pago até final de Outubro	54
6.8	Prazo de pagamento das casas pode ser alargado	55
6.9	Alterações feitas às habitações são um desperdício financeiro	56
6.10	Populares invadem casas desocupadas há 10 anos	56

7. TERRA 58

8. SERVIÇOS BÁSICOS 58

8.1	Governo reforça distribuição de água à cidade de Ndalatando	58
8.2	Camiões-cisterna levam água às zonas críticas	58
8.3	Falta de água em Luanda coloca em risco vida de milhares	59
8.4	Proibido o corte de água e de energia eléctrica	59
8.5	Covid-19: Água potável gratuita nos bairros periféricos	59
8.6	Ministro avalia qualidade do produto em Luanda	60
8.7	Refriango mantém linha de produção	61
8.8	Serviços de água e energia sem restrições na cidade do Dundo	61
8.9	Energia e água com restrições	62
8.10	Dívida do consumo de água é de 35 milhões de kwanzas	62
8.11	Empresários apoiam distribuição em Malanje	63
8.12	Distribuição gratuita de água tem' recebido reclamações	63
8.13	Lavatórios comunitários instalados nos mercados	64
8.14	Morrer de sede em casa ou com Covid-19 na rua	65
8.15	População da periferia ignora medidas	65
8.16	Vários municípios do Cuanza-Norte com insuficiente distribuição de água	66
8.17	EPAL leva água potável a milhares de residências em Luanda	68
8.18	Governo distribui água gratuita nos bairros periféricos de Ondjiva	69
8.19	Mais de 24 milhões de litros de água distribuídos às populações	69
8.20	A distribuição de água	69

8.21	População de Ndalatando usa água das cacimbas para a higienização	70
8.22	Uíge: População da aldeia Kibianga deixa de consumir água do rio	71
8.23	Luanda: Falta de água expõe moradores a perigos	72
8.24	Mais de 160 mil pessoas recebem água gratuita	74
8.25	Água gratuita chega aos bairros periféricos	75
8.26	Água potável chega a 30 mil famílias	75
8.27	Lunda-Norte: Motos-cisterna levam água às populações	76
8.28	Empresa vai transformar resíduos em matéria-prima	76
8.29	ELISAL preparada para o combate à pandemia	77
8.30	Roteiro de uma “catadora” de lixo	78
8.31	Valas de drenagem continuam a ser um problema na capital	79
8.32	Administrador promete combate cerrado ao lixo	80
8.33	Luanda: “Todas as obras de saneamento construídas em Luanda estão erradas”	80

9. GÉNERO E VIOLENCIA 83

10. AMBIENTE 83

10.1	Cuanza-Norte: Fortes chuva fazem dois mortos e deixa mil pessoas ao relento	83
10.2	Danos causados pela chuva narrados na primeira pessoa	83
10.3	Chuva: estragos e uma Luanda debaixo de água	84
10.4	Chuvas causam onze mortes e 1.945 casas inundadas	85
10.5	Governo interdita transporte ilegal de madeira	86
10.6	Quando a chuva cai no Distrito do Kima Kieza	87
10.7	Polícia apreende camiões carregados de madeira	87
10.8	Ravina dificulta circulação nas imediações do 11 de Novembro	88

11. EXPLORAÇÃO MINEIRA 90

12. MIGRAÇÃO 90

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA 90

13.1	«Os chineses também fazem obras para os Estados Unidos, Europa, mas elas 'duram»	90
13.2	Empresas chinesas em Angola com perdas de 500 milhões de dólares	92
13.3	Covid-19: EUA dizem que África deve pedir alívio da dívida à China	93

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Carolina Cerqueira: Dinheiro antes usado para guerra é agora para o combate à pobreza

Jornal de Angola

4 De Abril de 2020

Texto: César Esteves

Os recursos financeiros anteriormente alocados em despesas relacionadas com a guerra, que imperou no país durante anos, servem, hoje, para suprir necessidades nos sectores da Educação, Saúde, Habitação e no combate à pobreza afirmou a ministra de Estado para a Área Social.

Ao discursar por ocasião do Dia da Paz e da Reconciliação Nacional, ontem assinalado, Carolina Cerqueira ressaltou que a aposta no desenvolvimento humano, enquanto elemento de base da igualdade, justiça e factor de reconciliação, reconstrução, unidade e coesão entre os angolanos, após o fim da guerra, foi das metas que o Governo se predispôs cumprir. Isso “veio mostrar a intenção governamental em priorizar a paz social”, salientou a ministra.

A governante disse ser, igualmente, prioridade do Executivo continuar a desenvolver esforços para a “inclusão produtiva”, através do incentivo à produção agrícola, pesca, indústria e ao comércio, que, numa aliança com o turismo, podem garantir mais acesso ao emprego, sobretudo dos jovens.

Carolina Cerqueira salientou ser neste quadro que surge o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), lançado no ano passado, para exaltar as potencialidades locais e promover a inclusão social nos municípios.

A ministra de Estado garantiu que o PIIM vai contribuir, decisivamente, para a diminuição das assimetrias regionais e no combate à pobreza, que, sublinhou, vão confirmar os esforços do Executivo quanto ao compromisso com uma cultura de paz, integração e coesão social. Segundo Carolina Cerqueira, constitui, igualmente, valor acrescido, neste processo, o programa das transferências monetárias, projecto que o Executivo está a levar a cabo, para permitir a inclusão social de 14 mil famílias nas diversas regiões do país.

“Está previsto, para o mês em curso, o pagamento de dois meses para apoiar a nutrição das crianças e os encargos familiares, essencialmente em serviço de saúde e de educação”, garantiu. Carolina Cerqueira lembrou que Angola vive, hoje, momentos de paz social, com as instituições a democratizarem-se, depois de um longo período de guerra e instabilidade. Para manter este quadro disse ser necessário continuar a inculcar o sentimento patriótico nas crianças e nos jovens, a fim de os mesmos “amarem mais a Pátria e demonstrarem respeito e carinho por ela e pelos demais filhos dessa terra”. A ministra defendeu, igualmente, que o respeito pelas instituições do Estado deve passar a constar dos programas escolares, ao lado do conhecimento e do respeito pelos símbolos nacionais.

Carolina Cerqueira disse, também, que as novas gerações têm de continuar a assimilar valores, como a dignidade, respeito pela diferença, tolerância, solidariedade, liberdade, justiça e tradição. “Os mais velhos devem voltar a ser uma instituição de respeito e de consideração, não apenas no meio rural, mas, também, nas cidades”, defendeu.

Relativamente à efeméride, a ministra de Estado para a Área Social recordou que assinala o final de um longo conflito armado que opôs irmãos durante longos e sofridos anos. “Nesta data, que representa uma nova etapa na História recente do país, deve recordar-se as lições do passado, que devem servir de exemplo para não se repetirem os mesmos erros”, advogou.

Carolina Cerqueira disse ser importante enaltecer os feitos heróicos dos angolanos, devendo a juventude ser pioneira nas acções a desenvolver para a consolidação da paz e desenvolvimento humano sustentável num clima de justiça social.

Solidariedade às vítimas

Carolina Cerqueira expressou, na ocasião, em nome do Executivo, solidariedade para com as famílias que perderam ente-queridos, vítimas da Covid-19. “Estamos desolados pela perda dessas vidas humanas e entendemos que, neste momento, devemos estender as nossas condolências às famílias enlutadas”, salientou.

Aos doentes da Covid-19, desejou rápidas melhoras e muita coragem, para enfrentarem os desafios que estes dias difíceis exigem de todos.

Antes de fazer o discurso alusivo ao Dia da Paz, na sede do Governo Provincial de Luanda, a ministra de Estado para a Área Social presidiu à cerimónia de hastear a Bandeira Monumento, no Museu Nacional de História Militar (ex-Fortaleza de São Miguel), acto

seguido pela deposição de uma coroa de flores no Monumento do Soldado Desconhecido, na Mutamba.

Entre as individualidades presentes nos actos que marcaram o 4 de Abril em Luanda, destacam-se os ministros da Defesa Nacional, Salviano de Jesus Sequeira, da Administração do Território, Adão de Almeida, e da Comunicação Social, Nuno Albino “Carnaval”, além do governador de Luanda, Sérgio Luther Rescova, que foi o anfitrião.

1.2 Famílias carenciadas no país beneficiam de cesta básica

Jornal de Angola

10 De Abril de 2020

Inúmeras famílias de zonas rurais do município do Lubango, província da Huíla, beneficiaram de cinco mil quilos de bens alimentares e material higiénico, doados pela comunidade mauritaniana.

A doação, entregue a Administração Municipal do Lubango, é composta por sacos de arroz, farinha de milho, caixas de óleo vegetal, sal, sabão, lixívia, entre outros. O porta-voz da Comunidade Mauritaniana na Huíla, El Haiba Souvi, disse que muitas famílias carenciadas têm recorrido aos armazéns a procura de alimentos.

“A maioria sobrevivia de pequenos negócios nos mercados informais”, referiu, acrescentando que com o Estado de Emergência, decretado para prevenir o contágio e propagação da Covid-19, muitas famílias estão em quarentena e sem condições básicas.

O secretário da Administração Municipal do Lubango, Lopes Mulumbi, garantiu que os bens alimentares serão entregues às famílias vulneráveis já identificadas em diversos bairros da urbe.

Cuando-Cubango

O comité provincial do MPLA no Cuando Cubango doou ontem mais de três toneladas de bens diversos e materiais de biossegurança ao Governo provincial para apoiar algumas pessoas vulneráveis e os efectivos dos órgãos de defesa e segurança que trabalham na prevenção e combate à pandemia.

O segundo secretário provincial, José Martins, disse que os produtos doados são resultados da contribuição dos militantes, com vista a contribuir na prevenção e propagação da Covid-19 no seio das comunidades.

Um grupo de comerciantes mauritanianos doou, em Menongue, cerca de seis toneladas de bens

alimentares diversos, incluindo um cheque de dois milhões de kwanzas, para ajudar na prevenção e combate à Covid-19.

Província do Cunene

Dez toneladas de produtos diversos foram doados ao Governo do Cunene, pela comunidade mauritaniana para apoiar as pessoas mais carenciadas.

O representante da comunidade mauritaniana, Mouhamed Abdallahi, disse que o gesto de solidariedade vai servir para mitigar as necessidades das populações mais necessitadas, em função das restrições impostas pelo Estado de Emergência devido à pandemia da Covid-19.

Mouhamed Abdallahi reiterou o apelo aos demais comerciantes no sentido de continuarem a reforçar as medidas de higiene nos estabelecimentos comerciais, bem como evitar a especulação de preços.

A governadora do Cunene, Gerdina Didalelwa, agradeceu a iniciativa da comunidade mauritaniana residente na província e disse que, tendo em conta o estado actual do país, existe muita gente com dificuldade em acorrer aos mercados formais e informais para aquisição de bens de primeira necessidade.

Dezenas de toneladas na província do Bié

As comunidades mauritanianas e da Eritreia, residentes no Cuito, doaram 27 toneladas de diversos produtos de primeira necessidade para apoiar famílias vulneráveis, durante o Estado de Emergência.

A comunidade mauritaniana doou 17 toneladas e a comunidade eritreia doou 10 toneladas. “Vimos mostrar a nossa solidariedade com o povo angolano, na luta contra esta pandemia que assola o mundo inteiro”, afirmou Mohamed Sidy.

O vice-governador para Área Social, António Manuel, agradeceu a todos empresários que se juntaram ao clamor dos mais necessitados.

Solidariedade no Huambo

Empresários eritreus e etíopes, ligados aos ramos do comércio, indústria e serviços, residentes no Huambo, doaram, ontem, 2.585 toneladas de bens, avaliados em mais de 12 milhões de kwanzas, para ajudar a mitigar as dificuldades das famílias carentes, neste período de Estado de Emergência, devido à pandemia. Os empresários, através dos serviços que prestam no Huambo, com mais de 250 armazéns de bens de primeira necessidade, geram perto de cinco mil postos de trabalho directos e dois mil indirectos.

O vice-governador para o Sector Económico e Social, José Cornélio, louvou a iniciativa da comunidade desses dois países, sublinhando que a doação irá contribuir para atender algumas franjas da população com dificuldades, que, nalguns casos, são obrigadas a recorrer aos mercados formais e informais para a aquisição de bens de primeira necessidade.

I.3 Mais de 27 mil pessoas precisam de ajuda alimentar

Jornal de Angola

16 De Abril de 2020

Texto: Arão Martins

Vinte e sete mil pessoas em situação de vulnerabilidade clamam por apoio alimentar, no município do Lubango, província da Huíla, no quadro da prevenção da Covid-19, revelou a vice-governadora para o sector Político, Económico e Social e coordenadora adjunta da Comissão Técnica de Combate à Pandemia, Maria João Chipalavela.

Maria João Chipalavela, que falava à margem da cerimónia de entrega de um donativo composto por 500 caixas contendo kits da cesta básica, feita pelo Grupo Angomart, para ajudar as comunidades mais sensíveis constituídas por idosos, crianças nos lares, portadores de deficiência, viúvas e portadores de HIV/Sida.

Para colmatar a situação, esclareceu, o Governo da Huíla, através da Comissão Técnica para a Resposta à Pandemia da Covid-19, tem disponível, no centro logístico, situado no bairro da Mukanka, arredores da cidade do Lubango, mais de 600 toneladas de bens alimentares, que começam a ser distribuídos porta-a-porta esta semana.

Informou que o Governo da Huíla tem em stock arroz, massa alimentar, fuba de milho, açúcar, óleo vegetal, feijão, bolacha, conserva, detergente, sabão e lixívia.

"É mais uma oportunidade que temos de mostrar que a sociedade, as empresas e as pessoas estão mobilizadas para contribuir na distribuição de produtos alimentares da cesta básica, junto das comunidades vulneráveis", disse.

"Este é um momento delicado. Precisamo-nos mobilizar e contribuir activamente para que não tenhamos problema de desnutrição devido à fome", defendeu.

Maria João Chipalavela explicou que o Governo da Huíla está na fase de mobilização e formar kits da cesta básica a serem entregues às pessoas vulneráveis.

Disse que em função do período de emergência, a distribuição da comida deve ser feita porta-a-porta e a metodologia está a ser aprimorada, de modo a beneficiar aqueles que realmente necessitam.

A dirigente esclareceu que o Governo está a aprimorar o mesmo processo junto de todas as administrações municipais da Huíla.

"É um processo que do ponto de vista estatístico estamos a aprimorar, com o cadastramento das administrações municipais e o grupo alvo são os idosos, viúvas, crianças e portadores de HIV/Sida", indicou.

Em necessidade, referiu Maria João Chipalavela, consta ainda pessoas do processo da seca. "Precisamos aprimorar a análise desses dados para atender o número exacto de famílias a beneficiar de alimentação", disse.

Doação da Angomart

Mais de 500 caixas da cesta básica contendo arroz, massa alimentar, açúcar, leite em pó, vinagre e conserva diversa, foram doadas ontem, à Comissão Provincial Técnica de Combate à Pandemia da Covid-19, pelo grupo Angomart e Fundação.

O director regional sul do grupo Angomart, Salino Saroniya, disse que a Angomart reconhece ser crucial o papel de unir forças conjuntas entre o sector público e privado, no combate à pandemia da Covid-19.

Esclareceu que, junto aos centros comunitários no país, foram disponibilizadas 60 toneladas de produtos da cesta básica para acudir as comunidades mais sensíveis.

Explicou que a Huíla está contemplada com 500 caixas entregues à Comissão Técnica Provincial, para beneficiar as famílias mais vulneráveis. "A Angomart está a acompanhar o desenvolvimento da situação, estamos seguros, firmes e focados em fazer a nossa parte. Aplaudimos todos os que estão envolvidos, com destaque para os profissionais da Saúde, governos provinciais, forças da ordem e segurança, jornalistas na prevenção e combate contra a pandemia da Covid-19", referiu.

I.4 "Há jovens que agem pior que os velhos e têm práticas refinadas de corrupção"

Jornal Expansão

17 De Abril de 2020

É membro do Conselho da República. Já abordou com o Presidente João Lourenço a estratégia para estimular o sector produtivo?

Acho que o principal problema da agricultura angolana está na abordagem política. O Presidente sabe quais são as minhas ideias sobre a agricultura e sobre outras matérias desde antes de convidar-me para integrar o Conselho da República. Escrevo artigos e dou entrevistas, as minhas ideias são conhecidas há muitos anos. Mas não vou falar aqui sobre o que abordo ou não abordo com o Presidente.

Como é que olha para o Programa de Apoio ao Crédito (PAC)?

Ainda longe do ideal, o PAC é muito melhor que todos os seus antecessores. É correcto, no meu entender, que o Estado subsidie os empresários por vários motivos. Até os países ricos financiam a sua agricultura. Mas infelizmente a nossa fragilidade institucional não permite identificar os muitos desvios que um esquema deste tipo proporciona. Por isso defendo tanto o reforço das capacidades institucionais, como um investimento inadiável, bem como a descentralização das decisões dos bancos, pelo menos até ao nível provincial para já. Mas devo acrescentar que, para que não aconteça o mesmo que antes, o PAC deve ser monitorado e avaliado por entidades independentes, de modo a ser aperfeiçoado gradualmente.

O Governo avança com o apoio ao pequeno produtor e cooperativas. Essa medida pode relançar agricultura?

As cooperativas podem ser uma boa solução, mas tal como as empresas, ainda não existem em quantidade suficiente para uma resposta robusta e imediata. Precisamos de investir no reforço das suas capacidades, como no caso das empresas. O Estado tem de investir nesse aspecto, procurando recuperar o tempo perdido nas últimas décadas. As cooperativas poderão ser os prestadores de serviços aos pequenos produtores por excelência, dado que o Estado não o pode fazer e o sector privado não se sente atraído por esse tipo de negócio. As cooperativas podem também ter um papel agregado na produção agrícola destinada ao mercado. Mas tudo isso só será possível se mudarmos a percepção errada existente entre nós sobre cooperativa. Esta não pode

per vista como uma organização de produção colectiva, mas sim como um ente prestador de serviços. Isso é fundamental.

Mudando de assunto, a nova governação é a que esperava depois do longo consulado do Presidente Eduardo dos Santos?

Mudou muita coisa para melhor, mudou muito mais do que eu esperava, pois a herança foi muito pesada. Mas ainda há muita coisa para mudar. A minha visão de desenvolvimento para Angola é diferente da que está a ser seguida. Baseia-se, de modo sintético, num equilíbrio entre os direitos cívicos e políticos dos cidadãos, por um lado, e os direitos económicos, sociais e culturais, por outro. Tal permitiria uma sociedade mais justa, menos desigual, mais sustentável.

O Presidente emagreceu o Governo. O que espera da nova geração que entra para o Governo?

A transição geracional não pode ser brusca, deve ser gradual, com equilíbrio entre ideias novas e o conhecimento empírico acumulado. Citando a historiadora Conceição Neto nós fracassamos nos nossos planos, porque ignoramos a história, porque desprezamos o conhecimento e as experiências acumuladas ao longo dos tempos. Um dos obstáculos ao nosso desenvolvimento é a ignorância sobre o que já foi feito ou tentado, sobre o que falhou ou teve sucesso, e porquê. Não podemos recomeçar sempre do zero. Quero dizer que a aposta na juventude é necessária e desejável, mas não pode ignorar a história.

É o início da ruptura com a velha guarda?

Se a nova geração tiver boas ideias. Há jovens que pensam e agem pior que os velhos e têm práticas mais refinadas de corrupção. Por vezes fico horrorizado com certas intervenções de jovens. Para que a transição tenha êxito não basta que os novos governantes sejam jovens, é necessário também que sejam competentes e honestos.

Acredita que é possível ainda realizar as eleições autárquicas este ano?

Não, havia já fortes indícios de que o partido no poder não estava interessado nisso. Agora tem argumentos decisivos.

Que país teremos, económica e politicamente, até final do ano?

Não sou adivinho. Alguém saberá? Numa entrevista ao *Expansão* no início do ano lembrei que a ministra das Finanças havia sido muito realista ao afirmar que

2020 seria um ano difícil. Seguramente que ninguém imaginaria que fosse tão difícil como está a ser.

1.5 “Tivemos muito tempo e dinheiro para promover a diversificação da economia desde 2004

Jornal Expansão

17 De Abril de 2020

Texto: Martins Chambassuco e César Magalhães

Que avaliação faz ao momento actual da economia, tendo em conta a pandemia da Covid-19?

Não sou economista, como tal a minha avaliação é condicionada e baseia-se em percepções. A nossa economia está doente desde há muito, e se agora não faz sentido a referência aos danos da guerra, faz sentido, e muito, perceber que tivemos muito tempo e dinheiro para promover a sua diversificação desde 2004, quando a produção e o preço do petróleo conheceram aumentos muito significativos. Em 2006, o professor britânico, Paul Collier, numa conferência no Ministério das Finanças, deu conselhos muito úteis ao Governo que se resumiam na necessidade de escolha de um caminho entre os seguidos pela Nigéria e pela Malásia.

Em que consistiam essas escolhas?

Dizia que devíamos reduzir as despesas militares; diversificar a economia de modo robusto com, entre outros aspectos, a promoção da agricultura de pequena escala; não cair na tentação de fazer tudo ao mesmo tempo, pois, se o fizéssemos, fracassaríamos em tudo. Nós seguimos o da Nigéria. Se tivéssemos seguido o outro, possivelmente não estaríamos numa situação tão crítica. Tenho fortes dúvidas que os actuais governantes - salvo uma ou outra excepção conheçam ou tenham ouvido falar de tal conferência. Mas ela está na internet. É só procurar (Paul Collier, Presentation Angola). Parece-me que, no essencial, os conselhos mantêm-se pertinentes.

A economia estagnou e as empresas somam prejuízos todos os dias por falta de consumo. Que estratégias a elaborar para que os efeitos da Covid-19 não afectem profundamente a economia e as empresas?

Com as limitações existentes, parece-me que as medidas adoptadas não se afiguram erradas. Por exemplo, volta-se a falar das micros e pequenas empresas, que geralmente são esquecidas quando se fala do sector privado. Acho que faltou falar das

famílias e das pessoas, que, no fundo, são elementos fundamentais da economia. Embora tenha sido positivo ouvir falar em processos mais expeditos para legalização da economia informal, penso que esta não deve ser uma prioridade, pelo menos de momento.

Essa é a boa notícia para este segmento de empresas?

A grande dificuldade está nas práticas, que sabemos serem, em geral, pouco correctas ou más. Na linha do que disse antes, não creio que a Estratégia de Longo Prazo 2025 estivesse errada. Mas o que se fez, foi exactamente o oposto. Por exemplo, as centralidades e os megaprojectos agro-industriais não estavam previstos. E do ponto de vista da eficácia e da eficiência foram um desastre. Em termos gerais, não acredito em nenhuma estratégia que não tenha em conta a revitalização da economia nos municípios e nas áreas rurais. Sem isso, continuaremos a ouvir certos "empresários" a queixarem-se da falta de divisas. E isso é assustador, pois é prenúncio de vazios e desvios.

Acredita na capacidade do Governo para apoiar as empresas?

É necessário encontrar um equilíbrio entre salvar vidas e assegurar os meios de vida para a totalidade das pessoas. Não digo economia intencionalmente, pois quando se fala de economia afastam-se logo as pessoas em geral para se ver apenas os empresários. Este tem sido o erro ao longo dos últimos 18 anos. A economia não é uma coisa abstracta. Constatou-se em quase todo o mundo que, depois do colapso do neoliberalismo volta a dar-se importância ao Estado. Há necessidades das sociedades que só podem ser resolvidas pelo Estado. E não falo apenas da área social. Para além da segurança, temos de pensar nas catástrofes, nos problemas ambientais, na intervenção económica e financeira que se exige em casos especiais, como este. Penso que o Governo não tem capacidade suficiente, porque não tem reservas financeiras para socorrer as empresas. Mas poderia negociar com os bancos algumas soluções. Por exemplo, um acordo com os bancos para não haver distribuição de dividendos do exercício de 2019 de modo que se possa injectar dinheiro nas empresas mediante certas condições a acordar com garantias. Além disso, aprofundar as medidas já tomadas para diminuição da burocracia, salva dinheiro ao Estado, ajuda as empresas e as pessoas e diminui a corrupção. Uma ideia que deve envolver os próprios bancos que inventam muita burocracia desnecessária.

Para um país que não produz quase nada, o que vai acontecer caso a crise actual se prolongue?

Não é verdade que não se produz nada.

Queria dizer, se a produção interna satisfaz as necessidades?

Aconselho o Expansão a visitar os mercados nas diferentes entradas da cidade de Luanda ou noutras cidades, e facilmente se entenderá que tal não é verdade. O importante é conhecer a realidade, perceber onde estão os gargalos e agir no sentido de aproveitar os imensos recursos internos de que dispomos: pessoas, terra, água, principalmente. Se houver capacidade para ouvir e aproveitar a capacidade criadora das pessoas a todos os níveis e não apenas de alguns, será mais fácil criar a necessária confiança para se fazer frente à situação.

Como agrónomo, que perspectivas tem para o sector agrícola?

Se fala de perspectivas eu tenho dificuldades de responder. Se quiser falar das minhas ideias torna-se mais fácil. Depois do insucesso com o "Dubai Agrícola", o Executivo já deveria ter entendido que o problema não se resume à dicotomia entre sector público e privado. São poucas as excepções de privados com sucesso, e entre esses poucos muitos tiveram a mão protectora do Estado. O problema está na dimensão. Repito, salvo algumas excepções, a maioria das empresas agrícolas angolanas não resistiriam a uma análise séria de custo-benefício. Além disso, tais empresas são excessivamente dependentes de insumos externos, o que consome demasiadas divisas. Incluindo força de trabalho. Pergunto: quantas empresas resistiriam se o Executivo travasse a contratação de expatriados a uma certa escala? A experiência de outros países que não têm acesso fácil a divisas mostra que é possível uma agricultura com base nos recursos internos, pessoas, terra, água e culturas que não exigem muitos insumos externos, criação de gado com pastagens naturais. Defendo essa abordagem há muitos anos, que pode estar associada a uma agricultura orgânica, menos agressiva em relação ao ambiente. Se tivéssemos seguido essa via hoje estaríamos numa situação menos difícil. Mas a doença holandesa e o complexo de novo rico causam-nos muitos danos.

Temos um País que investe pouco na agricultura. O que falta para estimular esse sector?

Falta visão para outras abordagens e falta peso político. A esmagadora maioria dos governantes, dos líderes políticos, incluindo os da oposição e das elites em geral não percebem a importância da agricultura nem fazem nenhum esforço para perceberem. Só se lembram dela quando o preço do petróleo baixa. Isso tem sido notório até no modo como me abordam quando o preço estremece. Incluindo a comunicação social.

Haverá vontade política para o financiamento da agricultura em grande escala?

Infelizmente tem havido vontade política, que falta para a de pequena escala, que, na minha opinião, é mais viável. Por isso temos os resultados que temos.

I.6 Valor das remessas para África desde 23,1 por cento este ano

Jornal de Angola
23 De Abril de 2020

O valor das remessas dos emigrantes africanos para os seus países de origem deve cair 23,1% este ano, para 37 mil milhões de dólares, de acordo com o relatório do Banco Mundial, divulgado ontem.

“O declínio antecipado pode ser atribuído a uma combinação de factores alimentado pela propagação da Covid-19 nos principais destinos onde residem os emigrantes africanos na Europa, Estados Unidos, Médio Oriente e China”, que valem 25% de todas estas remessas, lê-se no relatório sobre Migrações e Desenvolvimento. No ano passado, o valor enviado pelos emigrantes já tinha descido ligeiramente, 0,5%, para 48 mil milhões de dólares, mas este ano deverá descer para perto de 34 mil milhões de euros.

“Os emigrantes da África Subsaariana estão a perder o emprego devido ao fecho quase completo das actividades económicas, especialmente na construção, hospitalidade e outros sectores dos serviços, pelo que o valor das remessas deve cair nos próximos meses”, alerta o Banco Mundial.

No relatório, dá-se conta de que o envio de 200 dólares em dinheiro para a região custa, em média, 8,9% no primeiro trimestre deste ano, “uma modesta queda comparada com a média de 9,25% no ano anterior”, sendo que a África Austral é o corredor mais caro para a transferência de dinheiro.

Entre África do Sul e Angola, por exemplo, os custos chegam a 20%, diz o Banco Mundial, notando que nos corredores mais baratos, entre o Senegal e o Mali, os custos ficam-se pelos 3,6%.

“As remessas são uma das principais fontes de receita em moeda externa para a região e servem como importante canal de partilha de risco no mundo em desenvolvimento. Mas, com o choque da pandemia, que afecta quer o país recipiente, quer o emissor, a perda vai provavelmente levar a mais pobreza e exclusão”, alerta o Banco Mundial.

Em termos de percentagem das remessas face ao PIB, o Sudão do Sul recebe 34,4% da riqueza nacional, seguido do Lesoto, Gâmbia, Zimbabwé e Cabo Verde, país onde o envio de dinheiro dos emigrantes vale 11,7% do PIB, sendo que na Guiné-Bissau este valor equivale a 9,4%.

A nível absoluto, a Nigéria destaca-se com a recepção de quase 24 mil milhões de dólares no ano passado, muito à frente do segundo maior receptor, o Ghana, com 3,5 mil milhões de dólares.

“Para estes países, em que as remessas representam uma larga percentagem do PIB, espera-se um forte declínio para 2020, já que muitos trabalhadores viram os seus rendimentos afundar-se, especialmente em países que são membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico”, conclui o Banco Mundial.

A nível global, as remessas deverão cair 20% este ano, de 554 mil milhões de dólares para 445 mil milhões de dólares, “devido à crise económica induzida pela pandemia e ao isolamento, que é o maior declínio na história recente”, recuperando depois para 470 mil milhões de dólares em 2021.

1.7 Parlamento subsídio «polémico» pagaria oito meses de PIIM

Novo Jornal

24 De Abril de 2020

Texto: Borrvalho Ndomba

O valor de 203,8 milhões de kwanzas que a Assembleia Nacional desembolsou, no ano passado, como alegado subsídio de renda da casa do seu presidente, daria, segundo cálculos feitos pelo Novo Jornal, para cobrir, durante oito meses, despesas incluídas no Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) para o município do Curoca, na província do Cunene, o mais afectado pela seca que assolou o Sul de Angola nos últimos anos.

Mensalmente, segundo dados oficiais, o Executivo angolano disponibiliza 25 milhões de kwanzas para o PIIM.

Com o mesmo montante, segundo ainda cálculos deste jornal, serviria, igualmente, para cobrir os custos com cirurgias de, pelo menos, 1.000 crianças que padecem com hidrocefalia no país.

De acordo com o que tem vindo a noticiar o NJ, diariamente, são atendidas no Centro Neurocirúrgico do Kífica perto de 15 menores, e que, actualmente,

mais de 130 crianças estão privadas de operação cirúrgica por falta de 200 mil kwanzas/cada.

Ainda de acordo com o exercício comparativo que se pode fazer em relação aos 203,8 milhões de kwanzas (cerca de 17 milhões kz mensais) que eram gastos, segundo reparo da Assembleia Nacional, para a manutenção e conservação do palácio da «casa das leis» e não para a residência protocolar de Fernando da Piedade Dias dos Santos, o Governo pagaria salário de cerca de 850 professores do ensino geral.

Os cálculos deste jornal demonstram também que, com o dinheiro que saía das contas da Assembleia Nacional para cobrir o subsídio anual da manutenção e conservação da casa oficial do presidente da Assembleia Nacional, o Estado, por intermédio do seu Programa de Transferências Monetárias, que é parte do amplo Programa de Fortalecimento da Protecção Social em Angola, iria apoiar cerca de 25 mil famílias carenciadas.

De acordo com o programa, 1 milhão e seiscentas famílias carenciadas vão passar a contar, a partir do próximo mês de Maio, com um apoio mensal de 8.500 Kz dado pelo Executivo.

Uma polémica que promete novos capítulos

A questão sobre os gastos com a casa protocolar do presidente da Assembleia Nacional foi destaque na última edição do semanário económico Expansão, que apontava um valor aproximado de 17 milhões de kwanzas/mês como sendo os custos da renda - entretanto, suspenso por medidas de contenção de gastos tomadas pelo Executivo de João Lourenço - da residência de Fernando da Piedade Dias dos Santos.

Forçada a reagir à notícia, que teve grande repercussão, a Assembleia Nacional esclareceu ter havido uma "gralha técnica" que resultou da inserção do montante na rubrica sobre «renda» quando, segundo fez saber a AN em nota, os valores se referem ao subsídio de manutenção e conservação da residência protocolar do seu presidente.

No entanto, de esclarecedor, o documento, assinado pelo gabinete de Comunicação e Imagem, acabou por atizar a polémica que promete novos capítulos.

INE: 41% abaixo da linha da pobreza monetária

Os dados recentes do Relatório Final do Inquérito de Despesas e Receitas (IDR/2018-2019), apresentados nesta quinta-feira, 16, em Luanda, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), revelam que, pelo menos, 41% dos angolanos (11.947.270 pessoas)

vivem abaixo da linha da pobreza monetária, representando um aumento de cerca de 4%, comparativamente ao ano de 2008, que se cifrou em 37%.

Entretanto, o mesmo estudo do INE mostra que cerca de 12 milhões de angolanos não conseguem ter 12 mil e 500 Kz para acudir às suas despesas básicas alimentares e não-alimentares.

I.8 Famílias vulneráveis estão a receber bens alimentares

Jornal de Angola
26 Abril de 2020

Mais de duas mil cestas básicas foram distribuídas, ontem, a famílias vulneráveis das províncias do Huambo e Luanda, numa iniciativa da Associação Osai, em parceria com a Comissão Multisectorial Nacional de Prevenção e Combate à Covid-19.

De acordo com a Angop, que cita um comunicado da Comissão Multisectorial Nacional de Prevenção e Combate à Covid-19, na próxima semana os meios serão distribuídos a centros de saúde e de assistência a populações vulneráveis.

Ainda no âmbito do combate à Covid-19, pretende desenvolver, nas comunidades, acções de educação para o uso dos meios de biossegurança e intensificar o aconselhamento porta-a-porta para que as pessoas entendam a importância do confinamento, ficando em casa, usar máscaras e ganhar o hábito obrigatório de lavar várias vezes as mãos.

A responsável da Associação, Sofiana Mosquito, reafirmou o compromisso de continuar a contribuir para aliviar a dor das famílias e de muitas crianças em situação difícil nos lares de Luanda, contribuindo para o bem-estar dos beneficiados.

A Associação Osai, criada há cerca de um ano, tem como objectivo social ajudar a resgatar a dignidade das pessoas, através de apoio psicológico, material e de educação para a vida. Tem desenvolvido cursos de alfabetização, cuidados primários de saúde, culinária, de aconselhamento jurídico e psicológico a crianças e adolescentes em conflito com a lei.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Prodesi: 54 produtos têm crédito nos bancos comerciais

Jornal de Angola

5 De Abril de 2020

Texto: Isaque Lourenço

Os 54 produtos alistados no Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) do Governo já podem ser financiados pela banca angolana.

Os bancos estavam obrigados a financiar, até Abril de 2019, 13 e, depois em Outubro do mesmo ano, só 17 fileiras da cadeia produtiva. Conduzido pelo Ministério da Economia e Planeamento (MEP), o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) inscreveu mais de 15 mil produtores nacionais, através do portal criado para o efeito. O crédito, a ser concedido pelas instituições financeiras, destinava-se, exclusivamente, para a produção de bens essenciais que apresentam défices de oferta de produção nacional.

Deste modo, vão também, segundo o BNA, acelerar o ritmo do processo de diversificação da economia, estimando-se que mais de 500 novos projectos de pequenas e médias empresas possam ser financiados ao longo do exercício de 2020 em condições mais favoráveis. A diversificação da economia é determinante para reduzir a dependência excessiva do país da importação de bens e serviços, bem como para aumentar as fontes de receitas em moeda estrangeira e, dessa forma, assegurar a sustentabilidade das suas contas externas.

Conforme nota do BNA, os recentes desenvolvimentos na economia a nível mundial, especificamente a descida significativa do preço do petróleo e a pandemia da Covid-19, vêm apenas reforçar a importância e urgência de se alcançar esse objectivo.

Os 13 produtos

1. Avicultura de corte e Avicultura de Postura e produção de seus derivados; 2. Bovinicultura, caprinicultura, suinicultura e produção de seus derivados; 3. Cultura de arroz e produção de seus derivados; 4. Cultura de cana-de-açúcar e produção de seus derivados; 5. Cultura de feijão e produção de seus derivados; 6. Cultura de mandioca e produção de

seus derivados; 7. Cultura de milho e produção de seus derivados; 8. Cultura de soja e produção de seus derivados; 9. Leite e produção de seus derivados; 10. Óleo alimentar; 11. Peixe e produção de seus derivados; 12. Sabão azul; 13. Sal comum.

Os 17 produtos

1. Avicultura de corte e avicultura de postura e produção de seus derivados; 2. Bovinicultura, caprinicultura, suinicultura e produção de seus derivados; 3. Cultura de arroz e produção de seus derivados; 4. Cultura de cana-de-açúcar e produção de seus derivados; 5. Cultura de feijão e produção de seus derivados; 6. Cultura de raízes, tubérculos e produção de seus derivados; 7. Cultura de milho e produção de seus derivados; 8. Cultura de soja e produção de seus derivados; 9. Leite e produção de seus derivados; 10. Óleo alimentar; 11. Peixe e produção de seus derivados; 12. Sabão azul; 13. Sal comum; 14. Cultura de café e produção de seus derivados; 15. Cultura de madeira e produção de seus derivados; 16. Cultura de fruta tropical e produção de seus derivados; 17. Cultura de palmar e produção dos seus derivados.

Os 54 produtos

1. Açúcar; 2. Arroz corrente; 3. Carne seca de vaca; 4. Farinha de trigo; 5. Feijão; 6. Fuba de bombó; 7. Fuba de milho; 8. Leite; 9. Massa esparguete; 10. Óleo alimentar de soja; 11. Óleo de palma; 12. Sabão azul; 13. Sal comum; 14. Ovos; 15. Carne de frango; 16. Carne de cabrito; 17. Carne de porco; 18. Grão de milho; 19. Mandioca; 20. Batata-doce; 21. Batata rena; 22. Tomate; 23. Cebola; 24. Alho; 25. Cenoura; 26. Pimento; 27. Repolho; 28. Alface; 29. Banana; 30. Manga; 31. Abacaxi; 32. Tilapia (cacusso); 33. Carapau do Cunene; 34. Sardinella aurita (lambula); 35. Sardinella maderensis (palheta); 36. Óleo alimentar de girassol; 37. Óleo de amendoim; 38. Mel; 39. Varão de aço de construção (maior de 8mm); 40. Cimento; 41. Clínquer; 42. Cimento cola, argamassas, rebocos, gesso, e afins; 43. Vidro temperado, laminado, múltiplas camadas ou trabalhado de outras formas; 44. Embalagens de vidro para diversos fins; 45. Tinta para construção; 46. Guardanapos, papel higiénico, rolos de papel de cozinha; 47. Fraldas descartáveis; 48. Pensos higiénicos; 49. Detergente sólido (em pó); 50. Detergentes líquidos; 51. Lixívia; 52. Cerveja; 53. Sumos e refrigerantes; 54. Água de mesa.

2.2 FACRA disponibiliza 7 mil milhões de kwanza

Novo Jornal

17 De Abril de 2020

O Fundo Activo de Capital de Risco (FA- CRA) vai disponibilizar duas linhas de financiamentos no valor de 7 mil milhões de kwanzas às empresas emergentes inovadoras das comunidades agrícolas e instituições de microfinanças, com propósito de promover a diversificação da economia e, por essa via, reduzir a dependência excessiva da importação de bens que podem ser produzidos localmente.

A informação consta no memorando com medidas de alívio do impacto provocado pela pandemia da Covid-19 sobre as empresas e os particulares, documento aprovado na semana passada pela Comissão Económica do Conselho de Ministros.

No caso concreto das empresas emergentes inovadoras, o financiamento será de 4 mil milhões de kwanzas; para tal, devem ser realizados investimentos no capital próprio de cooperativas agrícolas, pecuária e de pescas, explicou na ocasião o ministro da Economia e Planeamento, Sérgio dos Santos.

Já os outros 3 mil milhões de kwanzas servem para ser aplicados nas instituições de microfinanças, como escolas de campo, caixas de crédito comunitárias ligadas a mulheres e jovens empreendedores dedicados às "actividades de agricultura, avicultura, processamento de alimentos, logística e distribuição de produtos agroalimentares e das pescas, aquicultura, reciclagem de resíduos sólidos urbanos, prestação de serviços de transportes, prestação de serviços de formação profissional, desenvolvimento de software e produção cultural e artística", assinalam informações do Ministério da Economia e Planeamento.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Mercados encerrados por falta de higiene

Jornal de Angola
1 De Abril de 2020

Vinte e seis mercados foram encerrados, em Luanda, por incumprimento das medidas adoptadas pelas autoridades sanitárias do país, no quadro do Estado de Emergência, para fazer face à Covid-19, anunciou ontem, o sub-comissário Waldemar José.

No município de Viana foram encerrados cinco. Trata-se dos mercados do Quilómetro 30, Regedoria, Zango, Vila Flor e Luanda Sul. De acordo com o administrador municipal, Fernando Eduardo Manuel, o encerramento deveu-se à falta de organização interna, o que tem permitido muitas enchentes no seu interior, situação que pode ajudar a propagar a doença na circunscricção e não só.

Fernando Eduardo Manuel informou, por outro lado, que caso sejam criadas as condições exigidas, os mercados de menor extensão, como o do Zango, Regedoria, Vila Flor e Luanda Sul, poderão ser reabertos nas próximas 24 horas.

O mercado do Quilómetro 30, que alberga maior número de clientes e vendedores, retomará as suas actividades comerciais, assim que forem criadas condições para o seu funcionamento neste período de Estado de Emergência, esclareceu.

3.2 Carton

Jornal Expansão
3 De Abril de 2020



3.3 Covid-19: Empregadas domésticas estão a ser obrigadas a trabalhar

Texto: Roque Silva
3 De Abril de 2020

“A minha patroa tem 21 anos e não sabe cozinhar. Deu-me um frasco de álcool em gel, máscara e disse para evitar acumulado de pessoas”, justifica à reportagem do Jornal de Angola uma cozinheira obrigada a trabalhar quase todos dias, por não ter sido dispensada durante o período de Estado de Emergência, em vigor desde o passado dia 27, para prevenir o contágio e propagação do Covid-19.

Maria Majimo, 47 anos, trabalha na centralidade do Sequele, município de Cacucaco, diz temer um possível corte do salário ou despedimento, caso se mantenha em casa, apesar de nunca ter tentado abordar o assunto com os patrões. Refere não ter argumentos para tal, por ser iletrada e de uma família humilde.

Majimo afirma que os patrões dizem, apenas, para se cuidar, evitando aglomerados de pessoas e higienizar constantemente as mãos.

Já Maura Andrade é babá de uma criança, cuja mãe está em Portugal em tratamento médico. “Sou babá interna. Minha patroa está há meses em tratamento médico em Portugal, com o marido. Eu e a irmã dela ficamos a cuidar da criança. Saio do Sequele apenas para levar compras para os meus filhos, que estão aos cuidados do pai”, disse, lamentando a “atitude insensível” dos agentes da Polícia Nacional. Por seu lado, a empregada de limpeza Arlete Cardoso, mesmo com os patrões a cumprirem quarentena numa outra propriedade deles, disse sentir-se obrigada a cuidar da casa do Sequele, actualmente vazia. “Eles estão a gozar quarentena na quinta e eu cuido da casa e trato da roupa”, disse.

Detidas pela Polícia

Maria, Maura e Arlete foram detidas à entrada do Sequele, quando tentavam ludibriar efectivos dos órgãos de Defesa e Segurança ali destacados. As três aproveitaram uma viatura de táxi descaracterizada para terem acesso à centralidade, depois terem sido aconselhadas a regressar ao convívio dos seus familiares, devido ao Estado de Emergência, em vigor no país.

A reportagem do Jornal de Angola presenciou a cena, por sinal vivida todos os dias à entrada da cidade, onde são barradas centenas de empregadas domésticas pelos órgãos de Defesa e Segurança. O

cenário à entrada parece um dia normal de trabalho, num país despreocupado com a pandemia. Todos os dias, logo às primeiras horas da manhã, um número expressivo de pessoas era interrogada sobre as motivações que as leva à cidade, sendo no entanto, as causas de menor relevância dando lugar ao aconselhamento para se manter em casa, por formas a cumprir isolamento social e quarentena domiciliar.

Na sua maioria jovens, as empregadas esbarram num cordão de agentes da Polícia Nacional, da Guarda Fronteira e militares das Forças Armadas Angolanas, montado ainda no exterior da centralidade do Sequele, ficando, assim, impedidas de chegarem à paragem dos autocarros públicos e de seguirem viagem até aos respectivos locais de trabalho.

Uma vez impedidas de penetrar na cidade pelas forças de Defesa e Segurança, algumas tentam utilizar artimanhas para fugir do controlo, mas a atitude tem sido frustrada pelas autoridades, como aconteceu com a cozinheira, babá e a empregada de limpeza.

O comandante da 1ª esquadra da cidade do Sequele reiterou a necessidade de se cumprir com o Decreto Presidencial Provisório, que restringe a circulação aos cidadãos, por formas a evitar contacto e aglomeração entre pessoas.

Jaime Simão disse que, apesar de as empregadas terem sido pedagogicamente alertadas sobre os perigos, incorreram no crime de desobediência. “Prometemos ser implacáveis e cumprir escrupulosamente com as orientações atribuídas às forças de Defesa e Segurança”, disse o inspector-chefe, para quem os empregadores mostram desrespeito ao apelo, sobre a necessidade de as empregadas serem dispensadas como forma de prevenir a propagação do Covid-19.

3.4 Covid-19: Governadora desaconselha taxistas a exercerem actividade

Jornal de Angola

4 De Abril, 2020

Texto: Justino Victorino

A governadora do Huambo exortou ontem os taxistas e moto-taxistas a respeitarem as medidas de prevenção e vigilância epidemiológica do Covid-19, cancelando o exercício da actividade na província.

Joana Lina Cândido, que manteve um encontro com todas as associações de taxistas do Huambo, salientou que só devem circular as pessoas devidamente autorizadas e em casos de necessidade

extrema, como forma de reforçar as medidas de controlo de propagação da doença. As pessoas, disse, devem cooperar por uma melhor forma de difusão da mensagem sobre as medidas de prevenção, pelo que a actividade de táxi, devido à proximidade entre as pessoas, constitui um factor elevado de risco de contágio comunitário, por não ser possível observar-se o distanciamento social.

A governante reconheceu as implicações que a paralisação origina, mas disse ser por uma boa causa, porque, salientou, “a vida das pessoas está em primeiro lugar”, acrescentando que caso surja um contágio, em grande escala, os hospitais locais não têm capacidade para atender a demanda, a julgar pela característica viral, e, sobretudo, por ainda não possuir um tratamento específico.

“Angola observa, desde às 00H00, do dia 27 de Março, um regime de excepção, que restringe, por 15 dias, o direito fundamental dos cidadãos, como a livre circulação e conglomerados populacionais. As autoridades locais estão engajadas para que esta missão seja cumprida, na totalidade, na província do Huambo,” frisou.

3.5 Covid-19: Mercados obedecem horário estipulado na quarentena

Jornal de Angola

5 De Abril de 2020

Texto: Edna Mussalo

Os vendedores dos mercados do São Paulo, dos Congolezes e do Asa Branca passaram a encerrar a actividade laboral às 13 horas, em cumprimento do Estado de Emergência que o país observa, face à pandemia da Covid-19.

Numa ronda efectuada pela reportagem do Jornal de Angola, constatou-se que as administrações destes mercados têm pautado pelo cumprimento da lei, que proíbe o funcionamento destes para além das 13 horas. Pena é que ao redor do mercado do Asa Branca existem um outro, a céu aberto, sem o mínimo de condições de higiene, onde são comercializados produtos de primeira necessidade e não só, colocando em risco a vida dos clientes.

Entre os bens comercializados, destacam-se alimentos perecíveis, balões de roupa usada, calçado, material escolar entre outros produtos, que são vendidos em cima de pedras e de sacos plásticos colocados no chão, rodeados de lama, água parada e lixo, susceptíveis de gerarem doenças.

Algumas câmaras frigoríficas, destinadas à conservação e comercialização do peixe são abertas, clandestinamente, para a venda a grosso e a retalho.

Além da venda no espaço adjacente ao mercado do Asa Branca, os comerciantes e os clientes não acataram as medidas de prevenção, expondo-se sem quaisquer “kits” de protecção que são recomendados pelas autoridades sanitárias, para evitar contágio da pandemia Covid-19. Também não é permitida a aglomeração de pessoas em determinados locais como temos assistido nos mercados, contrariando às regras impostas pelas autoridades. De acordo com um agente de segurança do mercado, que preferiu o anonimato, os mesmos vendedores do mercado Asa Branca são os que tomam de “assalto” os espaços adjacentes, tão logo que dão por encerrado as portas, por volta das 13 horas. Disse que tem sido assim diariamente, uma forma que os vendedores encontraram para dar continuidade a actividade e poder despachar a mercadoria.

3.6 Mercado da Quissala encerrado desde sábado

Jornal de Angola
6 Abril de 2020

O Governo da Província do Huambo determinou, sábado, o encerramento imediato do mercado da Quissala, vulgo “Alemanha”, por falta de organização e desrespeito à distância mínima exigida, no âmbito das medidas de prevenção da Covid-19 (novo coronavírus).

De acordo com um despacho distribuído à Angop, a Comissão Provincial de Prevenção contra o Coronavírus (Covid-19) constatou que o mercado, um dos maiores a céu aberto no país, continua a trabalhar com um número excessivo de pessoas e sem o mínimo de organização e respeito pela distância mínima exigida, quer sejam entre os vendedores, como entre os compradores.

Subdividido em duas partes: formal e informal, ambas encerradas pelo mesmo motivo, o mercado conta com mais de 15 mil vendedores.

Por outro lado, lê-se na nota, regista-se um esforço considerável por parte dos mercados formais (municipal e Himalaias) e informais das Cacilhas, Cambiote e São Luís ou Kapango, que além de respeitarem as normas de venda das 06h00 às 13h00, mantêm um nível de organização aceitável.

De igual modo, o Governo da Província do Huambo suspendeu, até ao final do Estado de Emergência,

decretado pelo Presidente da República, João Lourenço, todo o serviço de táxi (Hiace e outros ligeiros), por não respeitarem a lotação de um terço (1/3) do total de passageiros e exercerem a actividade fora do horário pré-definido.

“As autoridades mantêm igualmente a proibição de circulação de moto-táxi, vulgo Kupapatas”, indica a nota, que mais adiante alerta os operadores de transportes públicos de que a não observância estrita das normas vigentes implicará a suspensão da referida actividade e a tomada de outras medidas previstas.

A província do Huambo, no Planalto Central de Angola, controla 18 cidadãos em quarenta domiciliar, depois de 22 terem recebido alta médica na semana finda, por não apresentarem sintomas do novo coronavírus (Covid-19).

3.7 Luanda: Mercado do peixe alvo de restrições

Jornal de Angola
6 De Abril de 2020
Texto: Paulo Caculo

Pessoas que pretendam vender ou comprar peixe no Mercado da Mabunda, na Samba, em Luanda, estão a enfrentar algumas restrições, impostas como medidas de prevenção à propagação da pandemia do novo coronavírus, covid-19.

O Jornal de Angola apurou ontem, no local, que depois de o Ministério das Pescas ter ponderado a possibilidade de encerrar o referido mercado, para conter a pandemia, foram tomadas medidas de restrição, que estão a ser cumpridas pelos frequentadores do conhecido espaço de comercialização de pescado. Uma das regras impostas pelas autoridades, enquanto durar o estado de emergência, decretado pelo Presidente da República, prende-se com o cumprimento escrupuloso do distanciamento social, com o mínimo de um metro entre as pessoas. De igual modo, foi restringida a entrada massiva, tendo a Polícia Nacional montado um dispositivo de segurança no local, que tem ajudado a fazer cumprir as medidas recomendadas.

Ao contrário do que tem sido habitual, o mercado funciona até às 12 horas. A redução do tempo de abertura do local tem provocado enchente na zona de acesso, dado o facto de muitas revendedoras de peixe enfrentarem dificuldades para adquiri-lo. “Está mal. Lá em frente pode estar organizado, mas cá atrás a confusão é para entrarmos na fila”, disse Rosi de Fátima, uma das peixeiras, carregando uma enorme bacia à cabeça, ainda vazia.

“Se fecharem este mercado a culpa será mesmo destas senhoras que revendem o peixe, porque não conseguem estar organizadas. As pessoas aqui estão aglomeradas e não pode ser. Assim as possibilidades de contágio do vírus são maiores”, resmungou Milagre Joaquim, outra senhora, visivelmente agastada com a enchente no acesso ao mercado. Apesar do aparato policial presente no local, nota-se ainda alguma desorganização, sobretudo na entrada ao mercado.

As filas são enormes, gera-se confusão e nem mesmo o recurso, por vezes, à repressão das pessoas por via da força é suficiente para serenar os ânimos à entrada do mercado. “Criámos uma porta para a entrada e outra apenas para a saída, mas nem sempre as pessoas gostam de cumprir”, disse um dos agentes da Polícia Nacional colocado no mercado do peixe.

No local não há condições para as pessoas lavarem as mãos ou desinfectá-las com álcool gel, facto que preocupa a maioria dos frequentadores, que apelam, por isso, às autoridades para exigirem mais da direcção do mercado, pois o seu encerramento representaria um duro golpe a várias famílias, que dependem do negócio do pescado para sobreviver. “Pode-se mudar o cenário aqui na praia da Mabunda, basta as pessoas estarem mais organizadas e colocar-se água e sabão para a lavagem das mãos”, aconselhou o utente Francisco Bumba.

3.8 Associação de projectistas propõe mudanças nos mercados informais

Jornal de Angola
8 De Abril de 2020

Projectistas e consultores defenderam num estudo a separação entre o abastecimento, “roboteiros” e vendedoras, no combate ao novo coronavírus, medidas “muito simples” que se não forem adoptadas podem levar à morte de “muita gente”.

O estudo foi elaborado pela Associação Angolana de Projectistas e Consultores (AAPC) e elenca um conjunto de cuidados e de regras para o combate ao novo coronavírus no país, o qual já provocou duas mortes de um total de 17 casos positivos.

O presidente da AAPC, Paulo Nóbrega, referiu que o estudo foi feito com base na realidade do país, que “obriga a que os mercados funcionem, porque as pessoas não têm capital para armazenar e precisam com frequência irem às compras”.

“E entendemos, enquanto angolanos, que conhecemos a maneira de estar e de funcionar, fazer propostas, que podem ser de simples implementação, porque a maior parte das propostas que está aí pode ser adaptada a mercados existentes e apenas exige mudança de procedimentos”, afirmou.

Segundo Paulo Nóbrega, estes procedimentos propostos passam pelo distanciamento, com marcações no chão de locais onde as pessoas podem estar para garantir o afastamento e também nas condições da sua circulação, “bem como na separação muito clara daquilo que é quem abastece, quem vende, de quem é cliente”.

“É muito simples, o que temos que fazer de uma forma muito clara é separar o abastecimento, os “roboteiros”, as vendedoras, daquilo que são os clientes para evitar aquilo que é a transmissão comunitária”, frisou.

Para o presidente da AAPC, as propostas apresentadas “vão ser adoptadas todas, algumas, a maior parte, mas se não forem vai morrer muita gente”.

“Porque nós temos a noção que a nossa população não tem condições financeiras para armazenar comida, que tem que todos os dias ir ao mercado e que nós não conseguimos, sem resolver o problema dos mercados, que não há transmissão comunitária”, sublinhou.

No estudo que já foi submetido às autoridades angolanas e chegou também a Cabo Verde e Moçambique, a AAPC estabelece circuitos de alimentação de abastecimento, independente dos clientes, com a demarcação de arruamentos ou de caminhos no meio dos mercados, para garantir a inexistência de contacto físico entre vendedor, abastecedor e cliente.

Da parte dos clientes, propõe a organização de circuitos das pessoas, de forma a que andem em fila e num número máximo de pessoas pelo mercado, em função da sua dimensão.

“E depois estudamos com muito cuidado a banca, ou seja, como é que as pessoas organizam a espera para serem atendidas, como é que as pessoas efectuem a compra sem estar a tocar no produto, indicando ao vendedor o que é que querem e depois, numa banca à parte, se faz a transacção financeira e a entrega do produto e também ter uma banca para a desinfecção das mãos ali”, explicou Paulo Nóbrega.

De acordo com o presidente da AAPC, já foram contactados pelo Governo da Província de Luanda, para se implementar e se começar a analisar este problema.

“Manifestamos a nossa disponibilidade e penso que isso nos próximos dias será feito. Fomos contactados pelo Governo da Província de Luanda, pelo Governo do Cuando Cubango, que sabemos que têm em construção um mercado e queria adaptar as nossas regras e do Governo do Cuanza-Sul, que também olhou para o caderno”, disse.

Depois de soluções para os mercados, a AAPC, que agrupa nesta altura as 16 maiores empresas de projectos de gestão e fiscalização no mercado, vai apresentar, brevemente, outros dois projectos similares, que se prendem à questão da transmissão financeira (multicaixa/dinheiro) e com os transportes.

“São situações que nós abordamos na perspectiva do angolano para o angolano, do país Angola sem dinheiro e com o problema, e como resolver”, disse.

3.9 Clientes reclamam dos preços altos

Jornal de Angola
9 De Abril de 2020

Vários clientes afirmam que os preços dos bens alimentares subiram muito. O frasco de vinagre, por exemplo, está a custar 500 kwanzas e o balde de tomate cinco mil. A couve esta tão escassa que só aparecem montes de 500 kwanzas e de mil. O balde de múcua está no valor de 1.500 e o preço do monte de cenoura varia de 500 a 1000 kwanzas.

"Não sei até onde as coisas vão parar", lamenta Ruth Maria, que foi ao mercado atrás de hortícolas. De acordo com a compradora, os mercados informais são os únicos locais onde as pessoas podem se remediar 'Com o pouco que têm, "mas os preços dos produtos não facilitam a vida de ninguém" .

À entrada do mercado, Ruth Maria lavou as mãos com água e sabão e, tem, apesar de ter na sua carteira, um frasco de álcool etílico. "Se existe um Governo de verdade, esse é o momento de exercer o seu verdadeiro papel", desabafa a jovem, que diz estar cansada de tanto ouvir falar que os preços da cesta básica são vigiados. "Mas. o povo nunca sentiu isso", reclama.

Reitera que, todos os dias, os preços dos produtos sobem e ninguém faz absolutamente nada. "Cada um salve-se corno poder", atesta.

Encerramento do mercado

O administrador do mercado dos Kwanzas, Ezequiel João, acha que uma das soluções para acabar com a venda desordenada nos arredores da praça, e não só, é o encerramento do estabelecimento.

"Se o mercado for encerrado, essas pessoas vão desaparecer. Mas como ainda está aberto e são vários os clientes que aqui vêm, elas vão continuar a aproveitar-se da situação, para instalar a desordem", refere.

O gestor esclarece que, no local, a situação tornou-se caótica, em consequência do encerramento do mercado do Kicoló. Os vendedores daquele mercado invadiram os passeios das ruas da zona dos kwanzas. Nem mesmo a Polícia Nacional consegue tirá-los de lá.

"As pessoas continuam a ignorar os nossos conselhos. Permanecem expostas a uma grande fonte de contágio e, agora já não sabemos o que fazer para pormos fim a todos os focos de venda ambulante, aqui nesta zona", lamenta.

Ezequiel João explica que o estacionamento em locais de proibição, também, constitui problema. Todos os dias são removidas viaturas do local.

O mercado dos Kwanzas acolhe mais de mil vendedores e, nesta altura, apenas os bens essenciais são comercializados ali. As cozinhas' que ainda funcionam, cuidam da alimentação dos funcionários da Administração e de todo o pessoal de apoio às acções de sensibilização.

Sobre as medidas de prevenção à Covid-19 clientes e vendedores higienizam as mãos logo à entrada do estabelecimento. A Administração do mercado distribuiu um total de 600 máscaras de panos aos vendedores. Duas viaturas, uma da Polícia Nacional e outra ligada à Administração da praça, apoiam nas acções de sensibilização da população.

3.10 E foram todos aos Kwanzas...

Jornal de Angola
9 Abril de 2020
Texto: Arcângela Rodrigues

Com o encerramento da praça do Kicoló, os vendedores invadem becos e passeios das ruas da zona onde está localizado o mercado dos Kwanzas, no município do Cazenga, e comercializam diversos produtos. Por causa da multidão, a circulação automóvel está impossível. O cenário é de arrepiar os cabelos.

Desprotegidos e aglomerados, quitadeiras, clientes, roboteiros e zungueiras não respeitam a distância de metro e meio, uma das medidas de protecção contra a Covid-19. O comportamento dos vendedores é de todo reprovável. Ignoram o trabalho da Polícia Nacional e da Administração do Mercado dos Kwanzas, que não pára de pedir aos “invasores”, que abandonem a via pública e cumpram com as medidas de prevenção à pandemia.

A confusão instalou-se na zona. Os vendedores comercializam de tudo um pouco e os taxistas fazem carregamento e descarga de passageiros em qualquer lugar. Os lotadores? Esses até fazem cobranças do espaço que cada uma das vendedoras ocupa fora do mercado. A Polícia tem dificuldades para manter a ordem na zona.

No local, o Jornal de Angola apurou que os espaços para venda são escolhidos a dedo, pelos lotadores, antes de acomodarem as negociantes, que compram mercadorias em grandes quantidades nos armazéns da zona, para as revenderem ali mesmo.

As senhoras também pagam pelo tempo que ficam à espera dos táxis nas paragens. Os lotadores cobram de 100 a 200 kwanzas. “Essa é já uma prática recorrente. Se não pagarmos, eles fazem muita confusão e recebem a nossa mercadoria”, explicam as vendedoras.

No mercado dos Kwanzas chegavam, todos os dias, muitas viaturas carregadas de produtos agrícolas. Mas nos últimos dias já não aparecem tantas assim, porque as vias de acesso ao interior do país estão fechadas, em consequência do Estado de Emergência decretado pelo Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço.

Quando aparece uma carrinha, a guerra começa. Um grupo de senhoras corre atrás do veículo e, no meio da confusão, as mais ágeis tiram quantidades de repolho, cenoura, tomate, quizaca, mandioca, batata-doce, e outros produtos agrícolas que necessitarem, para a revenda.

“Se não forem tomadas outras medidas, esse cenário vai prevalecer. Mesmo com os apelos públicos sobre a importância de se protegerem contra a Covid-19, as pessoas continuam a ignorar. Acho que ainda não acreditam na existência da doença”, sublinha um automobilista.

Num dos becos da zona, que ficou transformado em pracinha, encontramos o lotador Leão Mafuta, completamente desprotegido. O jovem não quer saber das medidas de protecção contra o coronavírus. “Não vejo nenhuma necessidade de me proteger.

Não vai me acontecer nada. Pelo que tenho estado a acompanhar na televisão, todos os casos positivos são importados. Eu nunca viajei e nem tive contacto com essas pessoas”, justifica.

Tadeu Gomes, 30 anos, é motorista de táxi. Tem no interior da sua viatura de marca e modelo Toyota Corolla, de cinco lugares, uma garrafa de vinagre para desinfestar as mãos. Não respeita a lotação exigida, de apenas três passageiros, e faz rotas muito curtas. Interpelado pela Polícia, mostrou-se renitente. Não quis colaborar e, por essa razão foi detido.

“Optei por fazer linhas curtas porque estamos a fazer pouco dinheiro. Essa é a minha única fonte de rendimento. O que estamos a colher nesses dias, desde que começou o Estado de Emergência, não chega para nada”, disse o motorista, que realiza a actividade há mais de quatro anos.

O cobrador de uma viatura Toyota Hiace, que acabava de estacionar junto ao mercado dos Kwanzas, frisou que, para se proteger da Covid-19 usa água e sabão. Mas António Madruga esclarece que só faz isso em casa. Quando está a trabalhar não usa absolutamente nada para se proteger, porque segundo ele, o patrão não criou as devidas condições.

“Meu patrão é muito complicado, se tirar dinheiro para comprar qualquer coisa, sem autorização, sofro descontos. Mas vou procurar-lhe convencer”, promete.

No interior do mercado

Apesar do grande fluxo de clientes, no interior do mercado dos Kwanzas as quitadeiras são organizadas por secções. Enquanto vigorar o Estado de Emergência, apenas as que comercializam bens alimentares permanecem no local, das seis às 12 horas. Logo à entrada do espaço comercial, clientes e negociantes são obrigados a lavar as mãos com água e sabão.

Um homem, que faz uso do megafone, circula dentro e fora do mercado. Apela a todos, clientes e vendedores, sobre as medidas de prevenção que devem ter, para melhor se protegerem da Covid-19.

Vendedora de produtos hortícolas, há mais de 10 anos, naquele mercado, Tabita Tunga revela que a máscara e o sabão azul, que utiliza na higienização das mãos, recebeu da Administração do mercado. “Cheguei aqui de mãos a abanar. Foram os funcionários da Administração do mercado que me deram a máscara e o sabão. Agora, cada vez que atendo um cliente, lavo as mãos. Tenho uma bacia só para mim”, disse a quitadeira de 45 anos, que tem, na sua bancada, vários montes de tomate e pimento,

cujos preços variam de 100 a 400 kwanzas. “Os clientes não param de reclamar o preço do tomate. Mas se não vender dessa forma, não consigo tirar o dinheiro do negócio, nem o lucro. A caixa de tomate custa 24 mil kwanzas, para comprar tenho de fazer sociedade com uma colega”, explica, sem fazer referência de quanto gasta pela transportação dos produtos que comercializa, do Kicolo para os Kwanzas.

Tabita diz que, em cada caixa, o lucro   de apenas mil kwanzas, e   com este valor que diariamente leva comida para casa. Para as despesas da saúde e escola dos filhos, o dinheiro sai da “quixiquila”, que joga com um bom número de colegas. A contribui o   de 200 kwanzas, mensalmente.

A quitandeira garante que, o novo horário de funcionamento do mercado não afectou muito no seu trabalho. Consegue sempre algum dinheiro para dar de comer os filhos. A moradora do antigo bairro do Cala a Boca, no Cazenga, vai   praça de segunda a sábado. A distância, do local onde vive até ao mercado dos Kwanzas,   de mais ou menos um quil metro e meio, que ela prefere “rasgar” a p .

Augusto João, 34 anos, decidiu vender sacos de plástico na zunga. Trabalhava como ajudante de pedreira numa empresa de constru o civil, que, neste período de quarentena obrigatória, paralisou com os serviços.

Para não faltar comida   mesa, Augusto viu, no negócio dos sacos, a melhor saída para sustentar os seus quatro filhos e a mulher. Começa a vender às 6 horas, só termina quando o mercado fecha. Morador no bairro Pedreira, em Cacuaco, gastava 300 kwanzas no táxi, para fazer o percurso de ida e volta. “As vendas baixaram muito. Agora só ando a p ”, diz.

Quanto às medidas de preven o   Covid-19, o vendedor de sacos diz que o sabão está muito caro e, por esse motivo, prefere dar prioridade   alimenta o.

Teresa Emília, 25 anos, que vende água mineral na zunga, há menos de uma semana, carrega a filha menor de um ano às costas. As duas, mãe e filha, enfrentam a confusão do mercado completamente desprotegidas. “A nossa segurança está nas mãos de Deus. Neste momento, não tenho dinheiro para comprar sabão”, disse, acrescentando que “connosco não vai acontecer nada”.

O táxi está difícil e, por causa disso, todos os dias, a Teresa anda a p , da zona do Porto Pesqueiro, junto a Cadeia Central de Luanda, até ao mercado. “  cansativo. Mas não vou deixar de trabalhar. Dependo desse negócio para sobreviver”, aclara.

Vendedora de produtos hortícolas, há mais de 10 anos, naquele mercado, Tabita Tunga revela que a máscara e o sabão azul, que utiliza na higieniza o das mãos, recebeu da Administra o do mercado.

3.11 Estado de Emergência violado no Pangu la

Jornal de Angola

9 De Abril de 2020

Texto: Pedro Bica

Vendedoras e clientes do mercado do Pangu la, no Bengo, desrespeitam as medidas de preven o da Covid-19 e o horário estabelecido para o funcionamento dos mercados.

Pessoas de todos os estratos sociais, desprevenidos, sem no mínimo uma máscara de protec o, se aglomeravam em bancadas, sem respeitar a distância de dois metros, o que tornava inevitável o contacto físico. Na sua maioria, os clientes, que acorrem ao mercado do Pangu la, v o em busca de produtos da cesta básica, sobretudo legumes, frutas e frango congelado, para o consumo diário.

Oswaldo José, morador da vila do Panguila, disse saber dos perigos que corre, mas não tinha outra alternativa, para sobreviver.

Para ele, o isolamento social alterou o modo de vida dos angolanos e está a ter um impacto negativo no dia-a-dia das popula es, das empresas, estudantes e das f mlias.

Por sua vez, Josefa António, uma vendedora de produtos do campo, diz conhecer as medidas de preven o, mas lamenta não poder conter o elevado número de clientes.

“Aqui precisamos de mais fiscais para controlar as distâncias e colocar baldes de água e sabão, como está a ser feito nos outros mercados de Luanda”, indicou. Com sorriso no rosto por mais um dia de boas vendas, Josefa António reconhece que as medidas adoptadas pelo Executivo visam salvaguardar a vida, mais infelizmente pararam o país todo.

Falta de táxi

Ao contrário do que se regista em alguns municípios de Luanda, os habitantes da vila de Cacuaco e arredores da Funda estão a percorrer longas distâncias a p , de suas residências até ao mercado do Panguila e vice-versa, tudo porque a fronteira entre Luanda e Bengo está fechada.

Angola observa desde o dia 27 de Março um regime de excepção que restringe, durante 15 dias, direitos fundamentais dos cidadãos, como a livre circulação e aglomerados populacionais, o que não está a ser cumprido com rigor em algumas localidades do país.

3.12 Lavatórios comunitários instalados nos mercados

Jornal de Angola
9 De Abril de 2020

Na Urbanização Nova Vida, mesmo no interior da administração distrital, há uma fábrica "improvisada" de lavatórios comunitários, que produz, em média, três lavabos por dia. Joana Berardo, administradora distrital, disse que os equipamentos vão ser instalados nos locais com grandes aglomerados populacionais "que insistem em não cumprir com as medidas de prevenção contra o coronavírus".

"Estamos a colocar os lavatórios comunitários nos mercados, nas pedonais e nas paragens de táxis", assegurou a administradora. Joana Bernardo pontualizou que a Identificação dos locais e a instalação dos equipamentos "é feita por um grupo de jovens voluntários que abraçou a causa.

O trabalho filantrópico às camadas mais vulneráveis que realizam, revela Joana Bernardo se estende às acções de fabrico distribuição gratuita de sabão e desinfestação dos multicaixas instalados na localidade e arredor

Temos aqui algumas fábricas artesanais de sabão, detergente que está a ser distribuído gratuitamente às camadas mais vulneráveis da nossa sociedade, ao mesmo tempo que estamos a realizar, em regime de voluntariado, desinfestação dos multicaixas do Nova vida e não só explica.

3.13 Distrito da Camama

Jornal de Angola
9 De Abril de 2020

No Distrito Urbano da Camama, município de Talatona, um grande número de vendedores ambulantes e meros transeuntes, saem de um lado para outro. Lutam pela sobrevivência. "Se não vender como é que vou comer?", questiona a vendedora de sabão, Calidade Cristo, de 36 anos.

Nas ruas da Camama, boa parte das zungueiras, além de comercializarem diversos produtos alimentares, carregam máscaras de pano e frascos de álcool gel, que acabam na hora. Mãe de seis filhos, Calidade

Cristo disse ao Jornal de Angola, que optou pelo negócio do sabão, porque todos têm necessidade de se proteger do coronavírus, lavando constantemente as mãos. "Diariamente, consigo vender mais de dez barras de sabão ao preço de 1500 kwanzas cada", revela.

No local, as máscaras de pano estão a ser comercializadas a um preço superior ao das convencionais, por serem consideradas mais seguras. "Ao contrário do que acontece com as mascaras descartáveis, as de pano, depois de usadas podem ser lavadas e engomadas, para depois voltarem a ser utilizadas", explica Adriano Mukimba.

Plataformas comerciais Medidas preventivas contra o Coronavírus estão a ser rigorosamente aplicadas nas grandes plataformas comerciais, nos distritos do Camam é Nova vida. A aplicação do álcool gel às mãos representa o pré-requisito para o acesso aos supermercados Alimenta Angola, Deskontão e Shoprit do Nova Vida.

No Alimenta Angola, os carrinhos de mão para a transportação das mercadorias estão a ser desinfestados para dar maior segurança aos clientes, revelou Cardoso Joaquim, que funciona na área de perdidos e achados. De uma forma geral, para a entrada nestes estabelecimentos comerciais, os clientes são obrigados a obedecer as filas formadas logo à entrada. "O objectivo é limitar o número de pessoas que devem permanecer ao mesmo tempo no interior da loja", disse o funcionário.

Para a permanência de clientes no supermercado, o Deskontão estabeleceu um tecto de quatro pessoas por metro quadrado, enquanto outras superfícies comerciais permitem que 50 a 100 pessoas fiquem dentro.

Uma fonte do Deskonal"o revelou à nossa reportagem, que o grande problema tem a ver com a circulação dos trabalhadores da loja que, em muitos casos, encontram dificuldades para chegarem ao serviço, devido aos postos poli- ciais montados em vá, as artérias da cidade, apesar de exibirem os passes e declarações emitidas pela empresa.

António Pimenta

3.14 Continuam a desordem e a falta de higiene nos mercados de Luanda

Jornal de Angola

16 De Abril de 2020

Texto: *Arcângela Rodrigues*

Tudo aponta que as medidas definidas pelas autoridades de Luanda, visando a prevenção do contágio da Covid-19, tardam a surtir efeito em muitos mercados e vai continuar a imperar a desordem e falta de higiene. Foi o que constatou a reportagem do Jornal de Angola, na manhã de terça-feira, 14, no período das 9 às 12 horas, durante a ronda realizada em vários espaços de venda

No mercado dos Congolenses, distrito do Rangel, indiferente ao risco de contágio, comerciantes e clientes tomaram de assalto os passeios e outros espaços adjacentes. Era gente por todo lado. Uns permaneciam à porta dos armazéns e outros faziam compras a berma das estradas e nos passeios. Na sua maioria desprotegidos e desrespeitando o distanciamento de um metro entre si, conforme recomenda as medidas de protecção contra à Covid-19, comerciantes e clientes privilegiavam o comércio.

Devido o enorme aglomerado de pessoas, na popular rua das “Pedrinhas”, por exemplo, nada fazia crer que vigora o Estado de Emergência. Os dois quintais de comércio de bens alimentares estavam cheios. As viaturas mal conseguiam circular, obrigando os automobilistas a buzinas constantes para que os cidadãos deixassem a estrada livre. Mesmo assim, a marcha era feita com lentidão, porque a maioria recusava-se a abrir espaço de manobra à circulação.

Apesar das péssimas condições de higiene e saneamento, comerciantes e clientes não davam a mínima importância. Para se ter uma ideia, clientes que optaram pela “sócia” na compra dos frescos faziam a divisão à porta de entrada dos armazéns, local onde igualmente abandonavam o lixo no chão.

Vencidos pelo cansaço e teimosia dos clientes, os seguranças dos estabelecimentos comerciais sentiam-se impotentes para organizar a entrada e saída destes. A confusão era tanta que nem mesmo os agentes da polícia e da fiscalização conseguiam impor ordem.

Na via principal de acesso ao triângulo dos Congolenses e em toda a extensão do percurso que vai dar ao mercado, a venda no passeio era um facto. Marta Bernardo, tal como as colegas de ocasião, conhece de cor e salteado os truques para evitar ser surpreendida pelos efectivos da Polícia Nacional. A

vendedora, de 32 anos e voz branda, contou que, regra geral estende no chão um saco com pouco produto para venda. O resto fica nas costas. Quando os efectivos aproximam, pega nas pontas do saco, junta e foge.

A actividade comercial é também extensiva a algumas moradias nos arredores. Inúmeros portões abertos com bancadas expostas com ovos, farinha de trigo, fuba, feijão, açúcar, sal, óleo, entre outros produtos, abundam, não obstante a vigência das medidas de restrição.

Concentrados nas imediações do mercado

Em número bastante reduzido, no interior do mercado dos Congolenses apenas tem estado a funcionar a área de venda de bens alimentares. Neste entretanto, os vendedores preteridos decidiram concentrar-se com os produtos nas imediações do mercado. Ao grupo, junta-se os técnicos que vendem e reparam telemóveis, calçados, roupas, acessórios de segurança para viaturas, entre outros serviços. Também podem ser encontrados junto a base de autocarros de uma empresa privada, posto de combustível da Sonangol, defronte ao antigo Cine Ngola e outros pontos próximos.

Desprovido de máscaras, luvas e rodeado de outros vendedores, Manuel Silva, 35 anos, vendedor de acessórios de segurança para viaturas desrespeitava o distanciamento de um metro. O comportamento adoptado pelo vendedor estendia-se aos demais colegas, contudo, a maior preocupação do grupo é a fraca procura de clientes devido ao Estado de Emergência, quando há um mês o negócio corria de feição.

Manuel Silva, que é casado e pai de três filhos mora no município de Viana. De casa para o mercado e vice-versa, até pouco tempo atrás gastava 600 kwanzas em transporte, mas as rotas curtas elevaram os gastos para mil kwanzas. Ainda assim, acha que vale a pena do que ficar em casa, senão a família corre sérios riscos de passar fome. “Prefiro arriscar a minha vida a ter que deixar a família sem comer. Com ou sem clientes, todos os dias sou obrigado a fazer alguma coisa para ter comida em casa”, disse Manuel Silva que minimiza os riscos de contrair a pandemia da Covid-19.

Há cinco anos na pele de negociante de calçados, Francisco João, 39 anos, é categórico: “Em casa não fico. Prefiro desobedecer o Estado de Emergência e ir atrás do meu ganha-pão. Se ficar em casa, quem vai-me dar de comer”.

Viúvo e pai de quatro filhos, desde que foram obrigados a suspender as vendas Francisco João vem acumulando perdas. Para quem tinha um lucro diário de três mil kwanzas e é responsável pelo sustento dos filhos não tem sido fácil digerir a situação, daí que a venda de cartões de recarga de telemóvel serve de alternativa. Quase serve desprotegido, o jovem está permanentemente em busca de clientes. “Nem sempre a sorte está do meu lado, há dias que não consigo vender nada e regresso a casa de mãos vazias”, lamentou.

São Paulo e Mabunda encerrados

Localizado no distrito do Sambizanga, o mercado do São Paulo está provisoriamente encerrado devido a recorrentes violações as medidas de prevenção à Covid-19. Após desinfestado e melhoradas as condições de organização e sanitárias, de acordo com fonte da administração, o espaço pode ser reaberto nos dias definidos. Os armazéns próximos ao mercado e os localizados junto a zona da Gajajeira também foram encerradas, porém, de forma clandestina os comerciantes insistem em continuar com as vendas.

“Ficam espalhados pelos cantos ou então sentam em pequenos bancos de madeira junto à porta dos armazéns”, denunciou um dos populares, que se recusou identificar. Medida idêntica foi tomada no mercado da Mabunda, distrito da Samba. Para contrapor a decisão, as vendedeiras invadiram algumas ruas do distrito para comercializar o peixe, legumes, hortaliças e outros produtos. Nesses pequenos espaços de comércio, as enchentes registadas pela reportagem do Jornal de Angola desrespeitavam as medidas de protecção e combate à Covid-19.

Cientes preferem arriscar

Perdida no aglomerado de clientes, Adelaide António, 25 anos, tem na rua das “Pedrinhas” um dos locais de eleição para compras. Apesar dos apelos para acatar o distanciamento social, por força da necessidade, a jovem não resiste em frequentar o espaço. Explicou que, no regresso à casa, antes de entrar faz a higienização como medida de prevenção para salvarguardar a própria saúde e da família. Adelaide António recorre quase diariamente à rua das “Pedrinhas” por estar desprovida de condições para conservar os alimentos.

“Todos os santos dias gasto cerca de 1.500 kwanzas para comprar comida para casa”, disse Adelaide António, que levava consigo nos vários sacos o tomate, cebola, fuba de bombó, jimboa, quiabo e um quilo de coxa. Madalena Jesus, por sua vez, também

não se coíbe de fazer compras nas “Pedrinhas” apesar do risco de contágio. Foi até ao local com o propósito de comprar feijão, hortaliça, peixe, farinha musseque, fuba, entre outros produtos.

“Embora resida no bairro Prenda, é nas Pedrinhas onde normalmente sinto-me mais confortável para fazer compras devido aos preços praticados”, disse Madalena Jesus, que quando abordada carregava consigo um frasco de vinagre para a higienização das mãos.

3.15 Mercado funciona fora do “30”

Jornal de4 Angola
17 De Abril de 2020
Texto: Vânia Inácio

Há pouco mais de três semanas de quarentena nacional, decreta para prevenir a expansão da doença provocada pelo novo coronavírus (Covid-19), o mercado a céu aberto do “Quilómetro Trinta” continua funcional, mas, agora, a uns quilómetros do local habitual de venda.

Por isso, à chegada no entroncamento para acesso ao mercado, ouvem se gritos dos “roboteiros” (nome dado a carregadores informais de mercadoria) a orientar: “Cota, Cota, a entrada do mercado agora é por aqui”. O “Mercado do Trinta” acabou de ficar há alguns quilómetros da área habitual, apenas para fugir o controlo policial imposto para conter a Covid-19. Também, as viaturas acabam por ficar a uma distância pouco aconselhável, que esforça os compradores a seguirem por meio de um outro táxi ou motorizada, para chegar no novo local.

Em época de isolamento, a equipa constatou que, apesar do mercado permanecer em funcionamento em toda a sua extensão, lá só há produtos alimentares e de primeira necessidade. No local, foi possível aferir que a população continua a desrespeitar o Estado de Emergência, pois, o cenário não mudou e tudo continua como se nada estivesse a acontecer. O mercado continua abarrotado de gente e as pessoas circulam sem o mínimo de protecção possível, como máscaras e luvas.

“Ó minha filha, não tenho dinheiro para comprar luvas toda hora. O que faço, se ficar em casa também os produtos estragam!” – exclama uma das vendedoras, que na ocasião informou que vende todos os dias da semana.

Preços alterados

O levantamento feito pela equipa do JÁ mostra que os preços dos produtos registaram um aumento

exagerado, chegando alguns a duplicarem, como se pode aferir na caixa de batata rena de 20 quilogramas, que agora custa 12 mil kwanzas, quando antes era despachada a 6.500.

Antes da crise do coronavírus o saco de dez quilogramas de cebola custava 3.500 kwanzas e hoje chega a valer 7.500 kwanzas, registando um aumento de 114,28 por cento. Independentemente da qualidade, o quilograma de feijão saiu dos 700 kwanzas para 1.300.

O cenário se estende por todos os produtos. Até um quilograma de arroz ou de açúcar sofreu alteração. Actualmente, o arroz custa 550 kwanzas e o açúcar 450 kwanzas, enquanto referência do Km 30 respectivamente, indicador de um crescimento de 100 kwanzas, o equivalente a 22,22 e 28,57 por cento, respectivamente.

As verduras e frutas também sofreram consideráveis aumentos. Só para citar, o balde de tomate custa 4.500 kwanzas, contra os dois mil que foi comercializado antes da quarentena. A justificativa dos revendedores, é a de que os preços também subiram nos locais de revenda “e não temos como não subir também, para tirar algum lucro”.

Táxi

O método de transporte de passageiro parece estar a respeitar a regra de distanciamento entre as pessoas, exigida pelas autoridades sanitárias, para prevenir o contágio por Covid-19.

As autoridades determinaram que, durante a quarentena, os transportes públicos e privados devem apenas levar um máximo de um terço de pessoas, da lotação total de cada veículo, no âmbito do Estado de Emergência decretado com a entrada no país de pessoas infectadas pela Covid-19.

Os táxis transportam duas pessoas, em cada quatro lugares. Porém, o preço aumentou de 150 para 300 kwanzas, alteração que acaba por cobrir os assentos sem passageiro.

Água cara

Em meio à pandemia do novo coronavírus, os consumidores que dependem da água por cisternas denunciam um aumento de preços, numa altura em que, nos bairros, o produto está a ficar raro. Por exemplo, uma cisterna de 10 mil litros está a ser comercializada a 18 mil kwanzas, contra os 13 mil antes praticados há poucos dias.

A zona do Km 30 é umas das que ainda não beneficia do abastecimento gratuito dado pela Empresa Pública

de Águas de Luanda (EPAL) e, por força disso e para sobreviver, a população é obrigada a comprar cisterna, para ter acesso imediato a água.

Para o cidadão Cristóvão Manuel, casado e com sete filhos por sustentar, a situação é preocupante e apela o Estado a zelar pela situação, por não ter capacidade financeira que suporte tamanhos gastos. “Agora nós passamos todos os dias em casa e consumimos mais. Só este mês, já reabasteci o meu tanque e sendo a água tão importante, torna-se complicado economizar para outras coisas”.

Os camionistas estão a se aproveitar a quarentena para subirem preços e não há razão, quando o Estado vende a um preço abaixo de seis mil kwanzas a cisterna.

3.16 Mercado da Mabunda reabre apenas para venda de peixe

Jornal de Angola

19 De Abril de 2020

Texto: Alberto Quiluta

O mercado de venda de peixe da Mabunda, em Luanda, reabriu ontem, depois da criação de um conjunto de condições que vão de encontro às recomendações do Ministério da Saúde sobre as medidas de prevenção à propagação da Covid-19.

O espaço foi ampliado, permitindo um maior distanciamento social, mas fica proibida a venda de outros produtos que não sejam o pescado, legumes e frutas.

O governador de Luanda, Sérgio Luther Rescova, e a presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, Maria Antónia Nelumba, inspeccionaram as condições do mercado.

O administrador adjunto do mercado do peixe, Renato Pinto, disse, ao *Jornal de Angola*, que depois de duas semanas ter sido encerrado, o mercado melhorou em termos de higiene, além de ter sido ampliado o espaço de venda. “Vamos trabalhar em dias alternados devido à pandemia da Covid-19”.

Em função da pandemia da Covid-19, as bancadas estão distanciadas umas das outras cerca de metro e meio, conforme recomendações do Ministério da Saúde. Renato Pinto afirmou ter criado as condições para as pessoas lavarem as mãos ou desinfectá-las com álcool-gel, facto que preocupava a maioria dos frequentadores do mercado da Mabunda.

“As filas são enormes e, por vezes, gera confusão. Temos trabalhado com rigor e orientado as peixeiras

para o cumprimento das regras, mas algumas não acatam os conselhos da administração do mercado, o que torna difícil a convivência”, precisou.

Paula João de Fátima, peixeira, lamenta o comportamento de algumas pessoas que em nada ajudam para a organização do mercado. “Está mal. Lá em frente pode estar organizado, mas cá atrás a confusão é para entrarmos na fila”.

Peixeira há 23 anos, Rebeca Domingos disse não gostar da maneira como foi organizado o mercado nesta fase, porque, até ao momento, não consegue vender nada, isto por conta da desorganização que se verifica.

O mercado estará aberto em dias intercalados, ou seja, terça-feira, quinta e sábado. Na próxima segunda-feira reabre apenas para trabalho interno.

A praça, uma das mais concorridas do país, possui duas naves para venda a retalho de peixe fresco, seco e hortícolas.

Dispõe ainda de compartimentos para a arrecadação das artes de pesca dos armadores, dois contentores frigoríficos para conservação do pescado, equipamentos para o tratamento das águas residuais, água para uso doméstico e para o fabrico de gelo, entre outras condições.

3.17 Cantinas de Luanda registam escassez de bens de consumo

Novo Jornal

24 De Abril de 2020

As cantinas espalhadas pela cidade de Luanda registam, cada vez mais, queda na diversidade de produtos, sendo que, por outro lado, os preços dos bens disponíveis têm registado aumento a cada dia, constatou o NJ por via de ronda feita em diversos estabelecimentos comerciais e fruto de conversas mantidas clientes.

Francisco Lote, de 30 anos, funcionário público que reside no bairro Capolo 2, distrito urbano do Palanca, faz regularmente compras num supermercado perto de casa, mas, quando dispõe de poucos recursos, prefere gastá-los numa cantina ao lado, onde os víveres têm sido comercializados a preços relativamente mais baixos.

O cidadão conta, porém, que nos últimos dias já não se sente grande diferença entre os preços praticados nos supermercados, comparados aos dos pequenos estabelecimentos comerciais, pois quase todos os produtos adquiridos nas cantinas registaram aumento

nos preços, sendo que, em alguns casos, o custo nas lojas chega a ser mais alto relativamente ao das grandes superfícies comerciais.

Já a empregada doméstica olívia chissingue, moradora do bairro Neves Bendinha, diz que há muitos anos adquire os bens para o consumo em cantinas, não apenas pelos preços mais baixos de outrora, mas porque encerram portas demasiado tarde, facilitando compras à última hora.

"A cada dia tudo está a ficar mais apertado, aliás, nas cantinas os preços dos produtos têm subido substancialmente", desabafa olívia, acrescentando que este estado de coisas se deve não só à situação da actual pandemia do coronavírus, mas ao "oportunismo de alguns comerciantes desonestos".

A título de exemplo, a interlocutora recorreu ao preço do quilograma do feijão nas cantinas, que anteriormente era comercializado a 600 kwanzas, passando a ser vendido actualmente a 1.500 kwanzas, representando um aumento de 150%, ou seja, mais 900 kwanzas, enquanto o quilo de arroz subiu para 800 kwanzas, quando custava 350 kwanzas. Situação idêntica acontece com o preço do quilograma de açúcar, passou de 400 para 700 kwanzas, um aumento de 75%.

Por seu lado, alguns comerciantes deste segmento do mercado retalhista, foram unânimes em afirmar que os preços estão a subir devido à também alta de preços nos distribuidores grossistas.

Quanto à baixa diversificação de bens de consumo nas cantinas, dominadas sobretudo por comerciantes oriundos do Oeste Africano, a opinião divide-se entre os que avançam a inexistência dos produtos mais procurados e a venda limitada de outros pelos grossistas.

"O que farei se os grandes armazéns vendem apenas um saco de açúcar e outro de arroz para uma cantina como esta que possui muitos clientes?", questionou se o comerciante maliano Mohamed Pela, detentor de uma cantina no bairro Palanca.

De acordo com outros interlocutores, sobre a baixa diversidade de produtos, especialmente bens alimentares que integram a cesta básica, seguem altos devido a pandemia da Covid-19.

Hortênsio Sebastião

3.18 Consumo «Hoje com 10 mil já não se consegue comprar muita coisa)

Novo Jornal

24 De Abril de 2020

Texto: Dulcineia Lafua e Gaspar

Faustino

"Os preços não estão para menos. Hoje com 10 mil kwanzas já não se consegue comprar muita coisa. Só consegui comprar um pouco de carne, galinha e algumas verduras", descreveu a cidadã Formosa Augusto, que na altura se encontrava na fila dos legumes. A especulação de preços, segundo constatou o NJ, é praticado por vendedores e gerentes de armazéns grossistas em quase todos os mercados informais da capital do país.

A também funcionária pública acrescenta que, quando sai de casa para ir ao mercado ou resolver uma situação pontual, obedece sempre às medidas de segurança.

"Estou sempre com o meu álcool em gel e máscara", frisou, embora, na altura em que foi interpelada pela equipa do NJ, não dispusesse de algum meio de protecção.

Enquanto uns se preocupam com as vendas, compras e as medidas de segurança, alguns roboteiros no mercado do BCA, em entrevista a este semanário, disseram que pretendem regressar às suas zonas de origem devido às actuais dificuldades.

"Luanda já não está boa. Assim que se levantar a cerca sanitária, queremos voltar para Benguela e ficar com as nossas famílias", frisou o jovem Mateus Tchiangalala Tchawa, acrescentando que "o movimento está fraco, pois os clientes sumiram e o mercado até já não fica cheio. Antes levava para casa até oito mil kwanzas, mas hoje está difícil. A quarentena estragou tudo, estamos a morrer de fome e todo o dinheiro que estava guardado já acabou".

Mercado reduz de 4 mil para 1.200 o número de vendedores Como medida de prevenção para se evitar a propagação do novo coronavírus, a administração do mercado dos Kwanzas, localizado no município do Cazenga, em Luanda, decidiu reduzir o número de vendedores de quatro mil que o mercado com- portava para 1.200. A redução, que vai vigorar até o término do estado de emergência, segundo o administrador adjunto, Arsénio Gonçalves, visa impedir uma possível transmissão comunitária do vírus.

"Esse número de vendedores que ficaram é o que comercializa os produtos essenciais, como materiais de higiene, limpeza e bens alimentares das 6 às 13 horas, nos dias estipulados no âmbito do decreto presidencial", explicou.

Além da redução do pessoal, outra medida de cautela encontrada pela administração do mercado, segundo o responsável, foi a aquisição de máscaras de fabrico caseiro.

"Quando se decretou a segunda fase do estado de emergência no dia 12 de Abril, para prudência, o mercado adquiriu perto de 3.500 máscaras de pano e distribuiu a vendedores e aos seus funcionários", disse ao NJ Arsénio Gonçalves, sublinhando igualmente que observam outras medidas de segurança, tais como: "higienização das mãos obrigatoriamente com água e sabão logo à entrada do mercado, o uso do álcool em gel, bem como a distância de um metro entre os vendedores, e entre estes os compradores".

Para manter a ordem e fazer cumprir as normas de segurança, além dos 24 fiscais, o mercado dos Kwanzas conta com apoio dos órgãos de defesa e da direcção municipal da saúde que tem estado a fazer fumigação e desinfecção do local.

Médico alerta para o risco de contaminação comunitária Jeremias Agostinho, especialista em Saúde Pública, disse, em declarações a este semanário, que os mercados informais podem ser um lugar de transmissão da Covid-19 caso não se cumpram as orientações das autoridades sanitárias.

"A distância entre uma bancada e outra e, entre os usuários dos mercados, tem sido bastante preocupante. A distância quase nunca é superior a um 1,5 metro, isso faz com que as pessoas estejam tão próximas, uma das outras, o que pode aumentar o risco de contraírem a doença", alertou.

O médico em Saúde Pública avisou também que as confraternizações nas ruas e a proximidade entre as pessoas nos mercados criam um cenário possível para que as pessoas façam o vírus circular.

Uma pessoa infectada que não tenha desenvolvido sintomas graves, explica Jeremias Agostinho, pode transmitir o coronavírus a outros, e estes a mais outros, o que, conseqüentemente, levará a piorar a cadeia de contágio.

"As vendedoras não possuem as máscaras, e habitualmente, para chamarem os clientes, têm que gritar muito, libertam gotículas de saliva", alertou o médico, que falou na necessidade de um reforço nas medidas de prevenção juntos dos mercados.

3.19 Mercados informais «abraçam» prevenção aos poucos

Novo Jornal

24 De Abril de 2020

Texto: Dulcineia Lafua e Adjali Paulos

O país vive pela primeira vez na sua história, desde o dia 27 de Março, um quadro de estado de emergência em face da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), que já fez duas vítimas mortais em Luanda. A situação levou a que as pessoas adoptassem novos modos de convivência, em que o aperto de mão, abraços e beijos já não fazem parte.

Nas praças, essas regras não passam despercebidas. Vendedores e compradores são obrigados, nos três dias estipulados para a realização de vendas - terças-feiras, quintas-feiras e aos sábados -, a cumprir várias medidas de segurança, desde o afastamento social, lavagem regular das mãos ao uso de luvas e de máscaras.

Em alguns mercados como o do São Paulo, Congolenses, Kwanzas e BCA, todos localizados em Luanda, onde a equipa de reportagem do Novo Jornal esteve por muito tempo, foi possível observar que as pessoas se adaptavam às novas medidas de segurança, as quais eram outrora ignoradas nessas superfícies que albergam milhares de cidadãos provenientes de vários pontos do país.

Lídia Marques vende tomate numa das "bancadas" da conhecida praça dos Kwanzas e reconhece que a situação da Covid-19 é «preocupante» e que deve ser levada a sério. A vendedora, que tinha no rosto uma máscara feita com tecido de pano do Congo, o tipo de máscara mais visível naquele local, garantiu ao NJ que tem conhecimento sobre a doença e que cumpre as medidas de segurança.

"Antes e depois de receber os valores da mão dos clientes, uso o álcool em gel para desinfetar as mãos, observo o distanciamento de um metro com outras colegas e aconselho as outras a fazerem o mesmo. Sei dos estragos que a Covid-19 está a causar no mundo e tenho muito medo dessa doença", precisou.

A jovem, que vende no mercado há mais de cinco anos, observou também que, nesse período de emergência e de restrições que o país vive, o

importante não é lucrar, mas "despachar" os produtos e levar alguma coisa para a família.

"Estamos a comprar caro o negócio. Ao chegar no mercado, temos que reduzir os preços porque, senão, os clientes fogem e o tomate estraga, e corremos o risco de regressar a casa de mãos vazias", frisou.

Vendedores pedem mais tempo para as vendas

No entender dos comerciantes, o horário das seis às 13 horas, estabelecido pelo Governo, não é suficiente para a actividade comercial e pedem que se acrescente mais horas. Os motivos, justificaram, tem que ver com a dificuldade na aquisição dos bens e no transporte dos mesmos.

"Antes de chegar à praça, passámos maior parte do tempo na luta para aquisição dos negócios, e esse exercício consome a maior parte do tempo e faz com que cheguemos ao mercado muito tarde e não aproveitamos as vendas", relevaram.

Mãe Manuela, vendedora na secção de frescos no mercado dos Kwanzas, contou que chegou à praça por volta das 11 horas da manhã e que, até ao momento em que decorria a reportagem do NJ, quando o relógio marcava 40 minutos para 13 horas, só tinha vendido 1.000 kwanzas. A cidadã temia não conseguir terminar o peixe e levar sustento para os filhos.

"Sei que o país não está bom. Por favor, nos acrescentem algumas horas de venda, prometemos cumprir. Estamos a perder produtos e dinheiro", apelou.

À semelhança dos Kwanzas, os vendedores e compradores do mercado dos Congolenses, no distrito urbano do Rangel, também sentem a mesma dificuldade tanto na aquisição dos negócios como no horário e dias de vendas. A anciã Isabel Fernandes, de 70 anos, com a mão levada ao rosto, faz contas à vida.

"vendo carne de porco abatida aqui no mercado há mais de 20 anos, e é a primeira vez que vivemos uma situação do género, em que os gastos são maiores que os lucros. Estou a comprar uma cabeça de porco a 70 mil kwanzas no mercado do Trinta. Abater o animal e tirar de lá para cá são mais uns cinco mil kwanzas e as vendas não são favoráveis por causa do tempo. Estamos a perder", lamentou a anciã.

3.20 Mercados reabrem no final do mês

Jornal de Angola

25 De Abril de 2020

Texto: Casimiro José

Os mercados da Feira e do Chingo, na cidade do Sumbe, província do Cuanza-Sul, reabrem ao público a 30 do corrente mês, depois de terem sido higienizados pela Administração Municipal, no quadro das medidas de prevenção e combate à Covid-19, anunciou, ontem, o administrador Municipal.

Adão da Silva Pereira, que falava durante uma visita de campo do governador provincial, Job Capapinha, disse que no mercado do Chingo vão funcionar 360 barracas, das 480 instaladas, como medida de distanciamento entre as vendedoras e criar espaços para os clientes circularem à vontade. Já no mercado da Feira, acrescentou, as barracas vão ser instaladas de acordo com os mesmos critérios.

O governador do Cuanza-Sul, Job Capapinha, exigiu o cumprimento rigoroso das medidas de higienização, para que a reabertura dos mercados não seja um embaraço à saúde pública. “Vamos reabrir os mercados, sem perder de vista o factor prevenção. Por isso, caso haver embaraços, seremos obrigados a encerrar os mercados”, avisou.

Num encontro relâmpago com algumas vendedoras, Capapinha ouviu reclamações sobre os prejuízos resultantes da demolição e requalificação do mercado do Chingo. Sem avançar para um horizonte temporal, o governador pediu calma e prometeu dar solução às questões apresentadas.

O mercado do Chingo possui 12 lojas, três armazéns, um balcão do banco Sol e conta com 54 trabalhado.

3.21 Preços mais controlados nos mercados informais

Ana Paulo

27 De Abril de 2020

Os preços dos bens alimentares, sobretudo os da cesta básica, estão mais controlados, por estes dias na cidade de Luanda.

Nos mercados informais e mesmo nos supermercados do circuito formal da cadeia logística nacional, a variação do custo de cada produto reflecte os discursos assumidos quer pelo Ministério da Indústria e Comércio, Instituto Nacional de Defesa

do Consumidor (INADEC) e Distribuidores, seja pelos pequenos vendedores no segmento de retalho. Nos mercados e armazéns nas proximidades do Kikolo (Cacuaco), Asa Branca (Cazenga) e Areal do Benfica (Talatona), os preços desta semana mantêm as mesmas cifras de dias atrás na maioria dos bens levantados.

No mercado do Kifika, distrito Urbano do Benfica, município de Talatona, em Luanda, os clientes pouco reclamavam dos preços, pelo contrário assinalavam com satisfação o facto de terem encontrado em muitos bens os preços de Março e das primeiras semanas de Abril, altura em que se começou a combater com medidas de isolamento a Covid-19.

As hortaliças como couves, cenouras e repolhos, por exemplo, muito procurados e usuais nas refeições diárias, apresentam preços pequenos e aumento nas quantidades em oferta, variando as porções menores entre 100 e 300 kwanzas, e as maiores de 500 a mil kwanzas. Para quem compra a grosso o repolho, geralmente medido em cabeça (medida de aproximadamente 500 gramas a um quilograma), cobra-se por 20 cabeças médias, o preço de dois mil kwanzas. O balde de quiabos mil kwanzas, a cesta de tomate misto a três mil kwanzas e o tomate maduro sete mil kwanzas (balde de 10 kg).

Dona Ana Bela foi ao Kifika, no sábado, e satisfeita com as compras feitas no mercado, disse ter encontrado preços “extraordinários”, como o de um balde de 10 kg de batata-doce ao preço de 2.500 kwanzas, a cabeça de repolho ao preço de 200 e os restantes produtos como beringela, tomate, cebola, alho, fuba, entre outros, as porções não passavam dos 500 kwanzas. Já nos operadores Kero e Shoprite, embora não se verificassem alterações em relação aos preços de há alguns dias, neles os preços dos produtos nas referências acima citadas custam alguns kwanzas mais, que para alguns deve-se ao conforto de comprar fora dos empurrões e odores dos mercados a céu aberto.

Nos armazéns comerciais a grosso, houve um ligeiro aumento no preço do saco de arroz de 25 quilogramas, que rondava, em Março, os 11.500 kwanzas, agora (até ontem fixados) ao preço variável de 12.900 a 14 mil kwanzas, dependendo da marca do produto. Nos congelados, alguns produtos baixaram, como é o caso da caixa de coxa de frango que dos anteriores 13 mil custavam, até ontem, 10 mil kwanzas.

Sobre os preços dos produtos, o ministro da Indústria e Comércio, Victor Fernandes, falou há dias em conferência de imprensa onde abordou sobre a actualização do licenciamento dos operadores

económicos. Na ocasião, garantiu que as actividades inspectivas continuam em curso e que, quer o INADEC, ou a Inspeção Geral do Comércio trabalham de forma preventiva para garantir que o estado especulativo não se instale nestes dias nem em ocasiões futuras.

Para o ministro, não há necessidade de especulação de preços nas grandes nem nas pequenas superfícies comerciais, pois o país dispõe de stock disponível de bens alimentares de primeira necessidade. “Os nossos colaboradores estão em alerta e muitos continuam em campo para maior controlo da situação, o que faz com que até ao momento, não se tenha registado um aumento considerável de natureza especulativa”, garantiu.

3.22 Ambulantes insistem em desobedecer

Jornal de Angola
30 De Abril de 2020

Apesar da autorização da abertura dos mercados e das vendas em dias e períodos estabelecidos, alguns vendedores insistem em quebrar as regras.

Comercializam produtos diversos em qualquer dia da semana e horário. Em mercados como o da Estalagem, Mamã Gorda e Cometa, no município de Viana, as zungueiras invadem as ruas em pequenos grupos, alegadamente por dificuldades em alimentar as famílias se não venderem todos os dias.

Noutro ponto do município, na praça do 30, depois de cumprir o período que vai das 6 às 13 horas, algumas vendedoras criam pequenas bancadas fora do recinto para dar continuidade a actividade, atitude prontamente reprovada por um cidadão que presenciou o momento.

"A polícia deve reprimir todas as pessoas que insistirem em desobedecer às regras impostas, colocando em risco as suas próprias vidas e dos demais", sugeriu.

3.23 Mercados em Cacuo permanecem encerrados

Jornal de Angola
30 De Abril de 2020
Texto: Fula Martins

Durante uma ronda efectuada aos mercados do Kikolo, Vidrul, Vila sede, Kifangondo, Sabadão e outros no município de Cacuo, o Jornal de Angola

constatou que os mesmos continuam encerrados ao comércio e sob vigilância das forças de defesa e segurança.

No mercado do Kikolo, por exemplo, vários produtos do campo e outros perecíveis deterioram-se devido ao cancelamento das vendas. Um vendedor, que falou na condição de anonimato, acusou os agentes da polícia e seguranças afectos ao mercado de se aproveitarem da situação para facturar, cobrando aos vendedores e proprietários de câmaras frigoríficas que pretendam aceder ao espaço para verificar o estado de conservação dos produtos.

“Os vendedores que desejam ver o seu negócio têm que pagar entre 500 a mil kwanzas, enquanto os donos das câmaras frigoríficas e outros contentores pagam acima de cinco mil kwanzas”, denunciou.

Apesar da denúncia, Eusébio Neves, proprietário de quatro câmaras frigoríficas no mercado, garantiu que nunca lhe foi cobrado qualquer valor monetário. Apenas ouviu de outras pessoas sobre as “negociatas” envolvendo os agentes da Polícia Nacional, seguranças e vendedores dos mercados.

Ainda no Kikolo, além da destruição de algumas bancadas de venda, o Jornal de Angola constatou, igualmente, a existência de um espaço de venda no outro extremo do mercado. Situado no município do Cazenga, o denominado mercado “Panga-Panga” funciona nos dias da semana definidos no Decreto Presidencial sobre o Estado de Emergência, facto que deixa o grosso dos vendedores do Kikolo apreensivos.

Localizado na comuna da Funda, para contornar o encerramento do Sabadão, os vendedores optaram pelo comércio ao longo do troço que liga Kifangondo a Catete, colocando mesmo em perigo as suas próprias vidas e a dos clientes. Produtos como couve, repolho, tomate, cenoura, pepino, ramos de batata, jimboa, gindungo e beringela são vendidos em bancadas improvisadas no chão e sem as mínimas condições de higiene.

Fernando Pedro, vendedor de produtos agrícolas, suspeita que a continuidade do fecho do mercado tem a ver com o conflito de interesse entre o gestor do mercado e a administração municipal. Acrescenta que o novo Coronavírus apenas veio atizar a crise entre as duas instituições. Fernando Pedro aproveitou para condenar os excessos das forças da ordem que, em muitos casos, agem de forma violenta contra os vendedores.

A avó de Carolina embarca no mesmo pensamento. Além de criticar a actuação dos polícias e militares em

impedir as vendas, embora o Governo tenha definido os dias e horários de comércio, assegurou que as vendedoras contactaram a administração do mercado, que, entretanto, alegou estar à espera de uma orientação das autoridades.

“Ouvimos na rádio e na televisão que os mercados devem abrir terça, quinta e sábado para vendas, mas aqui no Sabadão isso não acontece. Por isso é que estamos a vender junta à estrada”, justificou, Avo da Carolina.

Nos mercados da Vidrul, Vila Sede e Kifangondo o cenário pouco difere. Apesar do clima de agitação no seio das vendedoras, que tudo fazem para contornar a medida, mantêm-se encerrados.

Constantes apelos para reabertura

São constantes os apelos dos vendedores do mercado do Kikolo para reabertura do espaço de comércio em cumprimento as orientações contidas no último Decreto Presidencial sobre Estado de Emergência.

Vendedora de produtos alimentares e diversos, Macaia Paulina disse ao Jornal de Angola que, além de acumular perdas, está saturada com a atitude do administrador municipal, que insiste em manter o mercado encerrado, desrespeitando as orientações do Estado de Emergência.

Macaia Paulina mencionou que o Decreto Presidencial determina três dias alternados para abertura dos mercados no país, mas, infelizmente, a medida não está a ser implementada no município de Cacuaco. Em consequência desta situação, aumentou a privação por que passa as famílias dependentes das vendas diárias para comer.

“Estamos a sofrer, já não temos quase nada para comer. Imploramos às pessoas de direito para atender às nossas lamentações”, disse Macaia Paulina.

Visivelmente angustiada e sem saber o que fazer estava a vendedora Cesaltina Pedro. Três dias depois que passou a vigorar o Estado de Emergência, já lá vai um mês, foi impedida de vender pela administração municipal. Com a voz rouca e bastante frontal, Cesaltina Pedro explicou que, no encontro mantido com as autoridades municipais aos vendedores foi dito que o mercado do Kikolo é dos mais melindrosos, porque recebe inúmeros produtos originários da China e da República Democrática do Congo, países onde os registos de casos do novo Coronavírus são elevados.

Cesaltina Pedro afirmou que o mercado do Kikolo está dividido em duas alas. Uma ala fixa no território de Cacuaco e a denominada “Panga-Panga”, ala

situada no município do Cazenga. Esta última tem portas abertas ao comércio nos dias definidos no Decreto Presidencial e a vendedora tem dificuldades em entender a diferenciação, uma vez que a separação dos dois espaços é limitada por uma rua.

“Será que o mercado do Kikolo faz parte de outro planeta”, questionou Cesaltina Pedro, sem disfarçar a tristeza com as perdas que teve.

A onda de prejuízos também afectou Eusébio Neves, Em 30 dias, acumulou avultadas perdas financeiras com as quatro câmaras frigoríficas que há vários instalou no mercado do Kikolo.

“Não é salutar o administrador manter os mercados do município encerrados. Trata-se de uma imposição musculada, violando as orientações do Titular do Poder Executivo”, disse Eusébio Neves lamentou o momento crítico por que passam os vendedores em Cacuaco e apelou a maior sensibilidade diante das dificuldades que os munícipes enfrentam, principalmente neste período de Estado de Emergência.

Cumprimento dos horários

Cada vez mais os vendedores e clientes, na capital do país, têm estado a obedecer os horários estabelecidos pelo Decreto Presidencial sobre o Estado de Emergência, relativo às vendas nos mercados.

O Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março, definiu medidas concretas de excepção durante o Estado de Emergência. As terças, quintas e sábados, no período entre as 6 e 13 horas, os vendedores comercializam bens alimentares e outros produtos considerados essenciais.

Por outro lado, nos dias de folga o cumprimento também tem sido observado. O Jornal de Angola constatou que às segundas-feiras, no mercado do São Paulo e na zona da Gajajeira, não há movimentação de vendedores e clientes. Cenário idêntico registado no mercado dos Congolenses e ao longo da rua das “Pedrinhas”, no Distrito Urbano do Rangel.

“As vendedoras e clientes estão a cumprir as orientações das autoridades. Parece que as pessoas começam a ganhar consciência do perigo que a pandemia representa às comunidades”, realçou Maria Voto, moradora nos arredores dos Congolenses. Nos Kwanzas, o dia fica marcado com a realização de campanhas de limpeza e de organização do mercado, localizado no Cazenga.

3.24 Covid-19: Quitadeiras pedem mais horas para venda

Jornal de Angola

29 De Abril de 2020

Texto: João Pedro

Sete horas e 30 minutos, no mercado dos Kwanzas, Conceição de Almeida já tem a bancada pronta para vender o peixe quimbumbu e corvina aos primeiros clientes do dia. A qualidade do seu pescado atrai os que passam naquela área da praça.

Neste tempo de recolhimento, as vendedoras têm apenas seis horas de trabalho em comparação com as nove que tinham antes da Covid-19. Agora que as regras de venda mudaram, os clientes aproveitam comprar todos os produtos que precisam, pois têm apenas às terças, quintas e sábados para fazê-lo.

As vendedoras apontam o pouco tempo têm como a causa da perda de inúmeros produtos que se estragam nos dias que ficam em casa. A peixeira, Conceição de Almeida, na actividade há mais de 20 anos, salientou que não está a ser fácil lidar com esta situação, tendo em conta que a maioria das famílias tira os seus rendimentos no mercado informal. Mas, devemos ter muito cuidado, porque podemos ter muitos mais casos da Covid-19 e depois não vamos conseguir controlar.

“Todos estamos afectados com perdas no negócio; Mas, devemos ter em conta que, o não cumprimento destas normas, é um perigo muito grande e que não estamos prontos para isso”, disse a peixeira. À espera de clientes está também Ermelinda Gaspar. Com um pano na mão afugenta as moscas que querem pousar na carne que vende. Ela manifesta que o tempo de venda é curto, mas reconhece que é necessário para saúde. “ Estamos a ver pela televisão o que se passa na Itália, Estados Unidos e outros países. O número elevado de mortes foi por falta de prevenção, mas é o mesmo que estamos a fazer neste momento”, critica.

Medidas de prevenção

As medidas impostas pelas autoridades sanitárias, no sentido de evitar a contaminação comunitárias da Covid-19, naturalmente abrangem o mercado dos Kwanzas. A administração do mercado colocou materiais de biossegurança para que os todos utentes possam fazer a lavagem das mãos com água e sabão.

Conceição de Almeida, vendedora no respectivo mercado, disse que todos devem cumprir com as medidas impostas para que clientes e vendedores estejam protegidos. “É triste notar que muito de nós não obedecem as medidas de prevenção, o que

dificulta o trabalho da Polícia e dos fiscais”. Conceição de Almeida ressaltou de que muitas pessoas vendem em local impróprio.

Fiscais incansáveis

Atentos a todos que entram ao mercado, os fiscais não se cansam de sensibilizar para o uso e máscaras e a lavagem das mãos com água e sabão. Mesmo assim, depois de muitos anúncios sobre o perigo do Covid-19, há quem ainda negligencia as medidas de segurança. É neste momento que Mário de Oliveira, fiscal, entra em cena.

O jovem garante não ser fácil lidar com público, mesmo que a maioria tenha conhecimento das medidas de segurança. “ Todos os dias temos de conversar com as quitadeiras sobre os perigos que enfrentam ao lidar com o público. Por ser a Covid-19 um inimigo invisível é que o distanciamento social não deve ser descartado”, disse o fiscal.

Manuel de Oliveira contou que a hora de encerrar o mercado é o momento mais difícil. porque muitas senhoras alegam não terem vendido nada e que, quando os clientes começam a aparecer, são obrigadas a deixar o recinto. Apesar desta triste situação, o fiscal diz que não podem fazer nada.

Perigo no mercado dos Ramiros

O novo mercado do KM 30, nos Ramiros, torna-se cada vez mais conhecido, pelos preços baixos praticados em todos produtos; legumes, hortaliças, peixe, carne e tudo mais. A enorme multidão, entre clientes, vendedores e os famosos trabalhadores que ajudam a levar as compras, observamos que não se cumpriam as normas de segurança. Bastava que aparecesse uma pessoa com a Covid-19 para que, em algumas semanas, o número de pessoas contaminadas aumentasse.

O Jornal de Angola constatou também que a maioria das vendedoras do mercado não sabe da hora a que o mesmo encerra. Algumas diziam que era às 13h e outras às 16h.

Maria vende tomate, cada caixa a sete mil Kwanzas, para ela às 12h é que aparece grande quantidade de clientes, mas, infelizmente, é o momento em que os policiais obrigam as pessoas a abandonar o local.

“ Acho que podíamos vender até às 16h para que vendêssemos um pouco mais e os produtos não se estragavam”, disse Maria que lamenta a falta de distanciamento social no mercado. Na companhia do marido, Marta Indira, que vive na centralidade do Kilamba, disse que os preços naquele mercado são muito baixos, em comparação com os outros

mercados e dá às pessoas a possibilidade de comprar maior quantidade de produtos.

Hora do fecho

Eram 12h30 minutos, de repente, os agentes da Polícia, munidos de microfones, pediam às vendedoras para que deixassem o local. Apesar de muita relutância, aos poucos o mercado ficou vazio. Mas, havia alguém que não quis acatar os apelos, por isso foi advertida em alto e bom-tom. “A senhora de blusa verde, se voltar a empurrar o agente, vai ser levada para o tribunal...”, disse-lhe um agente. O chefe do carro patrulheiro, que não quis ser identificado, disse que, nos dias em que o mercado abre, quando chega à hora de sair, é assim. E que os vendedores, depois de deixarem o recinto, vendem os produtos ao longo da estrada, o que é muito perigoso. Quanto à sensibilização, o agente acrescentou que, neste período da pandemia, é muito importante para que se registem poucos casos de transmissão local.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 AN aprovou orçamento «irrisório» de 34 mil milhões Kz

Novo Jornal
3 De Abril de 2020

A Assembleia Nacional aprovou para o seu funcionamento em 2020 um orçamento de aproximadamente 34 milhões de kwanzas, mas apela à contenção nas despesas por reconhecer que a verba é "insuficiente" para as necessidades reais.

De acordo com uma resolução publicada em 30 de Março no Diário da República de Angola, dos cerca de: 34 mil milhões de kwanzas 32 mil milhões destinam-se à Assembleia Nacional, 1,6 mil milhões à provedoria de Justiça e 713 milhões à Entidade Reguladora da comunicação Social Angolana.

No entanto, a Assembleia Nacional considera que este orçamento "é insuficiente para atender às reais necessidades" e pede "medidas restritivas" para assegurar o cumprimento dos encargos decorrentes das suas actividades. A «casa das leis» recomenda ainda que se envidem "esforços no sentido de se pagar as dívidas", sobretudo as que dizem respeito à assistência médica e que se reforce o controlo dos encargos de manutenção das viaturas e do edifício da Assembleia Nacional. A resolução sugere, por outro lado, que se adoptem mecanismos para alavancar as receitas próprias para "minimizar os constrangimentos na execução da despesa".

A Assembleia Angolana tem assento para 220 deputados, distribuídos pelos grupos parlamentares do Movimento popular de Libertação de Angola (MPLA), da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), da Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE), do Partido de Renovação Social (PRS) e da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

.LUSA

4.2 Regime dos duodécimos segura OGE

Jornal de Angola
11 De Abril de 2020
Texto: Isaque Lourenço

O regime dos duodécimos, previsto no artigo 24º da Lei quadro do Orçamento, é um mecanismo de salvaguarda da execução orçamental em caso de não votação ou não aprovação pela Assembleia Nacional.

Para o especialista em mercados internacionais de petróleo Flávio Inocêncio, o Ministério das Finanças (MINFIN) deve avançar, ainda neste primeiro semestre, com a revisão do documento de programação financeiro do Governo deste ano, uma vez estar descontextualizada a previsão do barril no OGE (55 dólares) com o valor actual das encomendas (25 a 30 dólares).

O duodécimo, explica, traduz-se na execução do orçamento do ano anterior até 1/12 da despesa daquele ano nos casos de não aprovação ou mesmo da sua revisão.

Em resposta a vários questionamentos de internautas sobre os cenários possíveis para o OGE/2020, face à baixa do preço do petróleo nos mercados internacionais, Flávio Inocêncio está seguro de que não será preciso fazer-se recurso ao regime dos duodécimos, pois a Assembleia Nacional, a funcionar com a Comissão Permanente, neste momento, deverá convocar no momento que se impor o seu Plenário, especialmente, para atender a este imperativo. Só em caso de não aprovação é que se coloca o regime dos duodécimos”, aclarou assim, a maioria dos participantes no referido debate opina ser a revisão do OGE/2020 um desafio colossal para o Minfin, nesta fase, pois que nem se sabe ainda qual seria a melhor referência de preço a tomar para o barril que tem estado a oscilar constantemente, mas sem ultrapassar a barreira dos 30 dólares.

De acordo com o ministro de Estado e da Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, a previsão é a de que a revisão do OGE-2020 esteja concluída até ao mês de Junho do corrente ano. Lembrou que os recursos do petróleo representam ainda mais de 60 por cento das receitas tributárias do país e mais de 90 por cento das receitas de exportação.

É intenção, com a revisão, alterar-se o preço de referência do barril de petróleo dos actuais 55 dólares para um preço igual ou inferior a 35 dólares por barril.

4.3 Revisão do OGE 2020 será concluída em Junho

Jornal de Angola

11 De Abril de 2020

Texto: João Dias

O ministro de Estado da Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, anunciou, em Luanda, que a principal medida para fazer face ao impacto do coronavírus e a baixa do preço do petróleo no mercado internacional é a revisão do Orçamento Geral do Estado do ano em curso, cuja conclusão está prevista para Junho.

Na conferência de imprensa realizada quinta-feira para anunciar as medidas de alívio ao impacto da Covid-19 nas empresas e famílias, no termo da 3ª reunião ordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros, Manuel Júnior disse que, com a revisão, vai alterar-se o preço de referência do barril de petróleo dos actuais 55 dólares para um preço igual ou inferior a 35 dólares por barril.

“A previsão é a de que a revisão do OGE-2020 esteja concluída até ao mês de Junho do corrente ano”, adiantou o ministro de Estado da Coordenação Económica, afirmando que a preocupação, neste momento, é de mitigar, o máximo possível, os efeitos da crise em todos os agentes económicos. Lembrou que os recursos do petróleo representam ainda mais de 60 por cento das receitas tributárias do país e mais de 90 por cento das receitas de exportação.

Enquanto decorre o processo de revisão do OGE deste ano, foram adoptadas medidas para diminuir as despesas do Estado, entre as quais se destaca a cativação de 30 por cento das despesas da categoria Bens e Serviços, suspensão de parte das despesas de capital, como as novas aquisições de imóveis no país e no exterior, bem como a redução das viagens dos membros do Executivo e a redefinição e tipificação da gama de viaturas a serem atribuídas.

Plano de Desenvolvimento é revisto

A par da revisão do OGE para o ano em curso, o Executivo vai, também, proceder a uma revisão intercalar do Plano de Desenvolvimento Nacional para o período 2018-2022, elaborando um programa de acção para os anos entre 2020 e 2022, na base de

pressupostos que mais se ajustem à situação actual, quer nacional como internacional.

Segundo o ministro de Estado da Coordenação Económica, o programa de acção estará concentrado em acções que podem ser alcançadas e que, ao mesmo tempo, podem provocar o maior impacto possível na melhoria das condições de vida das pessoas. Manuel Nunes Júnior referiu que, diante do impacto da Covid-19, algumas organizações financeiras internacionais estimam que o crescimento económico global em 2020 poderá atingir a cifra negativa de 0,5 por cento, o que poderá conduzir a que o acesso aos mercados financeiros se torne cada vez mais difícil, dada à redução da liquidez, principalmente para as economias emergentes.

O ministro citou dados do Instituto de Finanças Internacionais que indicam que, só no decurso do mês de Março, os investidores internacionais retiraram dos mercados de países de economia emergentes cerca de 83 mil milhões de dólares. “Este número é muito elevado para acontecer em apenas um mês”, sublinhou Manuel Nunes Júnior, para quem os efeitos da crise causados pela Covid-19 fazem-se sentir em todos os agentes económicos de uma sociedade, nomeadamente o Estado, as famílias e as empresas.

Alívio e não isenção

“Imaginemos que se concedam isenções fiscais às empresas e que, em consequência baixem as receitas não petrolíferas e as petrolíferas, a probabilidade de conviver com um quadro de atrasos no pagamento dos salários ou cogitarmos uma hipótese de redução da remuneração seria grande”, disse a ministra das Finanças. Vera Daves, que respondia aos jornalistas sobre a possibilidade de isentar as empresas de impostos nestes tempos de dificuldade, lembrou que enquanto existir uma grande concentração de força activa em instituições públicas (funcionários públicos), lembrou, o Estado tem de ser cauteloso em abrir mão de receitas fiscais para assegurar que o seu compromisso com os salários esteja sempre garantido.

Para a ministra, o Executivo não pretende conviver com um cenário em que o impacto negativo sobre as famílias fosse grande, já que tem consciência do seu peso na Função Pública. Mas reconhece que é preciso valorizar a dinamização da actividade privada e de reconversão da informalidade.

Vera Daves considerou que o país se encontra perante um dilema após um esforço de reequilíbrio das contas públicas e grande pressão a nível do peso do serviço da dívida, numa altura em que é claro o

forte constrangimento na produção petrolífera e consequente quebra de receita para o OGE.

Medidas imediatas para fortalecer a produção nacional

Uma forma de impulsionar a produção interna, principalmente no domínio agrícola, é disponibilizar meios para o efeito. Daí que instituições como o Fundo de Desenvolvimento Agrário, deve trabalhar, nos próximos dias, junto de explorações agrícolas familiares. No total, o fundo vai destinar 15 mil milhões de kwanzas para potencializar a agricultura familiar.

Ao processo, junta-se o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) a apoiar todos os operadores que pretendam adquirir produtos locais com 26,3 mil milhões de kwanzas. A compra de produtos de origem nacional tem maior ênfase nos bens agrícolas e pescados. Com esta iniciativa, o Executivo quer dotar de liquidez os operadores ligados à distribuição. “Os operadores vão ser seleccionados em breve. O empréstimo terá um custo de 9 por cento de taxa de juros e o pagamento poderá ser feito num período de 12 meses”, disse o ministro da Economia e Planeamento, Sérgio Santos.

A medida abrange, também, os fornecedores de insumos, principalmente os ligados à actividade agrícola e pescas. Para estes operadores, com realce para os pequenos e médios fornecedores, o BDA destina 13 mil milhões de kwanzas. O objectivo é que tenham acesso aos fertilizantes e todos os outros insumos necessários à actividade agrícola e pescas. À semelhança da primeira, esta linha deverá estar brevemente disponível e a taxa de juro é de 9 por cento.

Para reforçar a produção nacional, um total de 270 cooperativas agrícolas vão beneficiar de apoio financeiro. Já está definido um montante de 750 milhões de kwanzas. Para cada 15 cooperativas representativas de cada uma das 18 províncias, o programa vai destinar 50 milhões de kwanzas.

Ainda para fortalecer a produção nacional, o Fundo Activo de Capital de Risco (FACR) vai destinar 4 mil milhões de kwanzas para apoiar, com capital de risco, os investidores que beneficiarem de investimento do BDA. O fundo servirá para investir no capital próprio destas empresas, possibilitando que elas procedam ao pagamento inicial (down payment) dos seus projectos, caso não tenham recursos.

O FACR destina, também, 3 mil milhões de kwanzas para repasse às sociedades de microfinanças, nomeadamente caixas agrícolas e instituições de

micro-crédito. “Elas deverão receber recursos para depois, em regime de micro-crédito, financiarem actividades do domínio agrícola, pequena indústria, distribuição e serviços de desenvolvimento de softwares ou mesmo da produção artística e cultura”, esclareceu o ministro Sérgio Santos.

Ambiente de negócios e economia informal

Outro aspecto que mereceu atenção do Executivo tem a ver com a necessidade de melhoria do ambiente de negócio e formalização da economia informal, com a sua reconversão. Para tal, disse Sérgio Santos, vão ser estabelecidos mecanismos de facilitação e remoção do excesso da burocracia ainda existentes no país. Com isso, esclareceu, empresas deixarão de proceder ao registo estatístico na sua criação, deixando o ónus para o Instituto Nacional de Estatística (INE), que junto da Administração Geral Tributária (AGT), vão fazer o devido registo das empresas no ficheiro único de empresas.

A juntar-se às medidas do Executivo para fortalecer a produção nacional, está ainda a emissão de Alvará Comercial, que doravante fica restrita às actividades consideradas de risco, designadamente comercialização de bens alimentares, espécies vivas vegetais, animais, aves e pescados, medicamentos, venda de automóveis, combustíveis, lubrificantes e produtos químicos.

As restantes deixam de ter obrigação de emissão de alvará comercial, bastando, para o exercício da actividade, uma solicitação dirigida à Administração Municipal e consequente autorização. As empresas, no quadro da medida de melhoria do ambiente de negócio, deixarão de licenciar contratos de gestão, prestação de serviços e assistência técnica estrangeira junto do BNA e do Ministério da Economia e Planeamento.

O Executivo pretende, a médio prazo, trabalhar na reconversão da economia informal em todo o país. Para tal, foram anunciadas medidas para a sua reestruturação e organização, principalmente, as actividades económicas ligadas à venda ambulante, aos mercados, ao transporte de mercadorias e passageiros. Já está criada uma equipa multisectorial para dar resposta ao desafio.

4.4 ADRA e OPSA defendem auditoria às contas da Assembleia Nacional

Novo Jornal

17 De Abril de 2020

Texto: Borralho Ndomba

Silêncio do Tribunal de Contas perante a polémica instalada na questão do subsídio de 17 milhões de kwanzas que o presidente da Assembleia Nacional terá beneficiado para renda mensal da sua residência no ano passado está a preocupar as organizações da sociedade civil no país.

A Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e o Observatório Político e Social de Angola (OPSA), ouvidos pelo Novo Jornal, defendem ser o momento para que se faça uma auditoria às contas do órgão de soberania presidido há doze anos por Fernando da Piedade Dias dos Santos «Nandó», por não compactuarem com os esclarecimentos de que houve uma "gralha técnica que resultou na inserção do montante ao qual está referenciado como sendo subsídio de renda de casa, quando deveria ser serviços de manutenção e de conservação".

Em causa está a peça jornalística avançada pelo jornal Expansão na sua última edição que refere que o líder do Parlamento recebeu no ano passado um subsídio de 203,8 milhões de kwanzas para o arrendamento de casa. Mas em nota de imprensa publicada na segunda-feira, 13, a «casa das leis» afirmou que "nunca procedeu ao pagamento mensal de 17 milhões de kwanzas" ao seu presidente.

Director-geral da ADRA, Carlos Cambuta afirma que, sendo o Tribunal de Contas um órgão com a missão de tornar-se instituição de referência no controlo dos gastos públicos e colaborar para o aperfeiçoamento da Administração Pública em benefício da sociedade, devia já avançar com investigação do assunto polémico.

"Verdade ou não, este Tribunal já deveria pronunciar-se a propósito, evitando o silêncio que aumenta margem de cada cidadão fazer juízo de valor. Por outro lado, o Tribunal de Contas deveria considerar este caso como um facto preocupante no sentido de reforçar a sua acção de controlo dos gastos públicos e antecipar-se na divulgação dos resultados", disse Carlos Cambuta.

Pelo Observatório Político e Social de Angola, falou o jurista Inglês Pinto". O membro do OPSA, que não está convencido com os esclarecimentos avançados pela assessoria da Assembleia Nacional, afirma que o

caso do alegado subsídio escandaliza os "representantes do povo" e defende a responsabilização das pessoas caso haja culpa. "Onde está o Tribunal de Contas para verificar como surgiu o erro e responsabilizar as pessoas? A própria Assembleia Nacional tem estruturas para avaliar como é que surgiu o erro. Este é que é o grande problema. Está em causa a instituição que votamos. Está em causa cidadãos em quem confiamos para a gestão global, do ponto de vista político, económico e social da nossa vida. Há erros que são lapsos, e podem verificar-se. Há outros erros que são graves. E, a partir daí, há que se responsabilizar. As pessoas criam um clima de suspeição", defendeu o jurista.

Entretanto, sobre a polémica dos mais de 203 milhões Kz que Nandó alegadamente recebia para a renda da sua casa, somente o grupo parlamentar da UNITA reagiu - entre os cinco partidos com assento naquela instituição.

Os deputados do maior partido da oposição, que prometem avançar com o pedido de mais uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) nos próximos dias, consideram que há toda a necessidade da intervenção do Tribunal de Contas "para se apurar os factos sobre as contas da Assembleia Nacional, e outros fundos ligados ao erário".

Mas o jornalista Wiliam Tonet não acredita que haverá um pronunciamento do Tribunal de Contas.

Para o director do jornal Folha 8, "o Tribunal de Contas é também um órgão subalterno à maioria do MPLA. O grande crime que existe neste momento é que os principais órgãos que deviam ser de soberania são partidocratas. Entretanto, a 'culpa vai morrer solteira'. Cada um vai dizer da sua incompetência para ele se transformar em competência desculpativa".

William Tonet afirma que a justificação teria sido feita, no mínimo, por uma co-missão de especialidade, que poderia justificar por que nunca detectou a alegada "gralha técnica". "Se o presidente da Assembleia Nacional quisesse dar algum esclarecimento, devia ter a humildade de ir às redacções dos órgãos. É isto. E não é co-locar qualquer pessoa que não está directamente envolvida neste processo para falar com os jornalistas", disse.

UNITA aprovou o Orçamento

Uma fonte junto do gabinete do presidente da Assembleia Nacional disse que não tem problema de apresentar as suas contas. O funcionário sénior da «casa das leis» afirma que o Orçamento é aprovado

por todos os deputados antes de ser enviado para o Tribunal de Contas.

"Assembleia Nacional é um dos órgãos que tem todas as suas contas aprovadas. As contas da Assembleia são aprovadas pelo Conselho de Administração composto por deputados de todos os partidos, que é verificada pela comissão de especialidade, também composto pelos deputados de todos os partidos".

A fonte do NJ disse também que o grupo parlamentar da UNITA não tem idoneidade de exigir uma CPI sobre gestão financeira da Assembleia Nacional, pois seus deputados aprovaram recentemente o Orçamento. "Como é que um grupo parlamentar que aprovou o relatório de contas da Assembleia Nacional há dois meses vai pedir uma CPI? Muitos da UNITA até nem sabem desse documento. O próprio presidente do grupo parlamentar não tinha conhecimento da solicitação da CPI".

4.5 ONU a favor da revisão do OGE 2020 para alinhar economia

Novo Jornal

24 De Abril de 2020

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulgou esta semana recomendou a revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) em Angola de 2020, realçando que pode ser uma oportunidade para garantir o alinhamento entre o plano de Desenvolvimento Nacional (PND) referente ao período de 2018/2022) e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A recomendação consta do relatório sobre o potencial impacto socioeconómico da pandemia da Covid-19 do PNUD em Angola e do programa da ONU para os Assentamentos Humanos (UN Habitat), a que o NJ teve acesso, o qual destaca que a revisão orçamental deverá ter impacto maior no desenvolvimento sustentável e inclusivo, incluindo a promoção do emprego juvenil.

"Angola enfrenta uma recessão económica prolongada, volatilidades no preço do petróleo, crescimento da vulnerabilidade fiscal e externa, crescimento da pobreza, do desemprego e o acesso limitado aos serviços sociais básicos", lê-se no documento, segundo a análise da ONU, a resposta e a recuperação perante a pandemia da Covid-19 requer acções imediatas, pelo que o PNUD e UN Habitat recomendam que o país deva procurar o alívio da

dívida, através da cooperação internacional, com o objectivo de liberar maiores recursos para o OGE.

O documento recorda que, em Angola, a meados de Abril, o Conselho Executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou um alívio imediato da dívida para 25 países, no qual Angola não consta.

4.6 32 Mil milhões são para projetos sociais

Jornal de Angola

30 Abril de 2020

Texto: João Constantino

O Bié prevê gastar mais de 34 mil milhões de kwanzas em 150 acções de âmbito social integradas no PIIM. 145 acções são de subordinação local e cinco dependem dos órgãos centrais. Ontem foi feito o lançamento das obras.

A província do Bié tem, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), 150 acções de âmbito social, orçados em mais de 34 mil milhões de kwanzas.

Das referidas acções, a maioria (145) são de subordinação local e apenas cinco dependem dos órgãos centrais. O lançamento das primeiras obras, feito, ontem, nos municípios de Catabola e de Camacupa, foi testemunhado pelo governador provincial, Pereira Alfredo.

Os dois municípios vão ser contemplados com 15 acções no âmbito do PIIM, cujas empreitadas são de carácter social, designadamente escolas, Centro Materno Infantil, asfaltagem de ruas e terraplanagem de estradas inter-comunais.

No município da Catabola o governador Pereira Alfredo testemunhou os actos de consignações de duas escolas, um Centro Materno Infantil, a colocação de asfalto num troço de 10 quilómetros nas ruas da sede municipal, bem como a reabilitação de 56 quilómetros de terraplanagem da estrada que liga as comunas de Caúeira, Sande e Chiúca. Ainda na sede municipal, o governador testemunhou a consignação da obra de reabilitação da Escola de Práticas Agrícolas.

Depois das consignações, Pereira Alfredo fez o lançamento da primeira pedra das obras de construção e reafirmou o compromisso do Governo em melhorar a vida da população.

“Entre muitas obras que estamos a realizar, eu quero aqui destacar os 10 quilómetros de estrada asfaltada que a sede municipal vai beneficiar. É a primeira vez que esta vila vai poder beneficiar de 10 quilómetros de asfalto, já que desde a sua fundação nunca teve. Agora, a sede municipal terá outra imagem”, afirmou o governador Pereira Alfredo, pedindo aos empreiteiros o cumprimento dos prazos para a entrega das obras.

No município de Camacupa, foram consignadas sete obras para a construção de três escolas, conclusão e apetrechamento de uma esquadra policial e a asfaltagem de 12 quilómetros da malha rodoviária da sede municipal. Nesta localidade, Pereira Alfredo fez a entrega de motobombas às cooperativas e associações de camponeses e oito casas sociais para técnicos da Saúde e Educação.

As 150 acções do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios na província do Bié têm um orçamento total de 34 mil milhões, 572 milhões e 65 mil kwanzas, de acordo com dados apresentados durante a terceira reunião ordinária do Governo Provincial do Bié, realizada, recentemente, na cidade do Cuito

Os municípios de Catabola e Camacupa vão ser contemplados com 15 acções no âmbito do PIIM

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 UNITA acredita em eleições autárquicas ainda neste ano

Jornal de Angola

5 De Abril de 2020

A UNITA acredita na realização das primeiras eleições autárquicas do país ainda no ano em curso, não obstante o momento difícil que o mundo enfrenta devido ao novo coronavírus (Covid-19) que já provocou duas vítimas mortais em Angola.

Numa declaração alusiva ao Dia da Paz e da Reconciliação Nacional, assinalado ontem, o Comité Permanente da Comissão Política da UNITA reafirma a sua determinação de contribuir positivamente para o aprofundamento da democracia.

Na óptica do órgão de cúpula do maior partido da oposição, o aprofundamento da democracia tem por epílogo a institucionalização e funcionamento das autarquias, em todo o território nacional e em simultâneo este ano de 2020, de acordo com os compromissos assumidos, apesar do leque dos desafios políticos, económicos e sociais, nacionais e internacionais do momento, agravados pela crise da Covid-19.

A UNITA, de acordo ainda com o documento, também quer contribuir para aquilo que considera serem as “reformas necessárias” à Constituição da República, como respaldo das reformas económicas e institucionais; para a plena conclusão da reconciliação nacional; o “combate universal e imparcial” à corrupção e aos males à ela conexos; bem como participar no combate à Covid-19, tal como ficou expresso no comunicado da reunião extraordinária do Comité Permanente da Comissão Política, realizada na quinta-feira. “A UNITA acredita na virtude do diálogo como forma suprema de solução dos problemas dos homens. Assim, exprime, mais uma vez, que, tal como em Bicesse em Maio de 1991, em Lusaka em Novembro de 1994, no Luena em Março de 2002, em Luanda em Abril e Dezembro de 2002, está disposta e pronta para dialogar com todos os parceiros nacionais, para decantar as melhores soluções para os grandes problemas que Angola e os angolanos devem enfrentar. Tal é o caso da verdadeira reconciliação nacional e o lugar de Angola

no mundo que se vislumbra”, lê-se na declaração do partido.

Partido fala em “balanço mitigado” dos últimos 18 anos

O Comité Permanente da Comissão Política da UNITA considera que, volvidos 18 anos de Paz em Angola, “o balanço é mitigado”, pois o país vive uma grave crise económico-financeira e social de que não se tem memória.

Numa declaração por ocasião do 18º aniversário do Dia da Paz e reconciliação Nacional, assinalado ontem, o órgão de cúpula do maior partido da oposição considera que a grave crise a que faz alusão é caracterizada pelo aumento da pobreza, do índice de desemprego com ênfase na juventude em idade activa e na subida vertiginosa dos preços da cesta básica.

A segunda maior força política no país aponta ainda a desvalorização da moeda e a consequente perda do poder de compra dos trabalhadores, a corrupção endémica e sistemática, a degradação dos valores morais e cívicos e o abuso e violação dos direitos humanos, como outros sinais da crise que o país vive.

Um dos signatários dos acordos para a Paz efectiva em Angola, a UNITA considera que cumpriu cabalmente o que lhe competia no quadro dos acordos, tendo destacado a sua completa e definitiva desmilitarização, o total desarmamento das suas forças armadas e a incorporação dos efectivos, a vários níveis, nas Forças Armadas Angolanas (FAA) e Polícia Nacional, bem como a transformação em partido político democrático, à luz do manifesto de fundação.

A UNITA sublinha que jamais abdicará da sua responsabilidade de dialogar, de forma aturada e permanente, para que sejam cumpridos, pelo Governo, os pendentes dos Acordos de Paz, nomeadamente a conclusão do processo de desmobilização e inserção social dos ex-combatentes e a devolução, à UNITA, do seu património material.

Relativamente ao 4 de Abril, o Comité Permanente da Comissão Política da UNITA verga-se, em homenagem patriótica, à memória de todos os filhos de Angola que ao longo da sua História pagaram com as suas vidas o preço da conquista da Paz. “A todos eles vai o nosso compromisso de honra de que a Pátria jamais os esquecerá e que os seus nomes figuram no Panteão da Glória”, declara o partido liderado por Adalberto Costa Júnior. Para o maior partido da oposição, a assinatura do Memorando de Entendimento

Complementar do Luena constituiu-se num momento e num quadro das melhores expectativas para os angolanos, individual e colectivamente em todos os segmentos sociais, culturais, económicos, políticos e espirituais.

5.2 Cooperação bilateral vai responder aos desafios das autarquias

Novo Jornal

24 De Abril de 2020

Angola e Portugal vão reforçar a cooperação bilateral no domínio da administração pública para fazer face aos "desafios específicos" da implantação efectiva das autarquias locais, nomeadamente a recolha comparada de modelos de descentralização, noticiou a Lusa.

Segundo um decreto do Presidente da República, João Lourenço, datado de 20 de Abril, as acções de cooperação entre os dois Estados neste domínio vão ser desenvolvidas pelo Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado angolano e o Ministério da Administração Interna português.

No campo da formação, serão promovidos encontros técnicos para troca de experiências entre os funcionários da administração local dos dois países.

No campo da cooperação institucional, serão promovidas visitas recíprocas, com enfoque nos domínios da administração local e da promoção de geminação de cidades, a nível dos órgãos centrais e locais, devendo ser seleccionadas anualmente cinco unidades administrativas e visitas mútuas de cinco entidades.

O financiamento das actividades dependerá da disponibilidade financeira dos dois Estados, ficando os custos da deslocação e estadia a cargo da delegação que se desloca, enquanto a organização de eventos e outros aspectos administrativos e protocolares cabem ao Estado anfitrião. O protocolo é válido por um período de três anos renováveis por iguais períodos. O país tem prevista para este ano a realização das primeiras eleições autárquicas, estando em fase de aprovação no Parlamento todo o pacote legislativo com vista à criação das autarquias locais.

LUSA

5.3 Municípios acusam Administração do Rangel de desviar donativos

Novo Jornal

24 De Abril de 2020

Cerca de cem famílias, na condição de vulneráveis, no bairro da Terra Nova, distrito urbano do Rangel, em Luanda, acusam a Administração de desviar diversos bens de primeira necessidade, doados para colmatar a carência alimentar de pessoas desfavorecidas durante a observância do estado de emergência.

Ao NJ alguns moradores daquele bairro explicaram que funcionários da Administração do Rangel estão a comercializar produtos doados à população, como fuba de milho, massa alimentar, óleo e produtos de higiene.

"Fui para o mercado do Asa Branca fazer compras, não consegui porque encontrei encerrado. No meu regresso, quando circulava pela rua do Macau, na Terra Nova, deparei-me com os funcionários da Administração que circulavam numa motorizada com vários produtos. Perguntei se me poderiam oferecer um saco, mas um deles disse que os produtos estavam à venda e paguei 5 mil kwanzas", confidencia Maria Bandeira, moradora do bairro.

Por outro lado, os queixosos, na sua maioria famílias residentes nas proximidades da linha férrea (por detrás da FTIJ), fizeram saber que dependiam do conhecido mercado Tunga Ngó para venda e compra de produtos alimentares. Com o encerramento do referido mercado devido ao estado de emergência, passaram a contar com as doações.

"O mercado está encerrado, daí ser necessário a Administração estender as mãos aos mais carenciados. É muito triste o cenário que temos assistido no momento da distribuição da cesta básica", refere Gilson Caetano, morador.

Teresa Ngola, outra moradora, também confirma a acusação: "Os funcionários da Administração escolhiam casas para fazer a entrega dos bens da cesta básica e houve pessoas que chegaram a comprar os produtos. O sabão azul é que mais estava a ser comercializado".

Os moradores disseram que já recorreram à Administração do Rangel para pedir explicação, mas sem sucesso.

"É muito triste o que enfrentamos aqui na Terra Nova. Com esta situação da Covid-19, as pessoas estão a passar fome. O senhor administrador tem que sair à rua para ver a realidade que a população enfrenta todos os santos dias", apela Manuela António, também moradora.

Porém, em resposta à denúncia, o administrador do distrito urbano do Rangel, Francisco Naval, ouvido pelo NJ, negou as acusações e garantiu que a distribuição dos bens da cesta básica para famílias na condição de vulneráveis está destinada às pessoas cadastradas pelo departamento da Acção Social da Administração do Rangel.

"A nossa área da Acção Social já tem pessoas cadastradas. Eu sei que vão aparecer sempre pessoas a falarem o que não acontece. Todos aqueles que estão a ser contemplados com bens da cesta básica são aquelas famílias que foram cadastradas pelo pessoal da área da Acção Social", explicou.

Francisco Naval disse ainda que todos os dias recebem relatório sobre as zonas onde o pessoal da Administração está a efectuar a entrega dos bens da cesta básica.

GASPAR FAUSTINO

5.4 Proposta de exclusão de municípios é o «calcanhar de Aquiles» para as autarquias locais

Novo Jornal

24 De Abril de 2020

Texto: David Filipe

A gravidade da pandemia da covid-19 e a queda dos preços do petróleo no mercado internacional parecem mostrar claramente a impossibilidade de Angola vir a realizar pela primeira vez as eleições autárquicas, não obstante o Executivo insistir que continuam na agenda.

O receio da não-realização das autarquias tem que ver com a não-aprovação, até aqui, da polémica proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias Locais, que sugere o gradualismo territorial, ideia defendida pelo MPLA, mas rejeitada pela oposição, que pretende um gradualismo administrativo e de diferentes níveis de competência inicialmente.

"O adiamento das eleições autárquicas anunciadas para este ano pelo Presidente da República, João Lourenço, pode ser uma realidade. Embora até agora nenhuma autoridade tenha publicamente defendido isso no país, mas o assunto começa a ser cogitado no seio da sociedade e a classe política", disse ao Novo Jornal um dos vice-presidentes da CASA-CE, Manuel Fernandes.

Um dos cenários indicados pelo político, para que este ano não haja eleições autárquicas, é a queda dos preços do petróleo, que está a desequilibrar a economia de Angola que mais depende desta matéria-prima para sustentar o Orçamento Geral do Estado (OGE).

"O Executivo angolano vai ajustar as regras para a programação e execução do Orçamento Geral do Estado de 2020. Isto tudo indica que não haverá autarquias", suspeitou o político.

Para o deputado da UNITA Raúl Danda, a institucionalização das autarquias locais "é uma das leis principais do Pacote Legislativo Autárquico", cujas eleições foram marcadas para este ano pelo Presidente da República, João Lourenço.

"Esta lei, da iniciativa do Executivo, defende que compete à Assembleia Nacional proceder à aprovação da lista dos municípios nos quais devem ser institucionalizadas as autarquias locais para a experiência inicial, de acordo com os critérios definidos na lei. Nós, a UNITA, persistimos que as autarquias tenham lugar em todos os municípios", observou o também primeiro-ministro do governo sombra do partido do «galo negro».

Para o parlamentar, as eleições autárquicas estão consagradas na Constituição da República aprovada em 2010 pelo MPLA, e rejeitada pela oposição.

"O Presidente da República, João Lourenço, anunciou publicamente a realização das eleições autárquicas para este ano. Um adágio popular diz que 'a palavra do rei não volta para trás'. A ver vamos", frisou.

Para o presidente do PRS, Benedito Daniel, a introdução das últimas quatro propostas de lei da iniciativa do Governo atrasou substancialmente a aprovação do Pacote Legislativo Autárquico.

Trata-se das propostas de Lei sobre o Regime Geral da Cooperação Interautárquica sobre o Estatuto dos Titulares dos Órgãos Autárquicos, sobre os Símbolos das Autarquias e sobre o Regime de Formulários das Autarquias.

"Neste momento, as nossas atenções estariam viradas para a aprovação da proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias, o único documento que faltava para conclusão do Pacote Autárquico", lamentou o político.

A unanimidade registada na aprovação da Lei da Transferência de Atribuições e Competências do Estado para as Autarquias Locais foi interpretada pelo presidente do PRS como "sinal de consenso entre forças políticas interessadas na realização das eleições autárquicas este ano".

"Fizemos isso porque os angolanos querem a descentralização do poder urgentemente. Tudo o que estiver ao nosso alcance faremos, para que a vontade do povo seja respeitada", concluiu.

Insatisfeito está também o presidente da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Lucas Ngonda, que olha com preocupação o atraso na agenda pela Assembleia Nacional, da Proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias Locais.

"Vamos pressionar para que esta proposta conste na agenda da Assembleia Nacional nos próximos dias. A sua aprovação na totalidade abre uma luz no fundo do túnel para que as eleições autárquicas tenham lugar ainda este ano", disse Lucas Ngonda, lamentando que o atraso na implementação do poder local em Angola fragilize as instituições do Estado.

5.5 Autarquias vão poder celebrar acordos entre si

Jornal de Angola

25 De Abril de 2020

Texto: Adelina Inácio e César Esteves

Com a criação das autarquias, os municípios vão poder co-operar entre si, para a satisfação de interesses comuns e, deste modo, garantir a eficácia da sua actuação, garantiu, ontem, na Assembleia Nacional, o ministro da Administração do Território.

Marcy Lopes, que apresentou aos deputados a Proposta de Lei sobre o Regime Geral da Cooperação Inter-autárquica, esclareceu que a cooperação inter-autárquica não é obrigatória e cabe às autarquias decidir celebrar acordos nos domínios de mútuo interesse. "Se não houver motivos para celebrarem acordos de cooperação autárquica, as autarquias não são obrigadas a fazê-lo", disse.

O ministro explicou que a Proposta de Lei vem garantir que as autarquias possam celebrar, entre si, acordos de cooperação para a satisfação de interesses

comuns e, deste modo, garantir a eficácia e eficiência da sua actuação. O responsável pela Administração do Território sublinhou, entretanto, que o facto de existirem autarquias não obsta a que as mesmas possam colaborar com o Estado para a prossecução das suas actividades, no âmbito da colaboração institucional e para que as suas actividades sejam efectivamente realizadas.

Marcy Lopes clarificou que as autarquias, apesar de serem autónomas, não podem ser encaradas como células isoladas, pois muitas das suas actividades, sobretudo as mais importantes, têm de ser desenvolvidas em conjugação com outras autarquias locais. O diploma ontem apresentado, disse, visa estabelecer o regime geral entre as autarquias locais e estabelecer as formas de cooperação, com destaque para as associações das autarquias, os acordos de participação e os de geminação.

O ministro esclareceu que estas formas de cooperação obedecem a determinados princípios, nomeadamente o da voluntariedade, vizinhança e estabilidade. O primeiro princípio, disse, defende que as autarquias são voluntárias, ou seja, têm de estar disponíveis para celebrar acordos de cooperação.

O princípio da vizinhança permite uma melhor relação entre autarquias próximas e preparar a sua actividade naquilo que são os interesses comuns e dos territórios a si pertencentes. O princípio da estabilidade, disse, tem a ver com aquilo que move as autarquias para celebração dos acordos de cooperação inter-autárquica.

O ministro da Administração do Território respondeu as preocupações dos deputados da oposição em relação à implementação das autarquias em todos os municípios. Marcy Lopes sublinhou que a realização das eleições de forma faseada não é uma vontade que dependa dos partidos políticos. "É uma obrigação constitucional e estamos todos obrigados a cumprir e fazer cumprir a Constituição e respeitá-la", defendeu.

Para o ministro, a compreensão sobre a natureza do gradualismo é algo que varia "e as pessoas têm liberdade de expressão e são livres de adoptarem determinada postura sobre uma certa matéria", afirmou. Marcy Lopes disse que o facto dos partidos da oposição pensarem e dizerem várias vezes que querem a realização de eleições em todos os municípios é uma compreensão válida e que deve ser respeitada.

Lembrou, entretanto, que todos os diplomas aprovados ao abrigo do Pacote Legislativo Eleitoral foram-no pensando nas autarquias no seu global e

não de forma separada. Segundo o ministro, as autarquias locais devem ser bem reflectidas, definidas e montadas, para que o resultado não seja mau, insuficiente ou insatisfatório. Disse tratar-se de um exercício necessário que deve ser bem feito.

5.6 Parlamento está a caminhar muito bem” para o Poder Local

Jornal de Angola
25 De Abril de 2020

Durante o debate entre os deputados, foram registadas algumas divergências nos argumentos de razão. Para Mário Pinto de Andrade, do MPLA, com a aprovação desta Proposta de Lei, o Parlamento está a caminhar muito bem, rumo à concretização das aspirações dos angolanos para a institucionalização efectiva das autarquias no país.

No entender do também académico, apesar de as autarquias serem autónomas, no quadro da sua gestão e organização, a Proposta de Lei ontem apresentada vem estabelecer o regime geral de co-operação entre as autarquias, numa altura em que, como defendeu, as sociedades não podem fechar-se em labirinto, por serem dinâmicas.

Tomás da Silva, também do MPLA, ressaltou que, aos poucos, está-se a concluir, no essencial, com sucesso, o processo de edificação legislativa em matéria de Direito Autárquico angolano. Para o também presidente da Comissão do Poder Local da Assembleia Nacional, a temática das autarquias está a ter a mesma relevância e audiência que a do combate à corrupção, à pobreza e à pandemia da Covid-19. “Estamos todos ansiosos e expectantes que o processo legislativo autárquico suceda tal como começou, com o maior consenso possível”, vaticinou o deputado, para quem a referida Proposta de Lei vai, em certa medida, reforçar o poder autárquico, sobretudo contra quaisquer tendências de centralização do poder.

Raul Danda, da UNITA, defendeu que se apresse o processo, mas sem descuidar a prudência na abordagem das matérias autárquicas. “É um imperativo, se quisermos, de facto, que o nosso país conheça o desenvolvimento tão almejado por todos”, afirmou.

O também “primeiro-ministro” do “governo sombra” da UNITA, diz esperar que a institucionalização das autarquias e a realização das primeiras eleições autárquicas no país não sofram afrouxamentos e que o exercício permita que sejam

esbatidas as assimetrias regionais “de que nos queixamos todos nós, todos os dias”.~

Falando a partir da província do Huambo, Victorino Nhani, igualmente deputado da UNITA, considerou que a Proposta de Lei afigura-se oportuna, na medida em que vai proporcionar uma interacção positiva para aqueles territórios próximos e economicamente desproporcionais.

O deputado do maior partido da oposição sugeriu que se inclua, na Proposta de Estatuto das Associações das Autarquias Locais, uma alínea que consagre a contribuição de cada autarquia para as receitas comuns.

5.7 Parlamento vota Estatuto dos Órgãos autárquicos

Jornal de Angola
27 De Abril de 2020
Texto: Adelina Inácio

A Assembleia Nacional discute amanhã, na generalidade, a proposta de Lei que aprova o Estatuto dos Titulares dos Órgãos Autárquicos. O diploma faz parte do conjunto de leis do Pacote Legislativo Autárquico e é apresentado pelo ministro da Administração do Território.

O diploma esclarece que o exercício das funções nas autarquias constitui uma tarefa exigente e de muita responsabilidade, implicando, por isso, que se atribua às pessoas que as exerçam direitos e deveres de modo a assegurar um bom exercício.

O Estatuto dos Órgãos autárquicos é aplicável apenas aos órgãos electivos da autarquia, isto é, aqueles providos por via de eleição.

Na proposta, procura-se condensar os principais direitos, bem como os deveres a que os autarcas ficam adstritos por força do exercício das respectivas funções.

O diploma pretende definir o quadro de deveres, direitos e regalias para os titulares dos órgãos da autarquia local, visando conferir maior dignidade ao respectivo estatuto. De acordo com a proposta, a lei aplica-se aos órgãos electivos da autarquia local, com destaque para o presidente da Câmara Municipal e o presidente e vice-presidente da Assembleia Municipal.

A proposta de Lei sublinha o facto de que os membros da Assembleia Municipal cuja função tem, por regra, carácter voluntário, podem exercer outras actividades, devendo comunicar à Assembleia Municipal, na primeira reunião a seguir ao início do mandato ou previamente à entrada em funções nas actividades não autárquicas.

Conflitos políticos

Um outro diploma a ser discutido, hoje, na generalidade, é a Proposta de Lei do Regime Especial de Justificação de Óbitos Ocorridos em Consequência dos Conflitos Políticos. O deputado Raul Lima disse que o diploma visa dar celeridade e simplificar o registo de óbitos e emissão de certidões de óbitos respeitantes às vítimas dos conflitos políticos ocorridos em Angola.

Raul Lima esclareceu que a proposta enquadra-se nos esforços em curso para a implementação do Plano de Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos ocorridos entre 11 de Novembro de 1975 e 4 de Abril de 2002.

O diploma surge da necessidade de proceder ao registo de óbito e a emissão das respectivas certidões a favor das vítimas dos referidos conflitos. O Executivo pretende, com a proposta, tornar célere e simplificado o processo de justificação de óbitos, desburocratizando e descentralizando competências, por forma a poupar os esforços que os familiares interessados poderiam empreender com o actual procedimento.

A plenária, a ser orientada pelo presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, realiza-se através de vídeo-conferência, em cumprimento das medidas de combate à Covid-19. Na agenda consta, também, para discussão e votação o Projecto de Resolução que aprova, para Ratificação, o Acordo que cria a Zona de Comércio Livre continental Africana.

Na sexta-feira, os deputados discutiram a Proposta de Lei sobre o Regime Geral da Cooperação Inter-autárquica, apresentada pelo ministro da Administração do Território, Marcy Lopes.

O diploma visa estabelecer o regime geral entre as autarquias locais e estabelecer as formas de cooperação, com destaque para as associações das autarquias, os acordos de comparticipação e os de geminação.

O ministro esclareceu que estas formas de cooperação obedecem a determinados princípios, nomeadamente o da voluntariedade, vizinhança e estabilidade. O primeiro princípio, disse, defende que

as autarquias são voluntárias, ou seja, têm de estar disponíveis para celebrar acordos de cooperação.

Segundo Marcy Lopes, a cooperação inter-autárquica não é obrigatória e cabe às autarquias decidir celebrar acordos nos domínios de mútuo interesse. “Se não houver motivos para celebrarem acordos de cooperação autárquica, as autarquias não são obrigadas a fazê-lo”, disse.

O ministro explicou que a Proposta de Lei vem garantir que as autarquias possam celebrar, entre si, acordos de cooperação para a satisfação de interesses comuns e, deste modo, garantir a eficácia e eficiência da sua actuação.

O facto de existirem autarquias, esclareceu, não obsta a que as mesmas possam colaborar com o Estado para a prossecução das suas actividades, no âmbito da colaboração institucional e para que as suas actividades sejam efectivamente realizadas.

Marcy Lopes clarificou que as autarquias, apesar de serem autónomas, não podem ser encaradas como células isoladas, pois muitas das suas actividades, sobretudo as mais importantes, têm de ser desenvolvidas em conjugação com outras autarquias locais.

5.8 Comissão Interministerial coordena execução do PIIM

Jornal de Angola
28 De Abril de 2020

Uma Comissão Interministerial vai assumir a coordenação geral e executiva do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), e definir as prioridades e as linhas orientadoras de actuação do grupo técnico.

A Comissão, coordenada pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, tem ainda como atribuições aprovar os instrumentos e documentos de trabalho relativos à estratégia de actuação e cronograma de acções a implementar no quadro do PIIM. Criada pelo Presidente da República, João Lourenço, a Comissão vai proceder à avaliação periódica da implementação das acções inseridas no PIIM e definir as medidas de correcção de eventuais desvios e elaborar os relatórios de balanço.

Um Grupo Técnico (GTPIIM), coordenado pela secretária de Estado para a Administração do Território, tem a missão de proceder ao apoio técnico, acompanhamento e monitorização do PIIM.

A Comissão surgiu da necessidade de se criar, ao nível do Executivo, uma estrutura que garanta o alinhamento das orientações estratégicas, operacionalização, acompanhamento das orientações estratégicas, operacionalização, acompanhamento e monitorização, bem como a elaboração de relatórios de progresso em torno da execução do PIIM

Teve igualmente como base tornar transparentes processos concursais e promover um ambiente de negócios concorrencial, sustentável e saudável.

Integram a Comissão, que tem como coordenadores adjuntos os ministros da Administração do Território e das Finanças, os titulares do Interior, Economia e Planeamento, Agricultura e Pescas, Indústria e Comércio, Obras Públicas e Ordenamento do Território, Energia e Águas, Transportes, Saúde, Educação, Cultura, Turismo e Ambiente e Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

Fazem ainda parte da Comissão os secretários para o Sector Produtivo e para os Assuntos Económicos do Presidente da República. O coordenador da Comissão Interministerial deve apresentar ao Titular do Poder Executivo um relatório trimestral das actividades desenvolvidas.

O Programa Integrado de Intervenção nos Municípios consta no Orçamento Geral do Estado para 2020 como um subprograma do Programa de Investimento Público (PIP), que o despacho considera como "uma das principais âncoras para alavancar o crescimento económico".

O PIIM surgiu da necessidade de se reforçar a capacidade institucional dos municípios, consubstanciada na preparação, execução e acompanhamento de projectos de construção de infra-estruturas básicas, indispensáveis ao desenvolvimento local, criando as premissas para a institucionalização das autarquias.

O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios foi lançado em Junho do ano passado, para materialização das acções e projectos que têm impacto a nível dos municípios. Com o PIIM passaram a ser os próprios administradores municipais e os municípios a definirem as prioridades das acções e projectos para o período 2019-2020.

A estratégia que se pretende com o PIIM, sublinhou, é que o mesmo seja, doravante, um modelo a seguir no que a programação e planificação dos municípios dizem respeito. O Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) recebeu uma dotação de dois mil milhões de dólares, provenientes do dinheiro recuperado do Fundo Soberano.

O PIIM abrange os 164 municípios do país e prevê a construção de quatro mil salas de aula, para vários níveis de ensino, cerca de 200 unidades hospitalares de diferentes categorias, assim como asfaltagem, terraplanagem ou reabilitação de estradas, com prioridade para as secundárias e terciárias, para facilitar o escoamento da produção agrícola do interior para os grandes centros de consumo. Inclui, ainda, projectos no domínio da segurança pública, com a construção e apetrechamento de esquadras de Polícia, da energia, águas e do saneamento básico.

5.9 Membros das assembleias municipais podem exercer actividade remunerada

Jornal de Angola

28 De Abril, 2020

Texto: Adelina Inácio

O ministro da Administração do Território, Marcy Lopes, esclareceu ontem, na Assembleia Nacional, que os membros das assembleias municipais não estão sujeitos ao princípio de exclusividade laboral. "Não obstante a sua qualidade de membro das Assembleias municipais, podem exercer outras actividades remuneradas", disse.

Quanto ao pacote remuneratório, Marcy Lopes admitiu a possibilidade de se reduzirem algumas regalias dos titulares dos órgãos locais para garantir a sustentabilidade financeira para o pagamento e manutenção das regalias. Ao apresentar a proposta de Lei que aprova o Estatuto dos titulares dos órgãos autárquicos, o ministro da Administração do Território adiantou que o diploma tem a ver com a sustentabilidade das contas públicas.

"Num quadro em que existem 164 municípios, pensando em assembleias municipais em cada um desses municípios e os seus titulares serem remunerados pelo Estado e pelas autarquias, gera um resultado muito pesado em termos orçamentais, para custear este tipo de despesa, o que põe em causa a própria capacidade financeira do Estado e das autarquias", sublinhou.

O exercício de funções ao nível da autarquia local, acrescentou, constitui uma tarefa exigente, implicando, por isso, que se atribuam às pessoas que as exercem direitos e deveres de modo a assegurar um exercício eficiente.

O ministro da Administração do Território explicou que o Estatuto dos eleitos locais é uma matéria transversal a vários diplomas locais. Reconduz-se não apenas ao direito e deveres dos autarcas, explicou,

mas, também, às incompatibilidades, impedimentos, crimes de responsabilidade, entre outras matérias.

Na proposta, acrescentou, o Executivo procurou condensar os principais direitos e deveres a que os autarcas ficam adstritos por força do exercício das respectivas funções. A proposta é aplicável aos órgãos electivos da autarquia local, designadamente o presidente da Câmara Municipal, o presidente e vice-presidente da Assembleia Municipal. As funções desempenhadas por estes órgãos são incompatíveis com outras com carácter remuneratório, exceptuando a actividade de docência e de investigação.

A proposta de Lei consagra um conjunto de deveres a que os órgãos do poder autárquico estão sujeitos no exercício das suas funções.

Segundo o ministro, os membros da Câmara municipal e da Assembleia municipal estão sujeitos à legislação sobre a probidade pública e demais instrumentos legais de controlo.

MPLA defende gradualismo

O quarto vice presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, João Pinto, considerou “erro” a afirmação dos deputados da oposição segundo a qual o MPLA pretende retardar a realização das autarquias locais. “É um erro, porque o programa do MPLA prometeu implementar as autarquias”, afirmou, lembrando que as autarquias locais obedecem ao princípio do gradualismo.

“Alguns protagonistas procuram trazer a questão do gradualismo como se fosse a verdade absoluta. Gradualismo significa implementação prudente e faseada”, esclareceu.

João Diogo Gaspar, também do MPLA, que pediu a aprovação unânime da proposta de Lei, disse que o Executivo pretende atribuir dignidade humana e funcional aos titulares dos órgãos autárquicos. O deputado explicou que os órgãos autárquicos têm, além dos direitos e regalias para o bom exercício das funções, deveres de interesse público condizentes com a necessidade de bem servir os interesses das prespectivas das populações.

Mihaela Webá, deputada da UNITA, defendeu que antes da aprovação de qualquer diploma ligado às autarquias, deve-se criar as autarquias locais, estabelecer a sua divisão político-administrativa e só depois legislar sobre o Estatuto dos Eleitos Locais e não o contrário. “Depois de 18 anos de paz, não faz qualquer sentido não institucionalizarmos as autarquias locais para todos os angolanos de modo igual”, sustentou a parlamentar da UNITA. Disse que as autarquias devem ser institucionalizadas em todos

os municípios e “não apenas em algumas parcelas do território nacional”.

O deputado David Mendes, também da UNITA, pediu que as próximas propostas de Lei sobre as autarquias entrem no Parlamento com carácter de urgência. Sugeriu que os deputados e o Executivo façam esforços para que, num curto espaço de tempo, as propostas sejam aprovadas. “Não vejo porque a Assembleia Nacional não pode, num curto espaço de tempo, discutir todos os diplomas relacionados com as autarquias”, salientou o deputado.

O deputado Sacaita Savimbi, também da UNITA, entende que a proposta deveria prestar mais atenção aos deputados municipais. “Porque na proposta existem direitos para os secretários comunais ou de distritos urbanos que não são eleitos, enquanto aos deputados eleitos falta-lhes alguns direitos básicos”, alertou.

O parlamentar disse esperar que as autarquias sejam “verdadeiros espaços de cidadania” que irão forçar as pessoas a trabalhar juntas e administrar juntos os assuntos públicos locais.

O presidente do grupo parlamentar da CASA-CE, Alexandre Sebastião André, acredita que as autarquias serão institucionalizadas ainda este ano, de acordo com a grande expectativa criada pela classe política e os cidadãos. Alexandre Sebastião André defendeu, também, a discussão da Proposta de Lei da Institucionalização das Autarquias Locais, que é o diploma base para a criação das autarquias.

5.10 O pacote legislativo autárquico e a descentralização administrativa

Jornal de Angola
29 De Abril de 2020

O Parlamento, órgão de soberania, representativo de todos os angolanos, continua a discutir e aprovar diplomas legais relativos ao poder autárquico, um assunto que tem suscitado a atenção dos cidadãos.

Os cidadãos angolanos vão compreendendo progressivamente a importância da institucionalização das autarquias locais num Estado democrático de direito e se apercebendo, por via de informações que são veiculadas pelos órgãos de comunicação social e do debate político, das vantagens da descentralização administrativa.

O avanço para a descentralização administrativa é irreversível, e é notória a vontade de todos os partidos políticos com assento no Parlamento de trabalhar no sentido de se implantar em Angola as formas organizativas do poder local, apesar das divergências em relação a alguns assuntos sobre a matéria, o que é normal em democracia.

Os partidos políticos têm consciência de que o desenvolvimento do país passa pela institucionalização do poder local, que, nos termos da Constituição, vai gozar de autonomia, que, segundo a nossa Lei Fundamental, "compreende o direito e a capacidade efectiva de as autarquias locais gerirem e regulamentarem (...), sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, os assuntos públicos locais".

Importa que os cidadãos conheçam a natureza e o âmbito da autonomia das autarquias locais, para, quando for caso disso, elegerem para os órgãos daquelas pessoas colectivas territoriais aqueles que têm efectivamente qualidades para assegurar a prossecução de interesses específicos das diferentes circunscrições.

Daqui a algum tempo teremos eleições autárquicas no país, pelo que faz todo o sentido que os cidadãos tenham conhecimento profundo do que realmente significam as autarquias num Estado democrático de direito. Trata-se de uma nova experiência, por que já passaram outros povos, com resultados positivos. Muitos países, com descentralização administrativa, avançaram consideravelmente em termos de qualidade de vida das suas populações, e isso leva-nos a acreditar que em Angola é possível também construir-se um poder local sólido.

As atribuições que, nos termos da lei, as autarquias podem vir a ter no país dizem bem do papel relevante que o poder local pode vir a desempenhar no futuro, em vários domínios da vida nacional. Que os partidos políticos com assento no Parlamento discutam o pacote legislativo autárquico animados pela vontade de contribuir para o aprofundamento da nossa democracia e para a construção de um país justo e de progresso económico e social.

5.11 34 Mil milhões de kwanzas são para projetos sociais

Jornal de Angola
30 Abril de 2020

Texto: João Constantino

O Bié prevê gastar mais de 34 mil milhões de kwanzas em 150 acções de âmbito social integradas

no PIIM. 145 acções são de subordinação local e cinco dependem dos órgãos centrais. Ontem foi feito o lançamento das obras.

A província do Bié tem, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), 150 acções de âmbito social, orçados em mais de 34 mil milhões de kwanzas.

Das referidas acções, a maioria (145) são de subordinação local e apenas cinco dependem dos órgãos centrais. O lançamento das primeiras obras, feito, ontem, nos municípios de Catabola e de Camacupa, foi testemunhado pelo governador provincial, Pereira Alfredo.

Os dois municípios vão ser contemplados com 15 acções no âmbito do PIIM, cujas empreitadas são de carácter social, designadamente escolas, Centro Materno Infantil, asfaltagem de ruas e terraplanagem de estradas inter-comunais.

No município da Catabola o governador Pereira Alfredo testemunhou os actos de consignações de duas escolas, um Centro Materno Infantil, a colocação de asfalto num troço de 10 quilómetros nas ruas da sede municipal, bem como a reabilitação de 56 quilómetros de terraplanagem da estrada que liga as comunas de Caúeira, Sande e Chiúca. Ainda na sede municipal, o governador testemunhou a consignação da obra de reabilitação da Escola de Práticas Agrícolas.

Depois das consignações, Pereira Alfredo fez o lançamento da primeira pedra das obras de construção e reafirmou o compromisso do Governo em melhorar a vida da população.

“Entre muitas obras que estamos a realizar, eu quero aqui destacar os 10 quilómetros de estrada asfaltada que a sede municipal vai beneficiar. É a primeira vez que esta vila vai poder beneficiar de 10 quilómetros de asfalto, já que desde a sua fundação nunca teve. Agora, a sede municipal terá outra imagem”, afirmou o governador Pereira Alfredo, pedindo aos empreiteiros o cumprimento dos prazos para a entrega das obras.

No município de Camacupa, foram consignadas sete obras para a construção de três escolas, conclusão e apetrechamento de uma esquadra policial e a asfaltagem de 12 quilómetros da malha rodoviária da sede municipal. Nesta localidade, Pereira Alfredo fez a entrega de motobombas às cooperativas e associações de camponeses e oito casas sociais para técnicos da Saúde e Educação.

As 150 acções do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios na província do Bié têm um

orçamento total de 34 mil milhões, 572 milhões e 65 mil kwanzas, de acordo com dados apresentados durante a terceira reunião ordinária do Governo Provincial do Bié, realizada, recentemente, na cidade do Cuito

Os municípios de Catabola e Camacupa vão ser contemplados com 15 acções no âmbito do PIIM

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 População da periferia ignora medidas

Jornal de Angola
09 De Abril de 2020

Para a maioria das famílias da periferia de Luanda, não tem sido fácil permanecer no interior das suas residências. Saem muitas vezes para compras, visita aos familiares doentes ou bater um papo com os vizinhos. Os populares ignoram as medidas de prevenção contra a Covid-19, e colocam as vidas em risco.

Aglomeram-se nas ruas, em vários locais de venda de bebidas alcoólicas, nas padarias, mercados informais, nos chafarizes e noutros pontos de venda de água. Em quase todos os bairros da periferia há problemas de falta de água potável, facto que torna cada vez mais difícil manter limpas as residências e a higiene corporal dos cidadãos. Os moradores caminham quilómetros em busca do produto vital.

Nos bairros São Pedro da Barra, Caranguejos e Pesqueiro, no Distrito Urbano do Ngola Kiluanje, município de Luanda, a situação é ainda pior. A população deambula como se nada estivesse a acontecer. A maioria das famílias, com cinco ou mais membros, vive na condição de vulneráveis, em casas de chapa, separadas uma das outras por becos muito estreitos, que tornam impossível a passagem de duas ou três pessoas ao mesmo tempo. No bairro Pesqueiro, as crianças brincam com areia e os adolescentes formam vários grupos recreativos. Várias crianças dos seis aos 12 anos de idade disseram à reportagem do Jornal de Angola que, não lavam as mãos de forma regular, porque são obrigadas a poupar a água.

"Tomam banho uma vez por dia", conta Rui Julião, que vive no bairro há mais de dois anos. "Estamos a acompanhar as notícias através dos nossos amigos e familiares que têm energia. Temos consciência de que não devemos sair de casa e nem ficar em locais de grande concentração populacional. Mas o problema é que, por falta de água, não temos como lavar as mãos constantemente. E, também, não temos dinheiro para comprar luvas e máscaras. O governo, se poder, que nos ajude", recorre.

Durante o dia, no bairro da Boa Vista, os moradores, que vivem na zona considerada de risco, não

suportam o intenso calor no interior das suas casotas. Sem água e energia eléctrica, vão todos à rua. As crianças brincam nos amontoados de lixo, e os adultos nada fazem. Ignoram todas as medidas de prevenção à Covid-19. No local, poucos ou quase ninguém tem condições para lavar as mãos várias vezes ao dia.

6.2 Mais de 90% por cento das imobiliárias estão em risco de falência técnica

Jornal de Angola
26 De Abril, 2020
Texto: Ana Paulo

Mais de 90 por cento das empresas que actuam no sector imobiliário angolano se encontram à beira de uma falência técnica, resultante da paralisação do mercado há mais de cinco anos, segundo fez saber o presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA).

Pedro Caldeira disse, em entrevista ao Jornal de Angola, que a falta de co-financiamento é o principal "calcanhar d'Aquiles" de que resulta a paralisação do mercado imobiliário e torna difícil a acção dos promotores, pois este é um segmento económico que exige muito contacto social.

A crise, segundo o promotor imobiliário, afectou, fortemente, as áreas das vendas e arrendamento.

Pedro Caldeira, que apresentou o balanço das actividades da APIMA nos últimos dois anos, admite serem várias as dificuldades, entre as quais cita a ausência de financiamento ao investimento, desburocratização do sistema de regularização jurídica dos negócios imobiliários, taxas de juro pouco atractivas para o crédito ao consumo, falta de acesso às oportunidades de venda de imóveis nas centralidades, inactividade do Instituto Nacional de Habitação (INH) no que se refere à emissão de alvarás e cédulas para a actividade no sector e a falta de carteira profissional, entre as mais visíveis.

Insatisfeito com o actual contexto do mercado imobiliário, Pedro Caldeira atira-se contra a banca por esta ter deixado de financiar o sector por achar ser uma área representativa de um risco agravado.

"Não temos apoio nenhum. A banca angolana tem-se portado mal com o nosso sector e, como profissionais, ao nosso ver, quer dizer que o financiador não está comprometido com o futuro, mas sim com o presente, o que não faz sentido algum", lamentou.

Refere não existir no país crédito à habitação, instrumento que poderia facilitar aos empresários a construção de urbanizações de baixa renda, mas que sem financiamento no mercado aos potenciais compradores para nada adiantaria.

Lembra que a APIMA é uma associação sem fins lucrativos e de fundos próprios. Logo, desenvolver negócios imobiliários, sem financiamento, nada feito. “Já não aguentamos mais com esta situação. Por isso, apelamos às entidades competentes para em conjunto com a associação encontrarmos soluções credíveis, para impulsionarmos o mercado imobiliário”, frisou.

Pedro Caldeira acrescenta, como parceiro do Estado, que o Governo pode contar com os seus associados para traçar estratégias capazes de alavancar o sector imobiliário privado e atingir os objectivos nesse segmento.

Em relação à venda de casas e execução de novos projectos, o presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA) disse que está “totalmente devastado”, com uma procura tremenda e muito superior que a oferta, porque o país não produz casas a bom preço faz algum tempo.

Segundo o profissional imobiliário, apesar do surgimento das centralidades, a procura é ainda maior do que a oferta. O surgimento das centralidades não influenciou grandemente neste aspecto.

“Até à data presente, existem ainda muitos projectos habitacionais que não foram concluídos por falta de dinheiro”, sublinhou.

6.3 “Urbanização Boavida consumiu mais de 100 milhões de dólares de investimento”

Jornal de Angola
27 De Abril de 2020
Texto: Ana Paulo

O Grupo Boavida desenvolveu um conjunto de actividades ligadas à construção civil, gerando mais de 4 mil empregos directos e outros 10 mil indirectos. Na entrevista que concedeu ao Jornal de Angola, o presidente do Conselho de Administração, Tomasz Dowbor, diz que continuam a entregar as casas da 1ª fase, e mantêm o foco na conclusão das etapas subsequentes, apesar da retracção do mercado e retrocesso de forma geral da economia.

Há rumores que o Grupo empresarial Boavida pretende sair do sector da construção para investir noutros ramos...

O Grupo Boavida construiu-se, nos últimos 25 anos, baseado no seu “core business” - a construção civil, onde adquiriu melhor know-how, experiência e credibilidade. Pretendemos e continuamos empenhados no desenvolvimento de diferentes empreendimentos, neste ramo, pois pensamos que embora exista um momento de crise e vulnerabilidade económica no país, essa demanda por casas sempre vai existir. Por essa razão, manteremos a firme aposta neste ramo. A construção civil continuará a ser o “core business” da empresa. Porém, sensibilizados pelas directrizes do Executivo e também visualizando diferentes oportunidades de negócios nos outros sectores, o grupo já apostou na agricultura, indústria e diferentes sectores não necessariamente ligados à construção civil.

Como profissional no mercado imobiliário, como analisa a actual situação do sector?

Penso que diante da vulnerabilidade económica, abrandamento da economia mundial e conseqüentemente angolana, existe uma obrigatoriedade por parte do Executivo de decisões rápidas e acima de tudo pragmáticas, que deverão ser implementadas o mais rápido possível para mitigar os efeitos colaterais, que impediram ou estão a impedir qualquer actividade económica no país, que é a base da sustentabilidade social, do bem-estar e da qualidade de vida dos 30 milhões de angolanos.

Qual a sua visão sobre isso?

Essas decisões deverão traduzir-se em acções concretas, para assegurar e criar novos postos de trabalho e, conseqüentemente, garantir a mínima capitalização financeira para a base social que representa 98 por cento da sociedade angolana. Essas acções, diante desta crise sanitária e económica, são também uma grande oportunidade para conter-se uma insatisfação social crescente, tendência exponencial do aumento da criminalidade e escassez de emprego, que se torna cada dia mais visível, não só na cidade de Luanda, mas a nível nacional de forma geral. Penso que dentro desse cenário, o mercado de construção civil deverá merecer também uma forte aposta do Executivo.

Quantos projectos o Grupo conseguiu implementar?

Nos últimos três anos, o mercado imobiliário teve um forte abrandamento, várias empresas não só abrandaram, como tiveram de fechar as portas. As medidas económicas retiraram o poder de aquisição da camada consumidora, que se limitou e continua a se limitar na redução do consumo, focando apenas para os produtos básicos, nomeadamente do sector alimentar, o que fez com que o mercado imobiliário

reduzisse a facturação ou subvenção em mais de 90 por cento.

Até agora, quanto é que o Grupo já investiu?

Acreditamos no sector privado. Nos últimos 25 anos, a nossa actuação foi pautada pela aposta no mercado angolano. Só a Urbanização Boavida consumiu mais de 100 milhões de dólares de investimento privado, porque achamos que produtos de qualidade sempre vão encontrar consumidores.

6.4 32 Edifícios do Kilamba privados de energia devido à vandalização

Jornal de Angola

1 De Abril de 2020

Trinta e dois edifícios do Distrito Urbano do Kilamba, município de Belas, em Luanda, estão privados do fornecimento de energia eléctrica, desde ontem, por causa de actos de vandalismo perpetrados por elementos desconhecidos, situação que está a afectar 1940 famílias, estimadas em sete mil pessoas.

Para avaliar o impacto do acto de vandalismo, o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, na companhia do secretário de Estado da Energia e de altos funcionários do sector, deslocou-se, na manhã de ontem, àquela localidade para constatar a acção causada por alguns indivíduos desconhecidos.

No local, o governante manifestou-se descontente com o nível de vandalismo que dificulta desse modo o normal atendimento de energia eléctrica naquela circunscrição, cujos prejuízos causados à Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE-EP) estão avaliados em milhões de kwanzas.

Durante a sua estadia naquela localidade, o ministro da Energia e Águas interagiu com vários moradores do Kilamba, tendo sensibilizado os mesmos a enveredarem pela prática de denúncia desse tipo de actos criminosos, com vista a se responsabilizarem os culpados.

Na ocasião, João baptista Borges orientou os responsáveis da ENDE no sentido de tomarem medidas para a mitigação destes actos, bem como a reposição célere do fornecimento de energia eléctrica aos edifícios afectados.

EPAL e Odebrecht

Equipas técnicas da EPAL-EP e da Odebrecht Engenharia e Construção concertaram estratégias para a implementação do plano de contingência para combater a pandemia do Covid-19.

No encontro, as duas empresas abordaram o levantamento geral dos técnicos provenientes de Laúca, entre engenheiros, encarregados, canalizadores e auxiliares para a constituição de equipas de trabalho.

Assim, foram constituídas três equipas compostas por 26 técnicos cada que deverão trabalhar no município de Luanda, nomeadamente nas zonas Norte e Sul, devendo a EPAL-EP indicar os técnicos para coordenar os trabalhos das equipas.

A Odebrecht disponibilizará sete camiões cisternas, um gerador de 100 KVA, dois camiões guas, dois autocarros, seis carrinhas e diverso material de reposição, numa altura em que EPAL-EP apresentou algumas necessidades, como sendo retro-escavadoras, camiões basculantes, máquinas de corte de asfalto, sinaléticas, entre outros.

6.5 BNA «corta» volume de «imóveis» incorporados nos fundos próprios dos bancos

Novo Jornal

3 De Abril de 2020

Texto: Maurício Vieira Dias

A partir de 31 de Dezembro, o total de recursos que cada um dos 26 bancos comerciais a operar em Angola deve aplicar em immobilizações, seja líquido de depreciações e amortizações e perdas por imparidade acumuladas, não pode ser superior a 50% dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR) de cada instituição financeira, decidiu o Banco Nacional de Angola (BNA) por via de um aviso a que o Novo Jornal teve acesso.

Esta decisão tomada pelo governador do banco central revoga, assim, o que estava plasmado no artigo número três do Aviso nº 07/2012, de 30 de Março, segundo o qual o total de recursos aplicados em immobilizações, e deduzidas em participações financeiras, não podia ser superior a 100% do valor dos Fundos Próprios Regulamentares (mas permitia estar acima dos 50%).

Segundo o actual Aviso n.º 03/2020, designado "Limite de imobilizado das Instituições Financeiras", os 26 bancos comerciais autorizados pelo BNA têm até 31 de Dezembro de 2020 como prazo limite para proceder à alteração exigida. Caso contrário, o Aviso estabelece, sem prejuízo a demais penalizações aplicáveis, o "impedimento à abertura de novas agências ou dependências" e "outras restrições" a serem tomadas pelo BNA enquanto regulador.

O propósito do banco central, segundo especialistas, é exigir que os bancos constituam Fundos próprios Regulamentares suficientes para cobrir perdas inesperadas e se mantenham solventes em períodos de crise. Uma vez que o seu princípio fundamental estabelece que o montante de capital exigido depende do risco associado aos activos de cada banco.

No essencial, o aviso assinado por José de Lima Massano, governador do BNA, está a exigir que os activos dos bancos estejam mais líquidos para financiar a economia real, explica o economista Wilson Chimoco. "Repare que a liquidez tem sido o centro do debate na política monetária" e, também, "das inquietações bancárias nos últimos anos".

Chimoco recorda que, fruto do elevado nível de crédito malparado na economia e da redução do rendimento das famílias, muitos devedores dos bancos estão a "quitar" as suas dívidas junto das instituições financeiras bancárias por via de dação (entrega de bens). "Este facto está a alterar substancialmente a estrutura dos activos dos bancos e a retirar liquidez do sistema [financeiro]", o que, no seu entendimento, é penalizado para o normal funcionamento das instituições, pressionando, deste modo, a eficiência da política monetária do banco central.

Na verdade, a medida visa impedir que as instituições financeiras sob supervisão do BNA adquiram imóveis que não sejam os indispensáveis às suas instalações e funcionamento ou à prossecução do seu objecto social.

São, entretanto, considerados activos imobilizados de instituições financeiras: terrenos, edifícios e outros imóveis, automóveis e outros equipamentos. Ou seja, imobilizações são itens tangíveis mantidos para uso na produção, fornecimento de mercadorias ou serviços para arrendamento a outros, ou para fins administrativos.

6.6 O perigo está sempre à espreita

Jornal de Angola
9 De Abril de 2019

"Nós só estamos a ouvir falar na televisão, que tem uma doença muito perigosa chamada coronavírus, e por isso não podemos ficar na rua, senão vamos ficar doentes e morrer. Mas aqui não dá para ficar muito tempo dentro de casa, porque faz muito calor e não temos como beber água fresca. E, também, a mãe nos manda sair para não desarrumar a nossa casa"; disse Tininho, de 9 anos, no final de uma partida de futebol com amigos.

Uma das moradoras, Ruth Teresa, de 24 anos, vive numa casa com mais oito pessoas. O marido faz biscates para sustentar a família, mas com o Estado de Emergência, ficou tudo muito complicado. "Não temos como permanecer em casa. A vida está cada vez mais difícil e, por isso precisamos fazer de tudo um pouco para sustentarmos a nossa família. E, a nossa casa de chapa é muito pequena para suportar tanta gente durante o dia", justifica.

Na rua e no meio de um grupo de seis jovens, Joaquim Cuta e amigos não respeitam a distância de 1 metro e meio, recomendada pelas autoridades sanitárias do país, e não usam máscaras nem luvas.

Um par de luvas e uma máscara custam cerca de quinhentos Kwanzas. Nós não temos dinheiro para comparar esse material todos os dias. O país já não caminhava bem economicamente e, com essa doença só piorou ainda mais.

E agora, vamos nos preocupar em poupar dinheiro para a compra de alimentos ou adquirir material de prevenção?", questiona.

6.7 Imposto Predial Urbano é pago até final de Outubro

Jornal de Angola
14 De Abril de 2020
Texto: Isaque Lourenço

O prazo de pagamento do Imposto Predial Urbano (IPU) foi alargado para Outubro.

Uma nota da Administração Geral Tributária (AGT) dá conta que os contribuintes podem parcelar o pagamento em quatro prestações a liquidar nos meses de Abril, Junho, Agosto e Outubro.

Contudo, é livre o contribuinte decidir pagar, no período de Abril a Outubro, o valor da prestação devida numa só vez. Aos que já liquidaram esta obrigação em Janeiro, estão isentos de todas medidas tomadas.

Na prática, e como referência, os contribuintes das centralidades, que por um apartamento T3 pagam 10 mil kwanzas em IPU, podem dividir em valores até 2.500 kwanzas por parcelas ou até cinco mil kwanzas, se decidir pagar em duas prestações, em função do acordo feito com a AGT, através da Central de Apoio ou pelo Portal do Contribuinte.

De acordo com a nota, as decisões da AGT estão alinhadas às medidas transitórias de resposta ao impacto da Covid-19 sobre o OGE e às de alívio do impacto económico provocado pela pandemia sobre

as empresas, famílias e o sector informal da economia tomadas pelo Governo há dias.

O documento refere que ficou também decidida a isenção do pagamento do IVA e dos direitos aduaneiros em mercadorias importadas para fins de ajuda humanitária e doações. Esta posição inclui as produzidas localmente, os serviços e fundos monetários disponibilizados para o mesmo fim, consideradas como custo fiscalmente dedutíveis em sede de imposto industrial.

Quanto aos bens alimentares nacionalizados, está suspensa a exportação, incluindo-se nesta lista os medicamentos e equipamentos médicos, além dos transportados pelos habitantes em zonas fronteiriças.

Já as empresas do grupo B (genericamente considerados contribuintes sem a contabilidade organizada ou com negócios de prazos inferiores a 180 dias) que pagam o Imposto Industrial, inicialmente previsto para 30 de Abril, ficam com as datas alargadas para 29 de Maio. As do grupo A (com tributação incidente nos lucros efectivamente obtidos pelos contribuintes e determinados através da sua contabilidade), que pagam até 31 de Maio, podem fazê-lo até 30 de Junho.

A Administração Geral Tributária (AGT) decidiu atribuir um crédito fiscal de 12 meses do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) aos contribuintes que efectuarem o pagamento do mesmo na importação de bens de capital e de matéria-prima que sejam utilizados para a produção de bens da cesta básica.

Esta medida abrange apenas os contribuintes do Regime Geral e a operacionalização deve ser ainda divulgada nos próximos dias.

Nos dois primeiros meses deste ano, as cobranças do IVA renderam aos cofres do Estado 114 mil milhões de kwanzas (pouco mais de 200 milhões de dólares), de acordo com dados da AGT. Em reembolso, conforme previstos, os contribuintes beneficiaram de 2,6 mil milhões de kwanzas (4,6 milhões de dólares).

6.8 Prazo de pagamento das casas pode ser alargado

Jornal de Angola

14 De Abril de 2020

Texto: Edivaldo Cristóvão

O administrador do Fundo de Fomento Habitacional, Adilson Silva, disse estar em curso a implementação de um processo de uniformização das

modalidades de pagamento em propriedade resolúvel para as centralidades do país.

Em declarações ao Jornal de Angola, o administrador afirmou que as centralidades, pelas diferenças estruturais, têm preços diferentes. "Deste modo, o que se vai fazer é uniformizar o período de pagamento, passando de 15 a 20 anos, para 30 anos".

Adilson Silva esclareceu que, com base no novo processo, as pessoas vão se sentir mais aliviadas no pagamento das rendas. "Não houve alteração dos preços das casas, os prazos de pagamento é que foram alargados. O Estado fez questão de não prejudicar o cidadão, partindo do princípio de que as mudanças económicas não são da sua responsabilidade", explicou.

Acrescentou que o Executivo está a trabalhar com os Cartórios Notariais no sentido de passar a Escritura às pessoas que fizerem o pagamento na totalidade.

Adilson Silva sublinhou que o Fundo está a fazer um trabalho para identificar os moradores que não pagam as rendas. "As pessoas vão ser sensibilizadas para a regularização dos créditos. Depois deste período, os cidadãos que não pagarem poderão perder o imóvel", alertou.

Apelou aos beneficiários com dificuldades de pagamento para se dirigirem a um posto de atendimento, "explicar a situação e negociar com o Fundo uma modalidade adequada".

O Fundo de Fomento Habitacional não exige que seja o proprietário a fazer o pagamento da renda da casa. Este procedimento pode ser feito por um familiar próximo.

"Essas facilidades surgem em função das contrariedades da vida. A pessoa pode ter perdido o emprego ao longo desse tempo. Então, é dado aos beneficiários várias opções, que podem passar pela inclusão de um novo responsável financeiro. A intenção é não partir para a cobrança coerciva, nem fazer despejos", garantiu o administrador.

Adilson Silva referiu que, independentemente da idade, o cidadão pode concorrer a uma residência resolúvel numa das centralidades do país. "A idade já não é um impasse", explicou, sublinhando que em caso de falecimento do proprietário, os herdeiros podem accionar o Fundo de Fomento Habitacional para um deles ser o responsável pela habitação. "Se a pessoa quiser fazer o pagamento na íntegra pode fazê-lo e é recomendável, porque não sente o efeito dos juros e acaba por pagar menos". O Fundo tem trabalhado para que os pagamentos sejam efectuados por via do crédito bancário.

Adilson Silva aconselha os beneficiários que têm feito pagamentos a irem regularmente ao Fundo de Fomento Habitacional para acompanharem o histórico dos pagamentos, “porque existem pessoas que são descontadas mensalmente, mas os comprovativos não são reconhecidos”. Justificou esta situação com o facto de o processo ter tido várias instituições que tratavam da comercialização das residências, nomeadamente, Delta, Sonip e Imogestin.

Quer dizer, alguns pagamentos foram migrados e podem não estar confirmados, por isso, é aconselhável ir a um posto regularizar a situação, pelo menos uma vez por ano”, alertou o administrador.

Relativamente aos casos de trespasse, Adilson Silva disse que as resistências foram postas à disponibilidade dos cidadãos a um preço reduzido e o Fundo não reconhece a figura do novo comprador.

6.9 Alterações feitas às habitações são um desperdício financeiro

Jornal de Angola
29 De Abril de 2020
Texto: Ana Paulo

As reparações e alterações efectuadas nas diferentes habitações representam um enorme desperdício financeiro das famílias com reflexos na má prestação da economia nacional.

De acordo com o presidente da Ordem dos Arquitectos de Angola (OAA), Celestino Chitonho, a maior parte das residências construídas nos últimos anos continuam a ser alteradas pelos ocupantes. “As novas urbanizações que surgem em Angola devem ser incorporadas com boas arquitecturas e duradouras de modo a proporcionar às populações o bem-estar e a qualidade de vida que elas procuram”, sustenta o arquitecto.

Celestino Chitonho argumenta ainda que toda a construção começa com um bom projecto, boa arquitectura, orçamento e com melhores materiais. Logo, não se deve apenas construir e estudar os hábitos e costumes dos cidadãos, mas ter respaldo nas regras e princípios da concepção de habitação e urbanizações.

Para ele, na área de construção, o problema das urbanizações de iniciativa privada em surgimento é que os promotores ou empreiteiros olham para a casa de modo isolado. O bastonário acrescenta que se promove o produto de venda como peça única, esquecendo-se da integração num conjunto maior

que é a cidade, nomeadamente, serviços e todas as infra-estruturas como água, electricidade, saneamento, rede de transportes e outros. Isso, acrescenta, acaba por tornar o imóvel numa verdadeira máquina de habitar, em prejuízo do bairro, município e cidade.

“A habitação não é apenas a casa sendo que fazem parte dela toda a relação e correlação com o bairro, o município e a cidade, daí que, antes de ser implementada deve ser bem pensada”, defendeu

No caso das novas centralidades, Celestino Chitonho disse que já não devem ser construídas como se o país ainda estivesse no ano 2008 e numa situação de emergência habitacional. Embora muito criticadas, assume, as centralidades permitiram ao mercado quase que se auto-regular, pois aliviaram a oferta imobiliária, baixando, significativamente, o preço das residências nas áreas de vendas e arrendamento, além de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

6.10 Populares invadem casas desocupadas há 10 anos

Jornal de Angola
29 De Abril de 2020
Texto: Alfredo Ferreira

Populares residentes em Caxito e arredores de Cacucaco ocuparam ilegalmente apartamentos desocupados, há mais de 10 anos, na centralidade do Capari, no município do Dande, província do Bengo.

Os invasores aproveitaram a calada da noite para arrombar e ocupar as casas, após terem rompido o cordão de segurança, que habitualmente presta o serviço de protecção na centralidade. As residências, situadas no bloco 8 da centralidade, já haviam sido, maioritariamente, vandalizadas há algum tempo.

A nossa reportagem constatou no local que algumas pessoas, quando ocupavam uma moradia, escreviam na porta dos apartamentos “ocupado”, e outras o próprio nome.

Questionado sobre os reais motivos que estiveram na origem dos arrombamentos, Rosalinda Miranda, uma cidadã proveniente de Luanda, apontou como causas o estado de abandono, a desocupação e as constantes vandalizações. “Estamos cansados de ver as casas desocupadas e os bens que lá estão a ser saqueados.

Há muito tempo procuro ter uma casa condigna e, portanto, esta foi a oportunidade que tive”, avançou.

A jovem, manifestamente com o sentimento do sonho concretizado, garantiu que vai permanecer no

apartamento até que as autoridades a contactem, por alegadamente ter condições para pagar as prestações mensais exigidas.

“Aqui ninguém vai viver de borla, até porque o Governo investiu e tem de recuperar os dinheiros para aplicar em outros projectos”, sustentou, para acrescentar: “Até já coloquei a sinalização na porta da residência como sendo minha, para ninguém mais ocupá-la”.

Neusa Lino, também uma das ocupantes, manifestou o desejo de negociar com as autoridades competentes. “Estou à espera das pessoas de direito para dialogar, pois tenho condições para pagar faseadamente a casa”, disse.

Ausência de serviços sociais

A centralidade do Capari debate-se com a falta de vários serviços sociais, concretamente supermercados, lojas, bancos, centros hospitalares de saúde, escolas, enfim, carece das infra-estruturas básicas.

Os moradores da região têm de se deslocar até Caxito, Panguila ou Cacuaco, os locais mais próximos, para terem acesso aos serviços básicos.

A centralidade do Capari, cujas obras da primeira fase terminaram em 2006, conta com 4600 apartamentos do tipo T3, dos quais 1.600 encontram-se habitados.

7. TERRA

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Governo reforça distribuição de água à cidade de Ndalatando

Jornal de Angola

1 Abril de 2020

Texto: Manuel Fontora e André Brandão

Os bairros considerados mais críticos em termos de distribuição de água potável, no município de Cazengo (Ndalatando), estão a ser abastecidos nos últimos dias por quatro camiões cisternas, visando atenuar a carências do referido líquido às populações e contribuir assim para a prevenção da expansão da pandemia do Covid-19.

As cisternas, cada com 18 mil litros, rondam todos os dias os bairros Vieta, Sassa, 28 de Agosto, Azul, Kilamba, Ndalatando, 11 de Novembro, dentre outros.

A reportagem do Jornal de Angola constatou, igualmente, que o Governo da província adquiriu mais 10 tanques com capacidade de cinco mil litros cada e outros cinco de 10 mil litros para reforçar o abastecimento nas zonas de difícil acesso.

Segundo o vice-governador provincial do Cuanza Norte para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Mendonça Luís, o abastecimento a estes bairros será em dias intercalados, de forma a se atingir regularmente todos os bairros.

Precisou que, para que não haja desorganização e cumulação de pessoas, em cada local de distribuição foi destacado um grupo técnico com o objectivo de organizar as filas e evitar que as pessoas estejam muito próximas umas das outras.

Mendonça Luís garantiu, por outro lado, que o casco urbano de Ndalatando recebe água diariamente e apelou à população a manter a calma e permanência em casa porque a água chegará as suas zonas sem sobressaltos.

8.2 Camiões-cisterna levam água às zonas críticas

Jornal der Angola

3 De Abril de 2020

Texto: Armando Sapalo

Os municípios do Caungula, Cuango e Capenda-Camulemba, província da Lunda-Norte, serão abastecidos de água, através de camiões-cisterna, durante o Estado de Emergência para a prevenção do Covid-19, garantiu o presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública de Águas e Saneamento da Lunda-Norte (EPASLN).

André Camilo, que falava à imprensa no final da 3ª reunião ordinária da Comissão Multisectorial de Prevenção do Covid-19, realizada no município do Lucapa, justificou que os três municípios não dispõem de sistemas convencionais de abastecimento de água.

A distribuição de água às populações dos referidos municípios, explicou, será gratuita. O plano de distribuição prevê dois camiões-cisterna para os municípios do Cuango e Capenda-Camulemba e um para Caungula.

André Camilo anunciou a realização de um encontro com os proprietários dos camiões-cisterna, para que o plano de distribuição seja implementado imediatamente, conforme recomendação da Comissão Multi-sectorial de Prevenção do Covid-19. “O abastecimento regular da água tratada às populações é um forte mecanismo de prevenção à propagação do coronavírus”, disse André Camilo.

Centros de quarentena

A porta-voz da Comissão Multisectorial de Prevenção do Covid-19, Filomena Simão, disse que alguns hotéis vão servir de centros de quarentena institucional. A ideia, acrescentou, é reforçar as medidas de prevenção contra a pandemia na Lunda-Norte, onde, dos 42 cidadãos em quarentena domiciliar e institucional, cinco receberam alta médica. Actualmente, 35 pessoas estão em quarentena domiciliar e dois outros em institucional.

8.3 Falta de água em Luanda coloca em risco vida de milhares

Novo Jornal

3 De Abril de 2020

"Nunca tivemos água canalizada. Vivemos apenas das promessas dos nossos responsáveis. Assim que se decretou o estado de emergência, o administrador prometeu que viriam seis camiões-cisternas abastecer as casas, até agora só vimos uma, e continuamos a quebrar as medidas de prevenção contra o coronavírus", desabafa António Miguel, morador do bairro dos Rastas, no município do Kilamba Kiaxi, em Luanda.

A mesma reclamação vem de quase todos os bairros de Luanda, província com maior densidade populacional para a qual o fornecimento diário está estimado em 500 mil metros cúbicos de água, quantidade considerada muito aquém das necessidades reais dos seus 8 milhões de habitantes. A província, de acordo com pronunciamentos do seu governador, aquando da visita do Presidente João Lourenço, precisa de, pelo menos, mais de 1 milhão de metros cúbicos para atender à demanda.

Em alguns bairros de Luanda - com destaque para o Rocha Pinto, Morro Bento, distrito urbano da Samba, Camama, Simione, Catinton e no município de Luanda -, a equipa do Novo Jornal constatou que grande parte das famílias continua a depender única e exclusivamente da água fornecida por cisternas. Na falta destas, a «salvação» para muitos luandenses vem dos motoqueiros, vulgo «kupapatas», ou de tanques de particulares que comercializam uma garrafa de 20 litros de água a 100 kwanzas.

Devido à escassez muitos cidadãos, por temerem ficar sem o «precioso líquido», ignoram as medidas de prevenção avançadas pelas autoridades no âmbito do estado de emergência em curso no país.

No bairro dos Rastas, por exemplo, moradores falam que estão sem água há 10 anos.

"Para não ficarmos sem água, somos obrigados a percorrer vários quilómetros, até a residência de alguns familiares", afirma Josefa Gongga, moradora, que caracteriza a situação como "triste" e "preocupante".

Esta semana a EPAL anunciou que a província de Luanda dispõe de 50 camiões-cisternas, contra os 30 anteriores, para fazer a distribuição de água potável, as pessoas mais carenciadas, no âmbito do plano de contingência para prevenção da COVID-19 no país.

O Governo Provincial de Luanda (GPL) garante que foram já identificadas as populações mais carenciadas nos diferentes bairros e zonas de Luanda que passam a ser abastecidas com o precioso líquido.

A acção conta com o suporte de empresas privadas e da Associação dos Camionistas Distribuidores de Água de Luanda.

DULCINEIA LUFUA

8.4 Proibido o corte de água e de energia eléctrica

Jornal Expansão

3 De Abril de 2020

O Governo Provincial de Benguela ordenou a cessação dos cortes de abastecimento de água e do fornecimento de energia eléctrica, medida inserida na prevenção da Covid-19, de forma a garantir a prestação dos serviços essenciais à população.

Em comunicado, o governo de Benguela refere esta medida visa garantir a higienização pessoal e colectiva e alerta as famílias para o uso racional destes bens, no sentido de beneficiar um maior número de pessoas.

Segundo o Jornal de Angola, que cita uma fonte da ENDE, os clientes com dívidas não serão alvos de cortes no fornecimento de energia, durante o período de quarentena.

"Quem tiver dívida não terá a sua instalação desligada. Entretanto, existem avarias momentâneas, provocadas por qualquer perturbação no sistema, que não serão possíveis de evitar", frisou.

Esta fonte garante que a ENDE terá equipas técnicas mobilizadas para reparar as avarias no mais curto espaço de tempo. "Teremos equipas em prontidão. Isso não vai falhar", revelou.

H.F.

8.5 Covid-19: Água potável gratuita nos bairros periféricos

Jornal de Angola

4 De Abril de 2020

Texto: Domingos Mucuta e Estanislau Costa

Os moradores das zonas periféricas do Lubango, sem rede de distribuição pública, estão a beneficiar do abastecimento de água potável gratuita, através de camiões-cisterna.

O processo de distribuição, iniciado quarta-feira, no âmbito do Estado de Emergência, envolve dois camiões- cisterna da Empresa Provincial de Águas e Saneamento e 13 do sector privado. A presidente do Conselho da Administração da Empresa Provincial de Águas e Saneamento da Huíla, Maria Domingos Tyicusse, explicou que foram fixados reservatórios de mil litros em oito bairros da cidade do Lubango, considerados críticos.

Acrescentou que o abastecimento de água à zona do Chipindo, bairro da Mapunda, onde não foi instalado reservatórios, será feito directamente nos recipientes de cada família.

A distribuição, assegurou, será feita todos os dias, enquanto durar o Estado de Emergência, para que os cidadãos tenham água limpa para o consumo e para cuidar da higiene, como forma de prevenção do Covid-19.

Informou que os camiões disponíveis permitem também abastecer os postos e centros de saúde, centros de quarentena e unidades hospitalares, definidos pelo sector da Saúde.

Encerramento dos mercados

O governador da Huíla justificou que o encerramento dos mercados informais da cidade do Lubango visou salvaguardar a vida da população. Luís Nunes, que convocou a imprensa para uma comunicação sobre o Covid-19 na Huíla, lembrou que o Estado de Emergência, decretado pelo Presidente da República, João Lourenço, representa uma “situação excepcional”, impulsionada pelo Covid-19.

O governador exortou os cidadãos a permanecerem em casa, por ser uma das formas para se evitar a propagação do Covid-19. “Peço muita calma e serenidade a todos, neste momento difícil”, apelou.

Ações de prevenção

O ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, Frederico Cardoso, encorajou, ontem, a Comissão Técnica Provincial da Huíla a prosseguir com as acções que visam o reforço das condições favoráveis à prevenção de eventuais contágios do Covid-19, assim como da respectiva assistência médica e medicamentosa.

Frederico Cardoso que, logo à chegada à cidade do Lubango, reuniu com a referida comissão para auscultar a situação real das quatro áreas de quarentena e da preparação de condições de assistência médica e medicamentosa, considerou haver o necessário para o atendimento. Após percorrer a área especial do Hospital Central

Dr. António Agostinho Neto, o ministro manifestou-se satisfeito com a prontidão do pessoal. “A ala do hospital do Lubango, preparada para prestar assistência aos casos da pandemia, possui condições adaptáveis às características da doença”, disse Frederico Cardoso, para garantir que esforços são feitos para sanar as preocupações manifestadas pelo corpo clínico.

A directora-geral do hospital, Maria Antunes, disse, em exclusivo ao Jornal de Angola, que, para atender casos do Covid-19, estão disponíveis 32 técnicos, entre os quais sete médicos, 26 camas nas enfermarias com capacidade para dois pacientes cada, oito ventiladores, entre outras condições.

Medidas preventivas

O coordenador da Comissão Técnica da Província da Huíla, Luís Nunes, considerou serem ainda insuficientes os acessórios de prevenção adquiridos, entre os quais máscaras, ventiladores, luvas, álcool-gel, alimentos diversos, entre outros.

Mas realçou o empenho incansável de todos os integrantes do grupo. Fez saber ainda que foram criados seis pontos de rastreio nas localidades limítrofes da província, entre elas a Humpata, Gambos, Cuvango, Caconda, Quilengues, Matala, sendo que este processo já contemplou mais de 168 mil pessoas.

8.6 Ministro avalia qualidade do produto em Luanda

Jornal de Angola

4 De Abril de 2020

Texto: Alberto Quiluta

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, avaliou, ontem, a qualidade do produto distribuído pelos camiões-cisterna às zonas críticas da província de Luanda, no âmbito do plano de contingência de combate à pandemia do Covid-19.

O governante, acompanhado de membros do seu pelouro, representantes do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) e da Associação dos camionistas Distribuidores de Águas de Luanda, visitou os pontos de abastecimento de camiões-cisterna nas girafas de Kikuxi e Calumbo, em Viana, e "Dona Xepa", em Talatona. João Baptista Borges orientou, quinta-feira, a EPAL a baixar o preço de venda de água nos pontos de abastecimento dos camiões-cisterna e a estender o tempo de atendimento aos camionistas.

O presidente do Conselho de Administração da EPAL, Fernando Cunha, assegurou que as instalações estão a responder à demanda actual e o processo de distribuição gratuita avança a bom ritmo, apesar dos custos elevados do tratamento de água.

"As famílias mais desfavorecidas estão contempladas num outro pacote, que corresponde aos camiões com o selo da EPAL, com os dizeres "Combate ao Covid-19" e "água gratuita". Estes camiões não podem comercializar a água. Quem o fizer, deve ser denunciado através dos terminais disponíveis", apelou.

Fernando Cunha afirmou que, no âmbito do programa de contingência, estão mobilizados cerca de 60 camiões: cisterna para o abastecimento de água gratuita aos centros prisionais, hospitais, morgues, mercados informais ou comunitários.

A Sonangol, disse, garante combustível para 'Os camiões-cisterna, concentrados no espaço da Multiparques, em Viana "Os nossos piquetes estão a funcionar, mesmo com défice de pessoal, para garantir o melhor trabalho", reconheceu.

O ministro constatou igualmente os avanços dos trabalhos de construção da girafa de Capari, na província do Bengo.

8.7 Refriango mantém linha de produção

Jornal de Angola

4 De Abril de 2020

Texto: Alexa Sonhi

A Refriango está a criar condições para acomodar nas suas instalações os 750 trabalhadores, com objectivo de manter os níveis de produção, protegê-los e salvaguardar as famílias dos riscos de contágio do Covid-19.

O director Comercial, Diego Caldas, disse que o mundo todo luta para combater o Covid-19, por isso a produção de água não pode parar e os trabalhadores não podem ser ameaçados no seu emprego. "Estamos a criar todas as condições de comodidade possível, para que os trabalhadores se mantenham no interior da fábrica durante o tempo todo em que decorrer o período de emergência", justificou.

Diego Caldas salientou que, por conta do Covid-19, a Refriango reduziu em 50 por cento a sua capacidade de produção, mas garantiu que nos próximos três meses não faltará água engarrafada no

país. Refriango, disse, tem capacidade para produzir diariamente mais de um milhão de garrafas de água, sem qualquer problema, nos próximos três meses, pois dispõe de matéria-prima suficiente para o efeito. Por formas a salvaguardar a saúde dos trabalhadores, a empresa tem em funcionamento um posto médico adequado a realidade actual e com uma capacidade para manter em isolamento seis pacientes, caso seja necessário.

8.8 Serviços de água e energia sem restrições na cidade do Dundo

Jornal de Angola

5 De Abril de 2020

Texto: Armando Sapalo

Os serviços de água e energia eléctrica na cidade do Dundo, capital da Lunda-Norte, e arredores serão prestados sem interrupções, durante o período do Estado de Emergência, garantiram os responsáveis das empresas públicas de Águas e Saneamento e de Distribuição de Electricidade.

Em declarações ao Jornal de Angola, André Camilo e Felisberto Gomes asseguraram que, no âmbito das medidas de prevenção e combate da Covid-19, não haverá cortes por falta de pagamento do consumo de água potável e energia eléctrica. "Tudo está a ser feito para se evitar, ao máximo, a paragem desses serviços", disseram.

O presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública de Águas e Saneamento da Lunda-Norte (EPASLN), André Camilo, referiu que, na cidade do Dundo, estão em funcionamento dois sistemas de água, com níveis de produção suficientes para garantir um abastecimento regular. "As estações de captação do Mussungue, com uma capacidade de produção de 200 metros cúbicos por hora, e a do Luachimo, com 560 metros cúbicos, vão assegurar o abastecimento regular do precioso líquido aos mais de 20 mil habitantes da cidade do Dundo", garantiu.

André Camilo frisou ser crucial manter o abastecimento de água às famílias para a prevenção e combate da Covid-19. "Estamos a reforçar as medidas de prevenção, abastecendo regularmente a água às populações", referiu. O maior reservatório de água da cidade do Dundo, localizado no bairro Satxingongo, com uma capacidade de cinco mil metros cúbicos, oferece garantias para fazer uma distribuição ininterrupta aos principais aglomerados populacionais do casco urbano e periferia da capital da Lunda-Norte. Embora esteja em curso a redução temporária do pessoal, André Camilo disse que foram

constituídas equipas nas áreas de produção, tratamento e distribuição de água, para se evitar eventuais embaraços no abastecimento do precioso líquido.

À semelhança da cidade do Dundo, acrescentou, esforços estão a ser envidados para garantir o acesso a água nos municípios onde foram construídos sistemas modernos de abastecimento do líquido.

O presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública de Águas e Saneamento da Lunda-Norte apelou às famílias a racionalizarem o consumo de água, evitando o desperdício. “Famílias devem também criar reservas de água, tendo em conta que podem eventualmente surgir constrangimentos técnicos e operacionais no funcionamento normal dos sistemas”, alertou.

Energia sem cobranças

O director do Centro de Distribuição da Empresa Nacional de Electricidade (ENDE), na Lunda-Norte, Felisberto Gomes, assegurou que, durante o período do Estado de Emergência, ficam suspensos os cortes e cobranças das dívidas aos clientes. “Todas as medidas coercivas, por falta de pagamento, estão adiadas, sendo que a responsabilidade de pagar o consumo de energia eléctrica está ao critério do próprio cliente”, disse.

Felisberto Gomes disse que, com vista a evitar aglomerados de mais de 50 pessoas, estão abertas apenas duas das três agências de atendimento ao público na cidade do Dundo. Acrescentou que os trabalhadores, com idade superior a 50 anos e que padecem de doenças crónicas, como a hipertensão e diabetes, foram temporariamente dispensados. A ENDE tem disponíveis 16 megawatts para a cidade do Dundo, onde tem registado 4.141 clientes, no sistema pré-pago, e 16.127 no pós-pago.

8.9 Energia e água com restrições

Jornal de Angola
6 De Abril de 2020

O município de Cangola enfrenta dificuldades no fornecimento de energia eléctrica. Existe na sede do município uma central térmica, com quatro grupos geradores, dos quais três se encontram avariados. O único funcional tem capacidade de 550 KVA se fornece corrente eléctrica à população da sede e da periferia. Com o aumento da população, o gerador não corresponde à procura de consumidores.

Pedro Cogi Zua avançou que a administração está a analisar mecanismos adequados para melhorar o

fornecimento de energia eléctrica à população, no quadro das prioridades do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

A população residente na sede beneficia de água potável através de um sistema de abastecimento do tempo colonial, com capacidade reduzido. Segundo o administrador, de acordo com a demanda que ultrapassa os sete mil habitantes na sede, urge a necessidade de se alargar a rede, para que possa atingir os bairros periféricos.

O administrador Pedro Cogi Zua assegurou que a administração já concebeu um projecto que vai permitir a construção de uma outra conduta, com capacidade para mais de 90 mil metros cúbicos, mais de 30 chafarizes e lavandarias, para abastecer de forma satisfatória os habitantes. “Para a concretização do projecto, a administração prevê extrair água no rio Cuilo, com um caudal favorável, a cerca de oito quilómetros da sede do município”, disse.

O município de Cangola tem 2.875 quilómetros quadrados, duas comunas (Bengo e Caiongo), 22 regedorias, 119 aldeias e 61.964 habitantes, compostos por dois grupos etno-linguísticos, nomeadamente Kimbundo e Kikongo.

Localiza-se a Sudoeste da sede da província do Uíge. A Norte limita-se com o município de Sanza Pombo, a Leste com o de Massango (Malanje), a Sul com Calandula (Malanje) e a Deste com o município de Negage, Uíge. O clima é temperado, com duas estações: seca e chuvosa.

8.10 Dívida do consumo de água é de 35 milhões de kwanzas

Jornal de Angola
7 De Abril de 2020
Texto: Domingo Mucuta

O volume da dívida acumulada por empresas e instituições públicas pelo consumo de água está avaliado em cerca de 35 milhões de kwanzas, anunciou, na cidade do Lubango a presidente do Conselho de Administração da Empresa Provincial de Águas e Saneamento (EPAS) EP.

Maria Domingas Tyicusse, que falava no lançamento do plano de distribuição de água gratuita aos moradores de algumas zonas de bairros periféricos da cidade do Lubango, disse que a empresa controla 25 mil consumidores, dos quais 18 mil pagam regularmente o consumo.

A presidente do Conselho de Administração da EPAS da Huíla disse que a maioria dos sete mil clientes que se furtam a pagar o consumo de água é constituída por instituições públicas, facto que contribui negativamente para a saúde financeira da empresa.

Maria Domingas Tyicusse disse que os consumidores que “não regularizarem a situação das dívidas vão, em última instância, sofrer cortes nos próximos tempos, para que não prejudiquem quem tem as contas em dia.

“Continuamos a endereçar cartas de cobrança de dívidas. Estamos a tentar, a todo o custo, renegociações dos valores devidos. Queremos mais clientes na nossa carteira. Por isso, o corte é a última coisa que queremos fazer”, alertou, referindo que a empresa abriu a possibilidade para o pagamento das dívidas por prestações.

Maria Domingas Tyicusse informou que as três estações de captação e tratamento de água, nomeadamente da Tundavala, Nossa senhora do Monte e da Humpata produ

8.11 Empresários apoiam distribuição em Malanje

Jornal de Angola

7 De Abril de 2020

O volume da dívida acumulada pelas empresas e instituições públicas pelo consumo de água está avaliado em 35 milhões de kwanzas, anunciou ontem, no Lubango, a presidente do Conselho de Administração da Empresa Provincial de Águas e Saneamento. Maria Domingas Tyicusse, que falava no acto de lançamento do plano de distribuição de água gratuita aos moradores de algumas zonas de bairros periféricos da cidade do Lubango, disse que, actualmente, a empresa controla 25 mil consumidores, dos quais 18 mil pagam regularmente o consumo.

Diversas empresas, entre as quais a Carmon-Construção Civil, estão disponíveis para apoiar o Governo de Malanje na distribuição de água potável aos cidadãos e instituições necessitadas, através de cisternas.

A iniciativa, de acordo com o governador provincial de Malanje, Norberto dos Santos “Kwata Kanawa”, visa contribuir para a implementação do plano de distribuição de água aos hospitais, cadeias, esquadras policiais, unidades militares, lares de acolhimento e projectos habitacionais.

Ao falar à margem de visitas aos postos de triagem da Covid-19, nos municípios de Calandula e Cacusó, o governante precisou que até ao momento estão disponíveis sete cisternas envolvidas no reforço de distribuição de água, que se juntam a outros camiões-cisternas e motocisternas adquiridas pelo Governo, que vão beneficiar os bairros periféricos da cidade de Malanje.

Norberto dos Santos “Kwata Kanawa” disse que estão disponíveis três motocisternas do Governo Provincial de Malanje e aguarda-se a chegada de Luanda, nos próximos dias, de mais 15, que servirão igualmente para atender os municípios da província e acudir à estiagem que se antevê no tempo de Cacimbo.

Por outro lado, segundo Norberto dos Santos “Kwata Kanawa”, o Governo da Província mobilizou duas viaturas desom, que passam pelas ruas do centro da cidade e arredores para disseminar informações e sensibilizar os cidadãos sobre as medidas de prevenção contra a Covid-19.

8.12 Distribuição gratuita de água tem' recebido reclamações

Jornal de Angola

9 De Abril de 2020

Texto: Fula Martins

A distribuição de água potável, no âmbito do plano de contingência para combater os riscos de contágio da Covid-19, uma iniciativa da Empresa Pública de Águas (EPAL), está a ser alvo de críticas pelos moradores de alguns bairros da província de Luanda, por se sentirem excluídos.

Apesar de terem sido mobilizados 67 camiões cisternas das administrações municipais e de empresas públicas e privadas, incluindo o apoio logístico da Sonangal, para o abastecimento de água gratuita às comunidades carenciadas, unidades sanitárias, mercados informais, estabelecimentos prisionais, centros de quarentena, entre outros empreendimentos sociais, muitos bairros continuam privados do precioso líquido.

Sobre o assunto, uma fonte do Ministério da Energia e Águas fez saber que é primordial responder positivamente à demanda e garantir o sucesso do plano de contingência, conforme a sua concepção. Acrescentou que, a sua instituição vai continuar a trabalhar para garantir que os cidadãos possam ter água limpa, para o consumo e tratamento da higiene pessoal, como forma de prevenção ao novo coronavírus.

Milhares procura ele 'tua

Embora decorra o processo de distribuição gratuita de água potável, nas zonas periféricas é ainda visível o corre-corre em busca do produto. A caminhada incessante ao encontro dos chafarizes públicos inicia antes do raiar do sol. É uma situação comum em vários bairros de Luanda, onde, todos os dias, mulheres e crianças atravessam as ruas, com bidões, baldes, banheiras e outros recipientes à cabeça.

Sentada no chão, diante de um fontanário, encontramos dona Maria Manuela. Moradora há mais de quatro anos no bairro dos Rastas, aguardava desesperadamente pela chegada da cisterna de água da Administração Municipal do Kilamba Kiaxi.

"Disseram que deviam abastecer no bairro e cheguei aqui cedo, para conseguir água. São 11 horas e até agora o carro não aparece", lamentou, para afirmar que devido à falta de água, fica difícil prevenir-se da Covid-19.

Outra moradora, Madalena e, lembrou que a água é um elemento fundamental para a higiene corporal e preparação de alimentos. Sem este elemento, disse temer pela condição de vida da população.

Noutro extremo de Luanda, no bairro Sapú, a situação não difere. Com a banheira à cabeça e acompanhada de duas filhas, Sebastiana Campos saiu à rua à procura do produto vital. Há dois dias que faz o mesmo exercício, porém os camiões de distribuição gratuita tardam em chegar a Sapú. A reserva escasseia.

"Em casa, as torneiras há muito que deixaram de jorrar água", disse Sebastiana, deixando transparecer o desespero pela não circulação dos camiões cisternas, que deviam fazer a distribuição de água na localidade onde mora.

Apesar do bairro Capalanga estar a ser abastecido por camiões cisternas, Joana Paulo, que ali reside, explicou que a água disponibilizada não chega para a demanda, daí o apelo às autoridades para o aumento do número de viaturas, para melhorar a distribuição.

Fernando Lopes, morador do quilómetro 30, no município de Viana, explicou que o bairro não tem água canalizada. Visivelmente aflito com a situação, solicitou a intervenção urgente dos gestores do conhecido plano de contingência. Um morador do bairro Rocha Pinto, Gabriel Lima, lançou um apelo na mesma direcção: "ainda não vi nenhum camião cisterna a distribuir água gratuita aqui no meu bairro. Mas vamos continuar a acreditar na boa-fé dos mentores da iniciativa".

Reforço à capacidade de distribuição

O governador de Luanda, Sérgio Luther Rescova, garantiu, no final da visita que efectuou, recentemente, aos municípios de Cacuaco, Cazenga e Luanda, onde constatou o fornecimento de água gratuita, no quadro do plano de contingência para conter a pandemia da Covid-19, O reforço da capacidade de distribuição do produto às comunidades mais carenciadas da província, por via de camiões cisternas.

Para a distribuição de água em Luanda, o Governo da Província conta com 20 camiões cisternas, com capacidade para 10 mil litros cada. Até 7 de Abril, de acordo com uma nota da Direcção de Comunicação e Marketing da EPAL, foi possível distribuir água a 72 locais da capital do país. A mesma indica que o município de Luanda beneficiou de 532 mil litros, Viana, 410 mil, Icolo e Bengo, 250, Belas, 200 mil, Kilamba Kiaxi, 130 mil, Cazenga, 100 mil, e Quiçama 40 mil litros de água.

8.13 Lavatórios comunitários instalados nos mercados

Jornal de Angola
9 De Abril de 2020

Na Urbanização Nova Vida, mesmo no interior da administração distrital, há uma fábrica "improvisada" de lavatórios comunitários, que produz, em média, três lavabos por dia. Joana Berardo, administradora distrital, disse que os equipamentos vão ser instalados nos locais com grandes aglomerados populacionais "que insistem em não cumprir com as medidas de prevenção contra o coronavírus".

"Estamos a colocar os lavatórios comunitários nos mercados, nas pedonais e nas paragens de táxis", assegurou a administradora. Joana Bernardo pontualizou que a Identificação dos locais e a instalação dos equipamentos "é feita por um grupo de jovens voluntários que abraçou a causa.

O trabalho filantrópico às camadas mais vulneráveis que realizam, revela Joana Bernardo se estende às acções de fabrico distribuição gratuita de sabão e desinfestação dos multicaixas instalados na localidade e arredor

Temos aqui algumas fábricas artesanais de sabão, detergente que está a ser distribuído gratuitamente às camadas mais vulneráveis da nossa sociedade, ao mesmo tempo que estamos a realizar, em regime de voluntariado, desinfestação dos multicaixas do Nova vida e não só explica.

8.14 Morrer de sede em casa ou com Covid-19 na rua

Jornal de Angola
9 De Abril de 2020
Texto: António Pimenta

Manuel, 50 anos, vive no Projecto BPC, na Zona E do Distrito Urbano da Camama, e questiona como o cidadão pode ser obrigado a respeitar o Estado de Emergência, quando não tem água em casa para assegurar a higiene corporal, preparar os alimentos e manter limpa a sua residência,

Mãe de três filhas, a moradora deixa evidenciar alguns dos grandes problemas que, em Luanda, afligem milhares de cidadãos, neste momento crucial da vida em que o mundo inteiro está preocupado com a pandemia de Covid-19.

"Não há vida sem água. Precisamos do precioso líquido para preparar a nossa alimentação, manter a higiene do nosso corpo, das nossas casas e dos locais onde trabalhamos", diz, para voltar a questionar "como vai ser possível combater o corona- vírus se não tivermos água para lavar muitas vezes as nossas mãos?".

Nas zonas urbanas e suburbanas, a água escasseia e, em vários locais, muita gente sai à rua em busca do produto.

"Há mais de um mês que não temos água em casa, e para conseguirmos, somos forçados a pagar os motoqueiros, que comercializam este produto indispensável à sobrevivência humana", sublinha Elvira Manuel.

Segundo a moradora, com o Estado de Emergência, que proíbe a circulação de moto táxis, à maioria dos cidadãos restam apenas duas opções: "morrer em casa com sede ou sair à rua, a procura de água, e morrer com Covid-19".

Em várias rádios e canais 'de televisão, o problema da falta de água é das reclamações que mais se ouve dos municípios. Os camiões cisternas, que o governo disponibilizou, são insuficientes para atender a demanda. E, em alguns casos surgem denúncias de especulação de preços na comercialização da água, penalizando as camadas mais vulneráveis, que não se querem calar.

Na ronda efectuada nos bairros Camama, Nova Vida e Mbondo Chapéu, o Jornal de Angola constatou idêntica situação. Por exemplo, os dois chafarizes do Mbondo Chapéu, um localizado na zona I e outro na zona 2, funcionam com deficiências

e não possuem capacidade suficiente para atender a grande procura.

"Logo às primeiras horas da manhã, os chafarizes ficam superlotados de pessoas. Somos forçados a madrugar no local, para conseguirmos pelo menos uma 'pinga de água" , disse o morador Muinga Ernesto, para acrescentar que, todos os dias a população da localidade faz um grande sacrifício para conseguir pelo menos um "bidón" de água.

"Os chafarizes enchem muito e, por essa razão nem sempre conseguimos levar água para as nossas casas". revela Muinga, que não sabe o que fazer da vida se o período de quarentena for prorrogado.

8.15 População da periferia ignora medidas

Jornal de Angola
09 De Abril de 2020

Para a maioria das famílias da periferia de Luanda, não tem sido fácil permanecer no interior das suas residências. Saem muitas vezes para compras, visita aos familiares doentes ou bater um papo com os vizinhos. Os populares ignoram as medidas de prevenção contra a Covid-19, e colocam as vidas em risco.

Aglomeram-se nas ruas, em vários locais de venda de bebidas alcoólicas, nas padarias, mercados informais, nos chafarizes e noutros pontos de venda de água. Em quase todos os bairros da periferia há problemas de falta de água potável, facto que torna cada vez mais difícil manter limpas as residências e a higiene corporal dos cidadãos. Os moradores caminham quilómetros em busca do produto vital.

Nos bairros São Pedro da Barra, Caranguejos e Pesqueiro, no Distrito Urbano do Ngola Kiluanje, município de Luanda, a situação é ainda pior. A população deambula como se nada estivesse a acontecer. A maioria das famílias, com cinco ou mais membros, vive na condição de vulneráveis, em casas de chapa, separadas uma das outras por becos muito estreitos, que tornam impossível a passagem de duas ou três pessoas ao mesmo tempo. No bairro Pesqueiro, as crianças brincam com areia e os adolescentes formam vários grupos recreativos. Várias crianças dos seis aos 12 anos de idade disseram à reportagem do Jornal de Angola que, não lavam as mãos de forma regular, porque são obrigadas a poupar a água.

"Tomam banho uma vez por dia", conta Rui Julião, que vive no bairro há mais de dois anos. "Estamos a

acompanhar as notícias através dos nossos amigos e familiares que têm energia. Temos consciência de que não devemos sair de casa e nem ficar em locais de grande concentração populacional. Mas o problema é que, por falta de água, não temos como lavar as mãos constantemente. E, também, não temos dinheiro para comprar luvas e máscaras. O governo, se poder, que nos ajude", recorre.

Durante o dia, no bairro da Boa Vista, os moradores, que vivem na zona considerada de risco, não suportam o intenso calor no interior das suas casotas. Sem água e energia eléctrica, vão todos à rua. As crianças brincam nos amontoados de lixo, e os adultos nada fazem. Ignoram todas as medidas de prevenção à Covid-19. No local, poucos ou quase ninguém tem condições para lavar as mãos várias vezes ao dia.

8.16 Vários municípios do Cuanza-Norte com insuficiente distribuição de água

Jornal de Angola

15 De Abril de 2020

Texto: Manuel Fontoura

A distribuição de água potável nos dez municípios da província do Cuanza-Norte é ainda insuficiente, tanto para os que residem na sede das vilas, como para os que vivem em bairros periféricos, em comunas e aldeias mais afastadas.

Os municípios como Quiculungo e Banga têm o privilégio de ser abastecidos 24/24 horas, por sistemas de bombagem, com água provida de montanhas. Nestas localidades, em determinado período do ano não é aconselhável fechar as torneiras, para não quebrarem devido à força com que a água jorra.

De acordo com o director do gabinete do administrador adjunto para a Área Técnica e Serviços Comunitários do município de Quiculungo, Malulendo Maluta Malulendo, devido à força que o sistema tem seria bom que o abastecimento chegasse também aos sectores de Quihezo, Camacala e Seca, onde as populações consomem ainda água retirada directamente do rio.

Malulendo Maluta Malulendo informou que ainda este ano, no âmbito do Programa de Combate à Fome e à Pobreza, vão ser construídos novos sistemas de abastecimento de água para beneficiar os sectores de Quihezo, Camacala e Seca.

Na Banga, 150 quilómetros a norte de Ndalatando, os 11.045 habitantes da comuna-sede e da Aldeia Nova beneficiam de água ininterruptamente, por sistema de gravidade, segundo o administrador-adjunto para a Área Técnica e Serviços Comunitários.

Na localidade de Talambote Mpululu, em Caculo Cabaça, depois da avaria do gerador, está em construção um novo sistema de tratamento e distribuição de água, enquanto em Cariamba, apenas uma das duas fontes funciona, por gravidade.

Malulendo Maluta Malulendo disse igualmente que as populações das aldeias de Caculo Caui, Igreja, Camba, Tiova, Bumba, Cambamba, Quitebi e Calundo beneficiam de água potável, através de sistemas de gravidade.

Situação em Bolongongo

A cobertura de distribuição de água potável à população de Bolongongo ronda cerca de 70 por cento, segundo o administrador municipal-adjunto para a área Política, Económica e Social.

Kitas Ferreira acrescentou que os sistemas de distribuição de água que funcionam precisam de ser melhorados, para que possam ser mais eficazes. “Na vila-sede de Bolongongo e comunas de Terreiro e Quiquiamba beneficiam de água potável perto de nove mil habitantes”.

Kitas Ferreira revelou que as pessoas que vivem em zonas onde não existem sistemas de distribuição consomem água retirada directamente dos rios, uma preocupação que, referiu, aflige a administração, que fez constar no seu programa de acção vários projectos de construção de sistemas de captação, tratamento e distribuição de água.

Ferreira garantiu que está em estudo a elaboração de projectos para a construção da conduta de transporte de água, a partir da captação de Quiculungo, com vista a melhorar a capacidade de aprovisionamento na vila do Bolongongo, bem como a construção de sistemas de captação e distribuição nas aldeias de Panzo, com cerca de 111 habitantes, Catamba (117), Mulengo (452), Praia (403), Hoco (109), Bengui (Terreiro) com (196) e aldeia de Macacala (Quiquiamba) com 73 habitantes.

De acordo com o administrador municipal-adjunto de Bolongongo, existem também projectos de melhoramento dos sistemas de captação e distribuição de água nas aldeias de Quiboto, Calemba, Bairro Bolongongo, Cabila e Cahombo.

Em curso e em fase conclusiva, disse, está a construção do sistema de captação, tratamento e distribuição de Canzele (com perto de 100 famílias). Depois de concluídos, estes projectos vão beneficiar mais de 4.200 pessoas a nível de todo o município e podem custar cerca de 275 milhões de kwanzas aos cofres do Estado.

Existem também projectos que visam melhorar o abastecimento de água potável nas localidades de Dange-ya-Menha, Caxissa, Quilómetro 34 e Zenza do Itombe (Cambambe), assim como no município de Ngonguambo e na comuna de Quiquiamba, esta última igualmente pertencente ao município de Bolongongo, acrescentou.

“Nas localidades de Dange-ya-Menha, Caxissa, Quilómetro 34 e Zenza do Itombe as estações de tratamento e distribuição de água funcionam a meio gás, devido à es-cassez de combustível para suportar os geradores, tal como afirmou o administrador municipal de Cambambe, Adão Malungo”, que informou que a população da vila do Don-do, sede municipal de Cambambe, vai beneficiar, ainda este ano, de água potável ao domicílio, com a entrada em funcionamento da nova estação de tratamento.

“Há mais de sete anos que os moradores da vila do Dondo deixaram de ver água a jorrar nas torneiras e ao longo deste tempo dependem do rio Kwanza”, disse Adão Malungo, que acrescentou que para mitigar a situação, “fez-se recentemente os primeiros ensaios da nova estação de tratamento, que vai permitir o fornecimento regular às populações da circunscrição”.

De acordo com o administrador municipal de Cambambe, o sistema tem capacidade para produzir 100 metros cúbicos de água por hora, para 20 mil habitantes. Adão Malungo informou que o projecto prevê igualmente a colocação de mil ligações domiciliares e 38 chafarizes na vila do Dondo. “As obras começaram há cinco anos, no âmbito da substituição da an-tiga rede já obsoleta, com mais de 60 anos.”

Fontes alternativas estão aquém da procura da população

Municípios da vila do Lucala consomem água potável através de uma fonte de captação com capacidade para bombear mais de 100 metros cúbicos por dia.

A falta de um reservatório que suporte a procura inquieta a administração, porque o existente é ainda da era colonial e foi concebido para um número reduzido de cidadãos, disse o director do gabinete do administrador -adjunto para a área Técnica e Serviços

Comunitários. Isaías Capeco informou que a rede de distribuição do Lucala está totalmente obsoleta e não suporta a carga durante o dia todo, pelo que a distribuição faz-se apenas por áreas, com a reabilitação dos chafarizes existentes.

Em relação ao Golungo Alto, a administradora Teresa da Costa disse que o município tem dois novos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água, que abastecem a vila municipal, bem como outros dois construídos nas sedes comunais de Cambondo e Kiluange, além de três pequenos sistemas erguidos nas localidades de Cabinda, Caluia, Gungo, Kimbulo e dois furos artesianos nos bairros Beta e Morro da Bomba e 29 chafarizes que servem cerca de 18 mil habitantes.

No Cazengo (Ndalatando), explicou, a distribuição continua a ser insuficiente, o que cria sérios constrangimentos aos habitantes de algumas ruas e bairros periféricos da cidade.

“O tempo de distribuição nas zonas onde a água jorra nas torneiras não é superior a duas horas diárias, devido à insuficiência na captação do rio Mucari, actualmente a única em actividade, das três existentes na sede.” O sistema da fonte da Santa Isabel, com cinco litros por segundo, encontra-se há algum tempo fora de serviço e o do Monte Redondo, com capacidade de jorrar 20 litros por segundo, tem a conduta adutora avariada e não permite que a água chegue até aos reservatórios do bairro da Kipata, arredores da cidade de Ndalatando, que já necessita de um volume de água maior, tendo em conta o crescimento populacional da localidade.

“Nota-se que a água do reservatório no bairro Posse, com cinco milhões de litros, é consumida em apenas duas horas, pelo que nesta altura a cidade de Ndalatando e arredores necessita de um volume de água que triplicasse as quantidades actualmente existentes”, disse Teresa da Costa. “A população está esperançosa que a água chegue a partir do rio Lucala, estando em curso o concurso público para adjudicação da obra.”

De acordo com o presidente do Conselho de Administração da Empresa de Águas do Cuanza-Norte, embora o sistema de Ndalatando seja todo por gravidade, com o aumento do volume de água já será possível fazer-se manobras de válvulas, criando alguns reservatórios para mandá-la por bombagem aos pontos mais altos.

Joaquim Jerónimo disse que neste momento verificam-se trabalhos de manutenção na conduta adutora, em vários pontos da cidade e arredores de Ndalatando, por parte de uma equipa composta por

técnicos da direcção Nacional de Águas, de uma empresa chinesa e de técnicos da empresa local de águas, devido à obstrução e entupimento da tubagem, que, nos últimos tempos, tem dificultado a distribuição normal em várias zonas.

Joaquim Jerónimo acredita que, depois deste trabalho, muitas áreas que antes não recebiam água passarão a receber, com realce para o casco urbano, a par de outras áreas em pontos mais altos, no sentido de abranger um maior número de beneficiários.~

8.17 EPAL leva água potável a milhares de residências em Luanda

Jornal de Angola

16 De Abril de 2020

Texto: Cristina da Silva

Cerca de 1500 famílias e diversos aglomerados populacionais beneficiaram de abastecimento de água potável esta semana, depois de concluída a reparação de várias adutoras e condutas, no âmbito do plano de contingência da Empresa Pública de Águas (EPAL), para conter os riscos de contágio à Covid-19.

A operação, que decorre com o apoio de parceiros sociais da empresa de água, permitiu ligar à rede de distribuição da EPAL um total de 193 bairros. Os moradores do condomínio BPC, localizado no distrito da Camama, ficaram privados do abastecimento de água durante 20 dias, devido a uma avaria registada numa das válvulas da conduta que transporta o precioso líquido para as zonas E, F e G.

Quem também respira de alívio são os moradores da rua 51, na Urbanização Nova Vida, município de Kilamba Kiaxi, que constavam da lista das 1.149 reclamações de clientes privados de água. O Administrador Executivo da EPAL para a área de Rede e Distribuição, Ângelo Filipe, explicou que o trabalho realizado permitiu ainda repor o abastecimento em diversos pontos do município do Cazenga, no Complexo da Sonangol. Disse que foi possível efectuar ligação de água a quatro chafarizes construídos no bairro Maiombe, no município de Cacucaco, bem como em algumas moradias na localidade do Panguila.

Neste momento, 77 bairros da província de Luanda beneficiam do abastecimento normal, o que corresponde a oito horas por dia, enquanto 116 outros tiveram o fornecimento durante seis horas.

De acordo com o responsável, o abastecimento de água nestas zonas varia entre cinco a três dias por semana, mas lamentou o facto de existirem 260 bairros com abastecimento precário ou quase nulo. “Significa que estes últimos podem ou não receber água uma vez por semana. Infelizmente é uma distribuição aleatória”, justificou.

O gabinete de comunicação e marketing da EPAL informa que, de 30 de Março a 11 de Abril, foram registados 1.149 reclamações de falta de água e lembrou que no mesmo período foram reparadas 131 avarias. “Continuamos a receber muitas reclamações, mas notamos que, infelizmente, são as mesmas de sempre e, prontamente, as equipas da EPAL, reforçadas com técnicos da Odebrechet, têm tomado conta da situação”, disse.

Bairro Maiombe

Antes da implementação do plano de contingência para prevenir e combater a Covid-19, Cândida Dombele, moradora no bairro Maiombe, município de Cacucaco, percorria entre dois a três quilómetros para acarretar água para casa.

A também zungueira, mãe de seis filhos, integra o grupo de cinco mil pessoas que passam agora a beneficiar de água da EPAL, com a conclusão da ligação da conduta aos quatro chafarizes construídos no bairro. “Corríamos muitos riscos por causa da água. É um grande alívio para nós e nossas famílias”, disse Cândida Dombele, lamentando que nem sempre a água comprada nas cisternas era limpa.

O administrador municipal adjunto de Cacucaco para a Área Política, Social e das Comunidades, Gabriel Bunga, disse que a construção dos chafarizes faz parte de um projecto da administração local, que visa facilitar a vida da população.

Gabriel Bunga reconheceu o sacrifício e as longas distâncias que os moradores do bairro Maiombe enfrentavam para ter acesso a água potável. Anunciou, para breve, a construção de outros 10 chafarizes para reforçar o abastecimento de água nos bairros Maiombe A e B. “Pensamos que estão lançadas as bases e vamos prosseguir com a construção de outros chafarizes nos próximos meses”, afirmou.

8.18 Governo distribui água gratuita nos bairros periféricos de Ondjiva

Jornal de Angola

16 De Abril de 2020

Texto: Elautério Silipuleni

Mais de 250 mil litros de água são distribuídos todos os dias aos moradores dos bairros Os homukyo, Onahumba I e II, Caxila, Naipalala II, em Ondjiva, província do Cunene, garantiu a administradora da Empresa Provincial de Águas e Saneamento.

Verdiana José assegurou que, no âmbito do Plano de Contingência de Combate à Covid-19, estão mobilizados oito camiões-cisterna para o abastecimento de água gratuita às populações. A governadora do Cunene, Gerdina Didalelwa, que avaliou o processo de distribuição de água às populações dos bairros periféricos de Ondjiva, disse que o objectivo é manter a higienização dos cidadãos. “Sabemos que a primeira medida de prevenção da Covid-19 é a lavagem das mãos. Por isso, estamos a fazer a distribuição da água a todos os bairros da cidade”, acrescentou.

A governante referiu que com este programa as populações não têm necessidade de sair de casa, à procura de água. Exortou os cidadãos a permanecerem em casa, por ser uma das formas para se evitar a propagação da Covid-19. “Peço muita calma e serenidade a todos, neste momento difícil”, apelou.

8.19 Mais de 24 milhões de litros de água distribuídos às populações

Jornal de Angola

16 De Abril, 2020

Texto: Alberto Quiluta

Mais de 24 milhões de litros de água foram distribuídos em todos os municípios de Luanda, no âmbito do Plano de Contingência de combate à Covid-19, disse terça-feira, em Luanda, o ministro da Energia e Águas.

João Baptista Borges, que falava durante a reunião do Núcleo de Gestão de Distribuição de Água às Comunidades, que analisou as actividades desenvolvidas no combate à pandemia, explicou que essa quantidade de água foi distribuída de 27 de Março a 14 de Abril.

Só na terça-feira, a Empresa Pública de Águas (EPAL) tinha distribuído cerca de dois milhões de litros de água às populações, sendo que Talatona beneficiou de 481 mil, Luanda, 421 mil, Icolo e Bengo, 370 mil, Viana, 365 mil, Belas, 140 mil, Kilamba Kiaxi, 100 mil, Cazenga, 60 mil, Quiçama, 40 mil, e Cacuaco, 20 mil litros.

O coordenador a nível de Luanda, Manuel Sopas, referiu que 105 camiões-cisterna estão envolvidos na distribuição de água. “Começámos com 60 camiões-cisterna e, hoje, temos 105. A perspectiva é aumentar esse número, devido ao interesse manifestado pela classe empresarial, que também quer contribuir na luta contra a Covid-19”, disse.

No final da reunião foi anunciada a agenda do Plano de Distribuição de Água e acções de fiscalização em Luanda. O referido plano é subdividido em três grupos de acompanhamento, nomeadamente, um coordenado pelo ministro da Energia e Águas, para o município de Luanda, o segundo pelo secretário de Estado das Águas, para o município de Belas, e o terceiro pelo secretário de Estado da Energia, para o município da Quissama.

A reunião recomendou a identificação de mais zonas desfavorecidas, bem como os pontos de abastecimento de camiões-cisterna mais próximos para o precioso líquido chegar mais rápido às populações.

Foi recomendado também a identificação e envolvimento de líderes comunitários, no sentido de reforçar as acções de fiscalização e denúncia de camionistas que insistem em vender água gratuita à população. O encontro recomendou a divulgação dos locais e horários de distribuição por chafarizes móveis, o controlo rigoroso da gratuidade da distribuição, a intensificação da divulgação do plano de contingência e a cultura de denúncia.

8.20 A distribuição de água

Jornal de Angola

18 De Abril de 2020

O fornecimento de água em condições e qualidade para o consumo humano, em todo o país, continua ainda a enfrentar dificuldades que tornam o acesso ao líquido precioso uma espécie de privilégio. Desde há algum tempo, foram várias as diligências feitas pelo Governo, acompanhadas pelos parceiros internacionais, nomeadamente o Banco Mundial, para alargar o fornecimento de água potável a um universo cada vez maior de consumidores.

A cooperação com a República da China também contribuiu significativamente para a materialização do chamado “Programa Água Para Todos”, que permitiu implementar milhares de ligações domiciliares. É verdade que, se fizermos um balanço, chegamos facilmente à conclusão de que os resultados estão ainda longe de satisfazer a larga maioria dos angolanos. Muitas dessas ligações, em numerosos bairros periféricos de cidades como Luanda, além do funcionamento irregular, há muito que deixaram de jorrar água.

Assim, continuamos com um elevado défice de fornecimento de água, em qualidade e quantidade, numa altura em que nos é igualmente permitido fazer uma simples reflexão : se os programas anteriores de ligações domiciliares e fornecimento fossem levados mais a sério, hoje não teríamos os problemas que vivemos.

Podíamos continuar a ter problemas de água, eventualmente, mas, seguramente, não na dimensão em que nos encontramos hoje, ao ponto da maioria das ligações feitas na periferia de Luanda não funcionar. E nem sequer essa disfunção no fornecimento do líquido precioso que, em muitos bairros, verte nas torneiras “quando entender que deve jorrar”, é acompanhada de explicação sobre as razões, causas e soluções alternativas.

Hoje, a braços com a pandemia da Covid-19 as diligências para fornecer água potável às populações que seriam, possivelmente, minimizadas com um abastecimento regular, acabam por exigir uma espécie de multiplicação de esforços. Tratam-se de problemas que estariam já resolvidos ou com algum nível de funcionamento que não levaria a privações alarmantes no seio das populações.

Nesta altura em que a Covid-19 impõe a necessidade de se redobrar as acções pessoais e colectivas de higiene, realidade que começa invariavelmente com a presença de água, em quantidade, nas comunidades, a sua falta deve ser minimizada.

Consciente dessa realidade, está a ser oportuna a iniciativa do Executivo em promover uma campanha de distribuição grátis de água potável à população, enquadrada no combate ao novo coronavírus (Covid-19). A estratégia de desdobrar camiões cisternas em todo o país para assegurar que as populações não fiquem completamente privadas de água, constitui uma iniciativa vital nesta fase. Particularizamos esta fase por razões mais do que conhecidas, embora o fornecimento de água potável por parte da empresa responsável seja sua atribuição.

Esperamos que essa empreitada cubra um maior número de consumidores, sobretudo aqueles que estão em condições mais desfavoráveis, do ponto de vista de rendimentos, e ali onde as necessidades mais requerem a presença desse serviço gratuito do Estado.

É importante enaltecer o papel que está a ser jogado também pelos privados, que se associam ao Estado, para assegurar a materialização do plano do Governo, com a disponibilização de camiões cisternas pelas 18 províncias do país. Auguramos que as instituições do Estado e os seus parceiros privados sejam bem sucedidos na campanha de distribuição gratuita de água às populações, porque tudo começa ou passa invariavelmente pela água.

8.21 População de Ndalatando usa água das cacimbas para a higienização

Jornal de Angola

18 De Abril de 2020

Marcelo Manuel e Manuel Fontoura

A cidade de Ndalatando, capital do Cuanza-Norte, está, desde ontem, sem abastecimento de água potável, devido a uma ruptura na conduta de 600 milímetros. Devido a essa situação, os cidadãos têm recorrido às cacimbas, onde se tem registado pequenos aglomerados, para obter a água no sentido de cumprirem com as medidas de higienização contra a Covid-19.

A ruptura foi provocada pela forte pressão das águas das chuvas, que aumentaram o leito do rio Mucari.

Joana Pereira, de 33 anos, mãe de quatro filhos, apesar das fortes restrições impostas pelo Estado de Emergência, viu-se obrigada a deixar o lar em busca de água no bairro Hoji ya Henda, para a higienização da família. Reconheceu que foi uma atitude incorrecta, mas alegou estar sem outras soluções para obter o precioso líquido.

O presidente do Conselho de Administração da Empresa de Águas do Cuanza-Norte, Joaquim Jerónimo, assegurou que estão a trabalhar para a reposição do abastecimento de água potável aos mais de oito mil clientes existentes.

No âmbito da prevenção contra a Covid-19, o Governo provincial do Cuanza-Norte recebeu dois camiões cisternas, com capacidade para 50 mil litros cada, para o município de Cazengo.

Furos hertzianos

O Governo da Província do Cuanza-Norte investiu 75 milhões de kwanzas para a criação de seis furos hertzianos, com 80 metros de profundidade, no sentido de melhorar o abastecimento de água na periferia da cidade de Ndalatando.

O técnico da Área de Infraestruturas do Governo do Cuanza-Norte, Emir Francisco, disse que dois furos já foram concluídos no bairro São Felipe e, nos próximos dias, deve ser entregue um igual na comunidade do Sassa.

Cada furo referiu, está orçado em 12 milhões e 500 mil kwanzas e possuem sistema de bombagem, reservatório de 10 mil litros, dois fontanários, lavandarias, painéis solares e análise laboratorial para a certificação da qualidade da água.

Técnicos de saúde

Um total de 50 técnicos de saúde, na província do Cuanza-Norte, estão a ser treinados para o manuseio de eventuais casos de Covid19. A formação, promovida pelo Gabinete Provincial da Saúde, vai abordar temas sobre biossegurança, manuseamento de meios, acompanhamento de doentes e realização de funerais.

O coordenador da equipa técnica do Ministério da Saúde, o epidemiologista Luís Miguel da Silva, disse que a formação terá a duração de três dias e vai capacitar médicos, enfermeiros, técnicos de laboratório, vigilância epidemiológica e alguns parceiros sociais, para gerir eventuais casos da Covid-19.

8.22 Uíge: População da aldeia Kibianga deixa de consumir água do rio

Jornal de Angola

21 De Abril de 2020

Texto: António Capitão

“Abandonamos os rios como fonte do precioso líquido para beber. Passaremos a ir aos rios apenas para lavar a roupa ou para moldar a mandioca, como medida tomada pela comunidade para fazermos uso racional da água do sistema de captação e distribuição”, exclamou, contente, Delfina Alberto, com uma banheira azul de 20 litros à cabeça, de regresso do chafariz.

Baixinha, de blusa e panos do Congo, mas com estrutura física bem constituída, Delfina Alberto expressou a sua gratidão às autoridades administrativas do município do Uíge pela

disponibilização de recursos financeiros para a reabilitação do sistema de captação e distribuição de água na sua aldeia, Kibianga. “Estamos todos agradecidos por colocarem água na nossa aldeia.

Ficamos muito tempo sem a água a jorrar nas torneiras dos chafarizes, devido à avaria do sistema. Utilizávamos água do rio, sem garantias de qualidade para o consumo humano, para bebermos, cozinhar, lavar a loiça e a roupa, cuidar da higiene pessoal e de muitos produtos agrícolas, sobretudo a mandioca”, disse. Emília Correia, 27 anos, é outra habitante do Kibianga, que revela que passou por muitas dificuldades para conseguir colocar água em casa para beber e cozinhar para si, para o marido e para os três filhos.

“Agora já temos água próximo e agradecemos os esforços e reconhecimento do Estado a esta população”, disse com um sorriso nos lábios, a demonstrar a alegria que sentia. “O rio que habitualmente a população utiliza fica a mais de um quilómetro da aldeia e debaixo de uma montanha íngreme. De volta à aldeia tínhamos de nos socorrer de paus para podermos superar a montanha com banheiras de água, loiça, roupa e outras coisas pesadas à cabeça”, sublinhou, afirmando de seguida que “estes tempos ficaram para trás”.

O encarregado pelas obras de reabilitação do sistema de abastecimento de água, Nelson Travasso, sublinhou que o mau uso e a falta de manutenção estiveram na base da paralisação do funcionamento do sistema, por muitos anos. Agora reabilitado, tem capacidade para produzir 305 metros cúbicos e foram instalados quatro chafarizes em diversos pontos da aldeia.

No Kibianga, referiu, mais de 1.800 pessoas vão poder utilizar água em melhores condições para o consumo.

Além dos quatro chafarizes, foram também instaladas duas torneiras públicas e um espaço combinado que possui, de um lado, lavandaria para permitir às mulheres tratarem da roupa e, do outro, um chuveiro para os habitantes poderem cuidar da higiene corporal e a população deixar de percorrer longas distâncias para acarretar água.

“A reabilitação do antigo sistema de captação e distribuição de água na aldeia teve a duração de três meses. Fomos nós, a empresa Mitrelli, que o construímos em 2014. Mas, devido ao mau uso e vandalismo dos equipamentos, por meliantes e alguns populares, deixou de funcionar três anos depois”, referiu.

Nelson Travasso avançou que, na empreitada, foram utilizados equipamentos modernos, com destaque para as motobombas que captam a água no rio e o módulo contentorizado onde existem equipamentos de filtração e tratamento do líquido com vários combinados químicos.

O administrador municipal do Uíge, Emílio de Castro, disse que a reabilitação do sistema visa repor o consumo de água em melhores condições à população, por ser um elemento fundamental para a saúde. Pediu à população para conservar o empreendimento colocado à sua disposição, de modo a que possa ser útil durante muito tempo.

8.23 Luanda: Falta de água expõe moradores a perigos

Jornal de Angola

23 De Abril de 2020

Texto: João Pedro

Manuel José estava à espera de seu ajudante, que foi comprar um carburador novo para substituir o que avariou na moto de três rodas. Eram 6h30 da manhã, depois de encher o reservatório no bairro Prenda, na zona da Sagrada Esperança, uma pequena elevação que fica no sentido da Samba, nas proximidades do prédio Café, à Avenida 21 de Janeiro, fez com que a moto começasse a perder a força até parar definitivamente.

Restava ao seu proprietário reparar a avaria. Assim perdia os primeiros clientes do dia, talvez por isto, o surpreendemos a olhar atentamente para o reservatório de água que a moto carrega. Atrás da mesma o triângulo sinalizava o seu estado técnico. O que impedia Manuel de andar a vender a água pelo bairro Rocha Pinto. De 52 anos de idade, Manuel José vive do negócio de água, desde que perdeu o emprego na Odebrecht onde era pedreiro. Com o dinheiro da indemnização comprou uma moto “vovô e eu” que se tornou no único meio de sustento à sua família.

“É desta forma que consigo sustentar os meus filhos. Todos os dias vendo água no Rocha Pinto, onde sempre falta água. A população sofre com este problema há muitos anos”, afirma Manuel. Na mesma via em que a moto de Manuel José avariou, em pouco tempo, registámos a circulação de seis motos idênticas. Tinham os reservatórios atestados de água e tomavam a direcção do Rocha Pinto. Com certeza iam vender o precioso líquido. Manuel disse que lá, cada bidão de 20 litros custa 100 Kwanzas.

Nova tubagem não dá água ao Rocha

Os bairro Rocha Pinto e Prenda estão separados, apenas, por uma estrada. Contam os moradores que durante a construção da nova via que forma a divisória, a empresa Odebrecht danificou uma canalização antiga, que foi substituída por outra, nova. Mas, até hoje continua fechada.

Paulo Cristóvão não entende como é que do outro lado da estrada, no bairro Sagrada Esperança, as casas têm água, sai pelas torneiras em dias alternados, e no Rocha Pinto não, embora tenha beneficiado igualmente do programa das 700 mil ligações.

“Tendo em conta que uma das principais medidas para travar o COVID-19 é mantermos a higiene constante das mãos, lavando com água e sabão, a falta de água nos deixa preocupados e não temos alternativas para irmos procurá-la”, reclamou Paulo Cristóvão.

O jovem disse que na parte de cima do bairro Rocha Pinto é abastecida de água normalmente, mas na parte de baixo nunca saiu, tanto é assim que as torneiras e tubagem estão a ser danificadas por alguns moradores. “É neste momento que ainda não existem muitos casos da pandemia que as medidas de higienização devem ser reforçadas”, apela Paulo Cristóvão.

Na avenida 21 de Janeiro, desde a pedonal que fica na direcção do campo de futebol do Interclube até a paragem de táxi do triângulo, o cenário é assustador. Inúmeros moradores com bidões amarelos, na cabeça ou nas mãos, atravessam perigosamente de um lado para o outro. A estrada é muito movimentada. Ainda assim, há outras pessoas a pular os enormes separadores, tudo para conseguirem água potável. Até crianças arriscam as vidas. A situação já é encarada como normal.

“A situação é muito difícil e crítica”, desabafa dona Maria, moradora do bairro Rocha Pinto. Conta que, quase todos os dias, acorda às cinco horas da manhã para acarretar água do outro lado da estrada à sua casa, uma distância de 500 metros, correndo o risco de ser atropelada. “Já vi pessoas a morrer, tentando atravessar a estrada. O que me preocupa mais são as crianças e adolescentes, a quem, muitos pais, delegam a responsabilidade de levar água para casa, sob pena de haver uma desgraça”.

Maria garantiu que a falta de água por ali, é um problema que já se arrasta há algum tempo, mas que, até ao momento, não vê outra saída, se não fazer o sacrifício diário. “Há vários anos que foram montadas as torneiras, mas, infelizmente, nunca vimos a correr água. Percorremos longas distâncias e

também compramos água a preços muito altos”, deplorou.

Em plena pandemia do Coronavírus, a senhora Maria lamenta o facto de existir muitas pessoas oportunistas a facturar. “ Nem todos têm dinheiro para comprar água diariamente”, salienta a mulher que diz não entender como é que o seu bairro vive sem este indispensável líquido há anos. “ Pelo que vejo, as autoridades nada fazem para dar solução ao nosso problema”, critica. Na zona da Paviterra, antigo parque e na praça do campo, ao lado do Morro da Luz, registam-se as mesmas cenas. Os moradores são obrigados a percorrer longas distâncias se não puderem pagar por preços muito mais elevados ditados pelos motoqueiros, os vendedores de água.

Apesar de ter sido oficialmente anunciado que estão na periferia cisternas da Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL) a distribuir água, de modo gratuito, os moradores do Rocha Pinto continuam a clamar por dias melhores. Para eles, agudiza-se a carência do precioso líquido, o que lhes obriga a comprá-lo a preços exorbitantes. A EPAL, acreditam, parece não ter um horizonte temporal para solucionar definitivamente o problema.

Preços ditados pelo esforço ou conforto

A população do Rocha Pinto caminha, diariamente, até ao bairro Sagrada Esperança para comprar e acarretar água, cujo preço varia em função do tipo de recipiente. Uma banheira de 50 litros pode custar 50 à 100 Kwanzas. Já o bidón de 20 litros chega a custar 25 kwanzas.

A venda da água também é feita pelo sistema porta à porta, através dos vendedores que conduzem motorizadas de três rodas, mas os preços praticados são mais altos, por se tratar de um serviço personalizado.

Programa de Distribuição de água não paga hoje

Bairro da Boa Vista

Ingombota

Bairro Montanha (Rotunda Bombeiro)

Ngola Kiluanje

Instituto Médio Politécnico

Neves Bendinha

Ana Angola

Rangel

Rua 16-17

Rangel
Rua do Ngongo

Samba
(Morro Bento I)

Samba
(Morro Bento I)

Samba
(Morro Bento II)

Maianga

Vigésima Esquadra

Prendra; Centro de Saúde do Capipa

Sambizanga

Sector Lixeira Quarteirão 5 e Dimuca

Sector Madeira Quarteirão 5

Hospital do Prenda

Tem 2 Códigos A50

e A49

Comando do Exército R20

Multiperfil

Multiperfil

Maianga Paviterra 2

Estrada de Serviços 21 de Janeiro

Palanca 2

Rua 99

Palanca 2

Rua 4

Capolo 1

Rua B.C.A

Capolo 2

Rua da Sinhydro

Capolo 2

Rua da Guarita 9km

8.24 Mais de 160 mil pessoas recebem água gratuita

Jornal de Angola

23 De Abril de 2020

Texto: Lourenço Bule

Mais de 160 mil pessoas dos bairros periféricos da cidade de Menongue, província do Cuando Cubango, beneficiam de água potável gratuita, no âmbito da prevenção e combate da Covid-19.

O responsável da área de Energia e Águas da Administração Municipal de Menongue, Estevão Tchitungo Camoço, explicou que beneficiam de água gratuita os bairros Castilho, Popular, Cavole, Cavaco, Victória, Cazenga, Terra Nova, Paz, Tchiwaya, Banda Velha, Benfica, Tchicomba Tchavunongue, Porto-Seco, Agostinho Neto, Macueva, Cuatir, Luassingua, Tchizango, Pandera e Samucono.

Esses bairros, acrescentou, não foram abrangidos pelo projecto de construção da rede de distribuição de água potável, por estarem localizados em zonas altas da cidade de Menongue. Três camiões-cisterna privados, com capacidade para 20 mil litros, e 15 motos-cisterna, de mil litros cada, distribuem diariamente o produto à população, habituada a consumir água imprópria das cacimbas.

Além dos referidos bairros, algumas instituições escolares, sanitárias e centros de quarentena, indicados pela Comissão Provincial Multisectorial de Combate à Covid-19, também beneficiam de água tratada.

Estevão Tchitungo Camoço assegurou que a distribuição gratuita de água potável aos bairros, sobretudo naqueles em que a população é obrigada a percorrer quilómetros até aos rios Kwebe, Cambumbe e Luahuca para consegui-la, vai continuar, mesmo depois do fim da pandemia. “Por enquanto, a distribuição será feita todos os dias úteis da semana, para que todos os moradores das zonas críticas tenham água limpa para o consumo e cuidar da higiene pessoal, como forma de prevenção do novo coronavírus”, disse.

Técnicos de saúde

Um total de 180 técnicos de saúde foi formado, em Menongue, em matéria de segurança epidemiológica, biossegurança, gestão de casos e manuseamento de amostras, transladação e enterro de pessoas vítimas da Covid-19.

O porta-voz da Comissão Provincial Multisectorial de Prevenção e Combate à Pandemia, Lucas Mirco

Macai, explicou que, deste número, 94 são enfermeiros, 36 técnicos de apoio hospitalar, nomeadamente do Serviço de Investigação Criminal (SIC), de Protecção Civil e Bombeiros, coveiros e funcionários das morgues, 34 especialistas de diagnósticos, terapêutica e vigilância epidemiológica e 16 médicos.

Os técnicos, acrescentou, foram igualmente formados sobre primeiros socorros aos cidadãos com sintomas, triagem, cuidados intensivos e manuseamento de equipamentos instalados nas salas de internamento de pacientes diagnosticados com a pandemia.

Lucas Mirco Macai disse que a acção formativa foi ministrada por cinco técnicos do Ministério da Saúde e três da Organização Mundial da Saúde (OMS), enquadra-se num plano de formação contínua face ao novo coronavírus.

Os técnicos provenientes dos nove municípios da província, referiu, vão transmitir os conhecimentos aos restantes colegas das zonas de origem, no sentido de todos trabalharem sobre as mesmas medidas de prevenção.

Médicos cubanos

Um grupo de 13 médicos cubanos vai trabalhar na prevenção e combate da pandemia no Cuando Cubango. Lucas Mirco Macai disse que, dos 13, nove são especialistas em medicina familiar, um neurocirurgião e igual número para imagiologia, epidemiologia e estatística em saúde.

Cada município da província será contemplado com um médico especializado em medicina familiar e os especialistas em neurocirurgia, imagiologia e epidemiologia irão abrir os serviços no Hospital Geral do Cuando Cubango. Lucas Mirco Macai garantiu que todas as condições estão criadas nos municípios para recepção dos médicos cubanos.

Casos em quarentena

O porta-voz da Comissão Provincial Multisectorial de Prevenção e Combate à Pandemia disse que 128 pessoas cumprem quarentena, dos quais 120 em domiciliar em Menongue, e oito em institucional, sendo seis no município do Rivungo, um no Calai e outro em Menongue, proveniente da Zâmbia e Namíbia.

Lucas Mirco Macai assegurou que a província não registou nenhum caso suspeito da pandemia e que os cidadãos em quarentena domiciliar e institucional não apresentam sintomas compatíveis com a Covid-19.

Fez saber que o Cuando Cubango conta com mais de 20 postos de rastreio nos municípios fronteiriços do Rivungo, com a Zâmbia, Calai, Cuangar e Dirico, com a Namíbia, e em Menongue, com a província do Bié.

8.25 Água gratuita chega aos bairros periféricos

Jornal de Angola
25 Abril de 2020

Texto: Victor Mayala e Fernando Neto

A Administração Municipal do Soyo, no Zaire, em parceria com empresas petrolíferas, começou, ontem, a distribuir água gratuita às populações dos bairros periféricos, no âmbito das medidas de prevenção contra a Covid-19.

A administradora municipal, Lúcia Tomás, disse que a distribuição de água é assegurada por nove motocisterna e beneficia, principalmente, aqueles bairros com dificuldades no acesso ao precioso líquido.

A satisfação da população não se fez esperar, na medida em que, a iniciativa vem aliviar as dificuldades de acesso à água. Água é vida e é importante em época de Covid-19", disseram.

Especialistas cubanos

O director do Gabinete Provincial da Saúde informou que cinco, dos seis especialistas cubanos em medicina interna, já se encontram na cidade de Mbanza Kongo, onde vão reforçar o corpo clínico dos hospitais municipais.

João Miguel Paulo disse que os especialistas cubanos, que nesta altura cumprem sete dias de quarentena, por terem vindo de um país onde já há circulação comunitária da doença, começam a trabalhar na próxima terça-feira.

“O sexto médico continua a cumprir as medidas de rastreio em Luanda”, precisou, adiantando que cada município vai receber um médico.

O director do Gabinete Provincial da Saúde referiu que os municípios de Mbanza Kongo, Soyo, Nzeto, Tomboco, Nóqui e Cuimba já têm preparadas as condições de alojamento e logística para receber os médicos cubanos indicados para reforçar os hospitais locais.

Em relação ao material médico, João Miguel Paulo assegurou que receberam várias quantidades de medicamento e material de biossegurança para a prevenção e combate à Covid-19.

A província do Zaire possui, neste momento, 12 ventiladores, sendo sete no hospital provincial, quatro no Nóqui e dois no Soyo, com vista a atender qualquer eventualidade.

8.26 Água potável chega a 30 mil famílias

Jornal de Angola
27 De Abril de 2020
Texto: Estanislau Costa

Mais de 30 mil famílias residentes em diversos bairros da cidade do Lubango deixaram de percorrer longas distâncias em busca de água potável, fruto do Programa de Distribuição Gratuita, que arrancou há, sensivelmente, três semanas a cargo da Empresa de Água e Saneamento da Huíla.

A responsável da empresa, Domingas Tchicusse, informou ao Jornal de Angola que o aludido programa está a dar prioridade às zonas periféricas que não foram contempladas nos projectos de Instalação de Rede de Distribuição e Contadores Financiados pelo Banco Mundial (BM).

Domingas Tchicusse disse que diariamente são distribuídos 500 mil litros nas zonas da Mitcha, Mapunda, Ferrovia, Tchioco, A Luta Continua, Eywa, Nambanbe, Valódia, entre outras localidades da capital da província.

Segundo a responsável, as famílias que habitam nas comunas da Quilemba, Huíla e Arimba, também estão a ser beneficiadas. Devido ao estado degradado das estradas que dão acesso a estas zonas, a distribuição de água está a ser feita através de motas com tanques de 400 litros.

“Nos bairros que não existem reservatórios, as populações têm de levar recipientes aos centros de abastecimento”, disse Domingos Tchicusse, acrescentado que o programa conta com 21 camiões-cisternas e dezenas de tanques de cinco mil litros e com o apoio de várias empresas privadas.

Na óptica da responsável, as chuvas que estão a cair com regularidade nesta época, favorecem o aumento do caudal dos rios e consequentemente o sucesso do Programa de Abastecimento de Água às Populações. “As estações de captações e tratamentos da Nossa Senhora do Monte e da Tundavala estão em condições de abastecer os camiões cisternas, e não só, por tempo indeterminado”, sublinhou, realçando que “a qualidade da água corresponde aos padrões da Organização Mundial da Saúde (OMS)”.

8.27 Lunda-Norte: Motos-cisterna levam água às populações

Jornal de Angola

30 De Abril de 2020

Texto: Victorino Matias

Um total de 20 moto-cisternas foram distribuídas nos dez municípios da província da Lunda-Norte para facilitar a distribuição de água potável às populações, neste período de Estado de Emergência, devido à pandemia da Covid-19.

Os municípios do Capenda-Camulemba, Cambulo, Caungula e Cuango receberam duas moto-cisternas cada, pelo facto de os sistemas de produção e distribuição de água estarem inoperantes. Já os municípios do Lu-capa, Lóvuá, Xá-Muteba, Lubalo e Cuilo beneficiaram de uma moto-cisterna cada. Chitato, por ser a sede da província, poderá receber mais meios, devido à densidade populacional.

Coordenador da Comissão Provincial Multisectorial de Resposta à Pandemia, Ernesto Muangala, que fez a entrega das chaves aos administradores municipais, assegurou que as moto-cisternas vão distribuir água exclusivamente à população, principalmente a que vive em zonas sem acesso à rede pública.

Ernesto Muangala, que é igualmente governador da Lunda-Norte, recomendou a conservação e manutenção dos meios, através de uma utilização racional e evitar o uso para fins pessoais.

“Esses meios foram adquiridos para a distribuição gratuita de água potável às populações que carecem desses serviços. Recomendamos boa utilização e evitar o uso para fins pessoais”, disse.

A assistência técnica, frisou, será da responsabilidade das administrações municipais, mediante as rubricas financeiras que lhes são cabimentadas anualmente nos respectivos orçamentos.

A água potável, lembrou Ernesto Muangala, é crucial para o reforço das medidas de prevenção contra a Covid-19. Por isso, acrescentou, as autoridades municipais devem certificar que a água é distribuída aos destinatários para os quais o Estado adquiriu as moto-cisternas.

O administrador municipal do Cuango, Guilherme Cango, enalteceu o gesto da Comissão Multisectorial de Resposta à Pandemia da Covid-19, visto que a região está privada do abastecimento de água potável devido à inundaçãõ registada na estação de captaçãõ.

“O transbordo do rio Cuango inundou a captaçãõ e por consequência disso, está a impedir a distribuiçãõ de água às populações da sede municipal”, explicou.

Já o administrador municipal do Xá-Muteba, Agostinho Paiva Mutchineno, disse que todos os esforços vão ser envidados no sentido de levar a água “onde não há”.

8.28 Empresa vai transformar resíduos em matéria-prima

Jornal de Angola

10 De Abril de 2020

Uma estação de recolha de resíduos e da respectiva transformação em matéria-prima diversa está a ser implementada na Zona Económica Especial, pela empresa BTC-ECO, em parceria com o extinto Ministério do Ambiente (MINAMB), por via da Agência Nacional de Resíduos (ANR), devendo entrar em funcionamento, ainda este ano, se não houver constrangimento de natureza alguma.

A informação foi avançada ao Jornal de Angola por Sérgio Hirose, administrador da empresa que vai produzir madeira biosintética e outro tipo de material, principalmente para a construção civil, a partir de resíduos urbanos gerados nas grandes cidades, mormente Luanda. Para o responsável da empresa, Luanda e o país, de um modo geral, não exploram o lixo, que se torna fonte de doenças.

“Os resíduos, comumente designados por lixo, constituem um sério problema para os Governos de todo o Mundo, ao ponto de a maior parte gastar mais dinheiro com o lixo do que com a Saúde e com a Educação. Só em Luanda, é descartado algo em torno de 140 toneladas de lixo por dia. Isso não se resolve só com aterros sanitários ou reciclagem. É preciso transformar e é isso que vamos fazer”, explicou.

Para Sérgio Hirose, “ao transformar lixo em matéria-prima diversa, a BTC-ECO estará a contribuir para minorar os problemas de saúde, muitos dos quais decorrentes do deficiente saneamento do meio, onde impera o lixo, ao mesmo tempo que estará a contribuir para a resolução de outro problema sério, que é a habitaçãõ”.

Sérgio Hirose, que também lidera o projecto do primeiro banco digital em Angola (DU Bank), explicou que a transformação também resultará num grande contributo para o agronegócio, dos pilares da diversificaçãõ da economia de Angola, proposta pelo Governo para diminuir a importaçãõ de alimentos.

“Com adubo bio-orgânico, portanto, natural, teremos comida mais saudável, sem químicos que, em regra, são nocivos à saúde humana e não só”, elucidou.

Aprovado no princípio deste ano, pelo MINAMB e licenciado pela ANR, o empreendimento prevê a produção de matéria-prima diversificada, em obediência ao conceito estratégico e ambientalmente sustentável de Economia Circular. Ou seja, a obra assenta na redução, reutilização e recuperação de materiais e energia, inspirada nos mecanismos dos ecossistemas naturais. Com esse método, substituiu-se o conceito tradicional de fim-de-vida da economia linear, por novos fluxos circulares de reutilização, restauração e renovação, num processo integrado.

A BTC-ECO terá uma capacidade instalada de processamento de 100 toneladas de resíduos por dia, resultando daí a criação de mil empregos indirectos, além dos 50 directos, todos angolanos, que trabalharão na fábrica. Este é um tipo de empreendimento que já existe nos EUA, Argentina e Alemanha, com assinalável sucesso na defesa do Ambiente. “Depois de passar a pandemia da Covid-19, o Mundo terá de reinventar-se. E nós queremos ser pioneiros na materialização da quarta revolução industrial em Angola”, disse Sérgio Hirose, que iniciou o processo de instalação da fábrica há um ano, exactamente em Abril de 2019, com a componente administrativa junto do ex-MINAMB.

Casas e bairros

O responsável sublinhou que, mais do que a componente financeira, o que o faz correr atrás do projecto é a componente humanitária, uma vez que, além de contribuir para evitar doenças, com a transformação do lixo, terá condição de, com as matérias-primas produzidas a partir de resíduos urbanos, construir casas e até bairros auto-sustentáveis.

8.29 ELISAL preparada para o combate à pandemia

Jornal de Angola

16 De Abril, 2020

Texto: Alberto Quiluta

A Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL) trabalha para melhorar o sistema de recolha de resíduos sólidos na via pública e está preparada para o combate à pandemia do Covid-19, garantiu, ao Jornal de Angola, o administrador para a área de Engenharia, Máquinas e Operações.

Domingos da Rosa informou, o Jornal de Angola, que, desde o Estado de Emergência decretado, no mês de Março, a Elisal direccionou as baterias na prevenção e combate à pandemia do Covid-19.

Para fazer face à situação, a empresa conta com 25 tipos de equipamentos, sendo 17 para a área de recolha dirigida de resíduos sólidos, seis de saneamento básico e dois para a recolha de superfícies em hospitais e no Centro Integrado de Segurança Pública.

De acordo com o responsável, a Elisal conta com mais de 600 funcionários, subdivididos em diversas áreas, com destaque para a de transportes, manutenção, saneamento, administrativa e de recolha de resíduos sólidos, que conta com o maior número do pessoal.

Por razões várias, disse, a empresa teve de diminuir o pessoal da área administrativa, que passou a ser assegurada por outros para garantir o normal funcionamento.

Quanto ao equipamento de biossegurança, admitiu ser “um problema geral sério no país, uma vez que muitos comerciantes vendem o produto, mas a um preço especulativo, o que torna onerosa ou difícil a aquisição”.

O administrador da área de Engenharia Máquinas e Operações considerou enormes os problemas da empresa, apontando o não cumprimento do horário de deposição do lixo, colocação dos resíduos fora dos contentores e nos separadores das vias. Acrescentou que há ainda os transtornos resultantes da venda desordenada que implica o amontoado de resíduos ao longo dos passeios. Entre outros problemas, apontou, também, a falta de material para as revisões correctivas e preventivas, uma vez que as lojas estão todas fechadas. Lembrou que a empresa não está a trabalhar apenas no município do Cazenga, pois actua em centros de quarentena da província de Luanda.

Domingos da Rosa disse que no quadro da prevenção do Covid-19, a Elisal presenteou à Direcção Municipal da Saúde do Cazenga com 15 pulverizadores para o combate ao coronavírus.

A Elisal foi constituída a 29 de Junho de 1991, com o objectivo de cobrir um vazio resultante da ausência, de uma entidade empresarial adequada para a realização de limpeza e manutenção da rede de saneamento de Luanda.

8.30 Roteiro de uma “catadora” de lixo

Jornal de Angola

16 De Abril de 2020

Texto: Cristina da Silva

Com a ajuda de uma bengala, Joana Panzo agacha-se, várias vezes, para alcançar um e mais recipientes de plástico jogados no asfalto da rua Amílcar Cabral, na Baixa de Luanda. Com o olhar assustado, olha fixamente para quem passa ao seu redor e, metro a metro, dá continuidade à acção.

Na outra mão, um saco de 50 quilos condiciona as vasilhas recolhidas, que, posteriormente, serão comercializadas no bairro da Boavista, Distrito Urbano da Ingombota.

A força imposta na bengala, faz crer que a mulher seja deficiente, aspecto que, aos poucos, ganha o formato normal, matando a nossa curiosidade.

O país está em Estado de Emergência, por conta da Covid-19, que registou até ao momento 19 casos positivos, dos quais cinco recuperados e duas mortes.

Aos cidadãos, estão impostos limites na circulação, confinamento e distanciamento social. Polícias e militares, assim como transeuntes, observam o exercício da senhora que só pára depois de interpelada pela equipa de reportagem do Jornal de Angola. “São bidões, filha”, disse a mulher que prosseguiu: “é para vender às senhoras que comercializam óleo alimentar, kissangua, petróleo e outras coisas”, justificou.

A conversa, que parecia fácil e animada, termina quando se apercebe que lhe estavam a tirar fotografias. “Não quero foto”, disse a senhora. Trémula e assustada, Joana Panzo começou a murmurar em kimbundo, enquanto se afastava dos curiosos que se juntavam aos repórteres. “Eme gandala ni maka. Nga banguiami kima”, disse dona Joana. Traduzidas para o português, as palavras significam: “Não quero problema. Não fiz nada”.

Outra curiosa, zungueira, junta-se a nós e aconselha--a a estar à vontade, o que serviu de alento para a nossa interlocutora. “Mamã, pode falar. São jornalistas do Jornal de Angola”, sorriu a zungueira.

Paciente de cancro

Dona Joana já ouviu falar do coronavírus, que causa a doença Covid-19, e nos métodos de prevenção da mesma. Apesar do risco que corre, mexendo, constantemente, na lixeira, garantiu que toma cuidado

e lava as suas mãos com água e sabão. “Ku sukula oh mako ni sabão”, traduzido do kimbundu para o português, “lavo as mãos com água e sabão”.

Quarta-feira, 07 de Abril, Dia Mundial da Saúde. Uma data que belisca a realidade de Joana Panzo, que padece de um cancro do colo do útero. Naquela tarde, de pouco sol, Joana Panzo saía de uma consulta de rotina no Centro Nacional de Oncologia, localizado na Maianga.

O trajecto, conta, é angustiante, porque muitas vezes o faz à pé. Os chinelos gastos testemunham o sacrifício de dona Joana, que disse não ter outra alternativa.

A baixa de Luanda é o roteiro de Joana Luís Panzo, moradora da Boavista. Antes de tornar-se catadora de recipientes de plástico foi vendedora no antigo mercado do Roque Santeiro. Dois anos depois do encerramento do mercado, começou a apresentar problemas de saúde, com sangramento vaginal e fortes dores no baixo ventre.

Na altura, com a ajuda da filha, já falecida, deslocou-se à sua terra natal, Cuanza-Norte, para ver resolvida a situação. “Era muita dor. Os médicos me observaram e me mandaram regressar a Luanda”, conta, meio abatida. Em Luanda, foi aconselhada a procurar ajuda no Centro Nacional de Oncologia, onde lhe foi diagnosticado um cancro no colo do útero.

Na época, era viúva e mãe de quatro filhos. Neste momento conta apenas com um filho, com quem vive, e que a ajuda em todas as suas necessidades. “Os outros morreram, fiquei só com um filho, que me ajuda”, lamentou.

Grupo de alto risco

Joana Panzo faz parte do grupo de alto risco, susceptível a complicações se contrair o novo coronavírus.

Em caso de contaminação comunitária, a manipulação de recipientes contaminados é uma porta aberta para o contágio. Segundo o infectologista Pelinganga Baião, o facto de dona Joana estar a fazer medicação hemoterápica, coloca-a numa condição preocupante por ter a imunidade baixa. “Apesar de ser a luta pela sobrevivência, nesta fase de quarentena, deve obedecer as restrições impostas pelo Decreto Presidencial e se manter em casa”, disse o especialista. O médico aconselha dona Joana a recorrer ao apoio institucional para se manter em casa, enquanto durar o período de quarentena. “Infelizmente, esses objectos são veículos de

transmissão de muitas doenças, obrigando-a a redobrar os cuidados”, concluiu.

8.31 Valas de drenagem continuam a ser um problema na capital

Jornal de Angola

16 De Abril, 2020

Texto: Nilza Massango

Em Luanda continua o drama das valas de drenagem, entupidas de lixo. Falta limpeza. Quase no fim das chuvas, o quadro actual é praticamente o mesmo dos anos anteriores.

Há de facto muito lixo que impede o curso normal das águas que resulta em enchentes e inundações de casas, ruas e outras infra-estruturas. A falta de limpeza regular é visível. A vala que passa pela Ngola Kiluange, no Sambizanga, tem um ponto que corre logo à entrada da rua, tem tirado o sono dos moradores que vivem ao longo da mesma.

Por causa das inundações, em tempo de chuva, os moradores levantam muros na entrada das casas. A vala está suja e tem todo o tipo de resíduos sólidos, deitado pelos próprios moradores. Francisco Alfredo, que mora próximo da vala, pensa em elevar o muro de entrada da sua casa, disse que com a altura que tem, quase um metro de altura, a água já tende a entrar. Vive na rua Ngola Kiluange desde 2003, e não se lembra da última vez que foi feita limpeza naquele ponto. O morador acredita que a vala fica inundada por causa das obras que deram lugar a nova ponte, sem que a antiga fosse desactivada, o que impossibilita o curso normal da água, principalmente quando vem com lixo.

A vala que passa pela Cidadela Desportiva, Macambira e vai até, pelo menos, ao Cassequel, parece mais um matagal, muito capim cresce no interior da mesma. Mais algum tempo e transforma-se numa verdadeira mata fechada. No ponto do Cassequel, alguns moradores alegam que a última limpeza foi há quase dois anos. Existem muitos amontoados de lixo dentro, fora e ao longo da vala.

A vala de drenagem, junto da 10ª Esquadra do Cazenga, apesar do lixo, nunca deu transtorno aos moradores da redondeza. Tem lixo, mas segundo Domingas Famosa nunca transbordou, porque a vala tem uma elevação muito acentuada. “A água chega a um certo nível, mas nunca passa daquele limite”, referiu. Das valas que constatamos, a da praia da Mabunda é a que está minimamente limpa. Mas ainda assim, nota-se que os moradores insistem em depositar lixo nela. Alguns moradores disseram a

nossa reportagem que a limpeza tem sido de alguma forma constante e que este ano foram feitas duas. Dificilmente há inundações. Mas contaram que no ano passado, uma grande carga de água da chuva encheu a vala e transbordou pelas ruas e casas, por causa do lixo acumulado.

Limpeza de Valas a cargo da UTGSL/GPL

Em entrevista ao nosso Jornal, sobre a limpeza das valas de drenagem a nível do município de Luanda, Edson Cruz, da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, referiu que a limpeza a nível do município é regular e que não existe qualquer projecto ou plano de limpeza e manutenção das valas, porque se trata de uma actividade da responsabilidade da Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda do Governo Provincial de Luanda (UTGSL/GPL). “Não obstante, com os poucos meios de que dispomos, e quando possível, com a ajuda de alguns parceiros privados, temos realizado acções pontuais neste sentido, sempre que a situação o exige. A título de exemplo, estamos a programar uma intervenção para esta semana na vala 3 da Samba, com o apoio de uma empresa privada”, avançou.

Sobre a actual situação das valas de drenagem, Edson Cruz respondeu que não é diferente do que tem sido o habitual. “Estão, significativamente sujas”, apontou.

Garantias difíceis de cumprir

Em Janeiro deste ano, depois de constatar os estragos provocados por uma forte chuva que durou quase 12 horas, causando inundações a residências e outras infra-estruturas, por toda a província de Luanda, o governador Sérgio Luther Rescova, garantiu a intensificação da limpeza nas valas de drenagem e canais de águas pluviais, para reduzir os constrangimentos causados pelas chuvas. Na altura, Sérgio Luther Rescova reconheceu a necessidade de reforçar as acções de manutenção das valas de drenagem, particularmente para desobstruir as áreas onde surgiram construções anárquicas.

Segundo dados da Comissão Provincial de Protecção Civil, aquela chuva chegou a causar a morte de uma criança no Zango, 250 famílias ficaram desalojadas, 208 casas inundadas e os municípios mais afectados foram o Cazenga, Viana e Talatona

8.32 Administrador promete combate cerrado ao lixo

Jornal de Angola
21 De Abril de 2020
Texto: João Upale

A melhoria do saneamento básico à volta dos mercados informais, do abastecimento de água potável, principalmente na periferia da cidade, e o reforço de iluminação pública constam entre as prioridades do novo administrador municipal de Moçâmedes, capital da província do Namibe.

Carlos de Sá, que intervinha na cerimónia do seu empossamento, prometeu trabalhar com as autoridades sanitárias, sobretudo na melhoria das questões ligadas à saúde primária.

O actual administrador municipal de Moçâmedes disse que espera contar com a força e o contributo dos munícipes, das associações empresariais, instituições religiosas e de todos para levar o “barco a bom porto”.

Outro desafio do novo administrador de Moçâmedes tem a ver com a construção da nova Baía do Namibe, cuja requalificação vinha acompanhando, como director provincial das Obras Públicas. O governador provincial do Namibe, Archer Mangueira, encorajou o novo administrador a prosseguir com as acções que visam a melhoria das condições de vida dos munícipes e agradeceu ao administrador cessante, João Ernesto dos Santos, pelos serviços prestados ao país, durante cerca de 40 anos, tendo-se dedicado, desde muito cedo, à gestão pública.

João Ernesto dos Santos ocupou várias funções na administração pública, exercendo os cargos de administrador municipal da Bibala, do Tômbwa e de Moçâmedes, tendo sido ainda director provincial dos Transportes. Deixa agora, a seu pedido, a função pública, para se reformar.

8.33 Luanda: “Todas as obras de saneamento construídas em Luanda estão erradas”

Jornal de Angola
30 De Abril de 2020
Texto: António Pimenta

As últimas chuvas, que caíram sobre a capital do país, confirmaram as grandes debilidades que Luanda apresenta no domínio do saneamento básico,

tornando-a numa cidade bastante vulnerável às calamidades naturais.

Numa entrevista concedida recentemente ao Luanda, Jornal Metropolitano, o engenheiro hidráulico, Francisco Lopes dos Santos, alertou que, em caso de se registar uma calamidade natural idêntica a que ocorreu em Moçambique, em 2019, parte de Luanda podia desaparecer do mapa.

Passados que estão mais de seis meses, desde que o referido título da Edições Novembro trouxe a público a referida entrevista, não há qualquer registo oficial de alguma reacção feita pelas entidades competentes. O Jornal de Angola apurou da mesma fonte, que apesar disso não faltaram críticas contra si. “Disseram que exagerei nas minhas declarações. E do outro lado da barricada chegou-se a alimentar o estigma da perseguição”, revela.

Como consequência das últimas enxurradas, o registo é de 11 mortos, 13 desaparecidos, 1.945 casas inundadas, ruas intransitáveis, entre outras situações calamitosas. As chuvas provaram mais uma vez o que já sabíamos. Luanda não tem condições para suportar as enxurradas.

Francisco dos Santos, um dos poucos engenheiros hidráulicos e saneamento que há no país, considera péssimo o sistema de saneamento básico construído em Angola, como consequência do crescimento desordenado da sua população e desestruturização dos espaços habitacionais. O especialista sustenta que a província de Luanda cresceu sem o mínimo de planificação ou organização do seu território, com uma visão futurista.

Os musseques cresceram e sufocaram o casco urbano. Segundo o especialista, tanto nas zonas urbanas como nas periferias e nas zonas rurais, já não existe um ambiente propício a uma convivência saudável. Francisco dos Santos acrescenta que, por força destas situações, alguns bairros do centro da cidade, como Combatentes, Prenda, Kinanga, B. Operário, Hoji-ya-Henda e tantos outros, estão hoje transformados num amontoado de casebres, deitando por terra o estatuto de “espaços privilegiados” que gozavam no tempo da outra senhora.

Mais grave do que isso, explica, a ocupação dos espaços não foi acompanhado da construção de infra-estruturas básicas de saneamento, distribuição de água, drenagem e esgotamento sanitário, e outras que garantem maior qualidade de vida aos cidadãos.

De acordo com o engenheiro hidráulico, em alguns casos, as mesmas tornaram-se inoperantes, deixando evidenciar a inexistência de uma visão pouco holística

em relação ao futuro. As coisas vão de tal forma muito mal que, na opinião de Francisco dos Santos, mesmo nas novas centralidades construídas em Luanda, torna-se difícil afirmar se hoje existe ou não a qualidade de vida que se impõe. “É impossível afirmar que existe qualidade de vida em zonas onde os problemas de fornecimento de água, de mau cheiro no casco urbano e dificuldades na recolha de resíduos sólidos são uma constante, como de resto acontece em quase toda a cidade”, sublinha.

De acordo com Francisco dos Santos, o surgimento da Covid-19, tornou mais evidente as debilidades que existem em relação ao funcionamento das infra-estruturas e organização dos espaços, um quadro que o governo tem estado a tentar inverter, sem grande êxito, devido as péssimas condições em que essas estruturas se apresentam.

Para contenção da expansão da Covid-19 é necessário água potável para higiene individual e colectiva, distanciamento social, dentre outras acções. “Porém, as condições de vida que têm as comunidades urbanas, as zonas suburbanas ou mesmo rurais dão azo a proliferação desse tipo de doenças e outras epidemiológicas, como a tuberculose, malária, cólera, febre tifóide, dengue, poliomielite, e outras que o governo não está a dar a devida atenção”, disse.

Francisco dos Santos é de opinião que, o país teria muito a ganhar se apostasse mais no saneamento como uma vertente importante e indispensável para a saúde preventiva. A cólera e o paludismo, refere, são doenças que se podem tratar fora dos hospitais e evitadas se conseguirmos eliminar a contaminação hídrica, melhorar a recolha e o acondicionamento dos resíduos sólidos, em tempo útil e oportuno.

Segundo o especialista, uma das grandes alternativas para a resolução dos problemas do saneamento, em Luanda, seria a requalificação de todo o sistema de drenagem, passando pela substituição completa das tubagens e das valas que existem na cidade, e a consequente construção de bacias de retenção nas novas e antigas zonas urbanas. Mas o engenheiro civil António Venâncio tem outra explicação sobre as debilidades dos sistemas de saneamento na capital. Segundo defende que “estão erradas todas as engenharias que se fizeram em Luanda, para a construção de sistemas de distribuição de água, saneamento básico e construção de estradas”.

“As estradas foram construídas por estrangeiros e aceites pelos governantes angolanos, que as mandaram executar sem a prévia consulta dos engenheiros nacionais abalizados na matéria”, frisou.

Saneamento básico

O saneamento básico envolve uma vasta área de serviços, como a recolha, tratamento e abastecimento de água potável, tratamento de esgotos, sistemas de drenagem, recolha e tratamento do lixo que, apesar das delimitações que os separam em termos de prestação, se interligam na hora da execução.

E é na separação de serviços que, na opinião de Francisco dos Santos, parece residir o grande o problema. “Cada um faz as coisas a sua maneira e sem consultar os sectores importantes que, em circunstâncias normais, teriam necessidade de interagir em relação ao trabalho que vão ou estão a realizar”, disse. Francisco dos Santos esclarece que, tudo isso decorre da inexistência de uma instituição pública capaz de atender todas essas questões. “Quando são executados os projectos de saneamento, não há qualquer interligação entre as demais áreas de intervenção, como era suposto haver. Como consequência disso, o construtor, que estiver a edificar uma estrada, nunca vai levar em atenção as infra-estruturas que já existem à sua volta, se no local em que estiver a construir tem água ou não”, disse.

Relançamento do IGCA

Francisco dos Santos apela às instituições de direito no sentido de solicitarem sempre que for necessário, os serviços do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola, que na sua opinião, podem evitar a contínua sistematização deste tipo de erros. Esclarece que é o IGCA que tem a responsabilidade de acompanhar e coordenar o surgimento de todas as infra-estruturas, entre outros serviços que forem edificadas na plataforma da cidade de Luanda e de todo o país, do ponto de vista de informação geográfica.

Ainda no âmbito das políticas para a resolução dos problemas do saneamento básico, em Luanda, o engenheiro hidráulico Francisco dos Santos defendeu a necessidade da criação de um Ministério do Saneamento Básico e Infra-estruturas.

Sistemas de drenagem

Os sistemas de drenagem servem para despistar as águas para as diferentes bacias hidrográficas. Em termos de localização, Luanda é a que se pode considerar uma zona geograficamente privilegiada, o que lhe permite evacuar, sem grande esforço, todas as águas que se produzem na plataforma da cidade.

“O grande problema que se assiste é que na requalificação urbana que se fez da cidade, desvirtuamos completamente o seu relevo. Aumentamos as quotas das estradas e fechamos as linhas de água”, adiantou Francisco dos Santos, acrescentando que a ocupação anárquica dos espaços

não foi acompanhada da “construção de outras infra-estruturas”. No caso concreto da construção de bacias de retenção, o engenheiro Francisco dos Santos afirmou que tudo foi feito sem obedecer a critérios técnicos pré-estabelecidos, e nem sequer deu-se a devida atenção a realização de estudos de impacto ambiental, devidamente elaborados e acompanhados, que estão na origem dos grandes transtornos que causam à população, quando chove.

Contrariando a resolução das Nações Unidas (UN) que exigem dos Estados membros a universalização dos serviços básicos e desenvolvimento de políticas de continuidade, para se evitar a contínua degradação do ambiente e a consequente melhoria dos índices de desenvolvimento humano. “O país continua ainda muito aquém das metas preconizadas”, afirma. Os sistemas de drenagem continuam a transportar, tanto as águas pluviais como as residuais fecais, e em alguns casos, resíduos industriais, naquilo que é denominado o sistema unitário de tratamento de resíduos, causando os problemas ambientais que, no caso concreto de Luanda, podem ser visíveis a olho nu.

Francisco dos Santos lembra que, as Nações Unidas exigem que em defesa da protecção ambiental e do desenvolvimento humano, as cidades tenham um ciclo completo do saneamento, com infra-estruturas funcionais, construídas dentro dos parâmetros técnicos exigidos por lei.

No nosso caso concreto, explica, as debilidades dos projectos no sector do saneamento básico residem no seu dimensionamento precário, sem ter em atenção alguns critérios técnicos importantes, como a taxa de crescimento do objecto a servir, as bacias de contribuição, interligação de vasos comunicantes, acondicionamento seguro dos rejeitados e sistematização do universo de cobertura.

“Essas falhas terão originado o surgimento de ravinas e inundações dos espaços urbanos ou residenciais, odores e contaminações dos solos e dos recursos hídricos”, afirma o engenheiro Francisco dos Santos, para quem as obras de construção de estradas e a ocupação anárquica de espaços para edificação de urbanizações são, na maior parte dos casos, os causadores de alagamentos, inundações e ravinas, como consequência das alterações arbitrárias das quotas de terrenos, onde as obras são realizadas.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

10. AMBIENTE

10.1 Cuanza-Norte: Fortes chuva fazem dois mortos e deixa mil pessoas ao relento

Jornal de Angola

4 De Abril, 2020

Texto: Marcelo Manuel

Duas pessoas morreram devido a uma descarga eléctrica e outras mil estão ao relento, em consequência de fortes chuvas que caíram, na sexta-feira, em cinco municípios da província do Cuanza-Norte.

Além das vítimas mortais, 119 residências ficaram destruídas. A chuva começou por volta das cinco horas de sexta-feira e afectou os municípios de Ambaca, Cazengo, Golungo-Alto, Lucala e Samba-Cajú. Na localidade de Mulaza, município de Ambaca, uma jovem de 28 anos e sua filha perderam a vida devido a uma descarga eléctrica, quando se deslocavam para o campo em busca de carvão vegetal.

O Cazengo é o município mais afectado, com mais de 500 pessoas desalojadas e 284 casas inundadas. Os bairros mais atingidos são os da Ilha, Onze de Novembro, 28 de Agosto e São Felipe. Algumas casas junto ao rio Muembeje, nos bairros Sambizanga e Posse, foram afectadas devido à subida dos níveis de água. No Lucala, há registos de duas casas destruídas e 20 pessoas ao relento.

De acordo com o comandante provincial dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Zacarias Quinanga, o número de sinistrados pode aumentar nos próximos dias, devido ao levantamento que está a ser realizado a nível das diversas comunidades afectadas.

Zona de São Felipe

O caos urbano vivido na capital do Cuanza-Norte, aliado às construções em zonas de risco, como margens dos rios, linhas de água, encostas das montanhas, linhas de alta tensão e ferroviária, levou o governo da província a direccionar estratégia para reverter a situação, através da criação do Projecto

urbanístico de São Felipe, zona Sudeste de Ndalatando.

Segundo o governador, Adriano Mendes de Carvalho, o projecto estratégico visa responder satisfatoriamente à procura pela habitação e espaços condignos, onde se possa desenvolver actividades que concorram para a melhoria da qualidade de vida da população.

Adriano Mendes de Carvalho disse que o mesmo será implementado numa área de 704 hectares, dos quais 120 estão destinados para a habitação, dando origem a 3.676 lotes que poderão albergar 18.380 pessoas.

Informou que vários meios para o arranque do projecto já estão em Ndalatando, mas que, infelizmente, a zona seleccionada, para o efeito, tem um suposto dono que faz “braço de ferro”, negando a cedência do referido terreno.

10.2 Danos causados pela chuva narrados na primeira pessoa

Jornal de Angola

6 De Abril de 2020

Texto: Isidoro Natalício

Adilson Manuel João, 26 anos, que antes vivia no bairro da Camundai, em Ndalatando, Cuanza-Norte, com a esposa e cinco filhos, foi obrigado a “refugiar-se” no bairro Vieta, devido à destruição da sua casa, na sequência da chuva que se abateu sobre a região, na passada sexta-feira.

No local onde estava erguida a casa são visíveis bens destruídos, como televisores, colchões, roupas, fogão e mesa, enquanto outros objectos estão soterrados. Era uma casa de adobe, sem reboque e revestimento em cimento armado do caboco, que a tornava vulnerável à água, sobretudo quando em elevadas quantidades.

Desabrigadas pela chuva estão também as famílias de Miguel Caluge, 29 anos, e de Domingos Jamba, 66. Miguel perdeu quase tudo e Domingos diz que o que mais o preocupa é a falta de comida para alimentar a família. “Tinha feito alguma reserva, por causa da Covid-19, mas tudo foi com a água da chuva, estou sem nada”.

Na casa do sexagenário Domingos Jamba, de chapas de zinco, a água atingiu cerca de 40 centímetros de altura. Passou o sábado sem comida e na manhã de domingo comeu pão simples, oferecido por alguém caridoso.

Adilson, Jamba e Miguel reconhecem que construíram em zona de risco, desaconselhada há largos anos pelas autoridades. Adilson perde a casa pela terceira vez. A primeira foi em 2010 e a segunda no ano antepassado, todas elas na mesma circunscção, nas imediações da famosa loja Vieta.

“É a falta de outro terreno que me obriga a ficar aqui, ajudem-se com outro espaço, senão sou obrigado a continuar aqui”, disse.

Segundo moradores da zona da loja da Vieta, as águas da chuva começaram a destruir desde que entupiu um dos esgotos situados no troço da Estrada Nacional 230 que atravessa o bairro Camundai e se ergueram instalações de fabrico de materiais de construção nas imediações.

Nos últimos dez anos, em cada época chuva, registam-se quase sempre fortes quedas plviométricas, acompanhadas de ventos, com a duração de cerca de três horas, que têm causado vários prejuízos.

A chuva de sexta-feira foi sem fortes ventos e durou mais de sete horas.

Municípios disseram à nossa reportagem que quando a chuva demora mais de duas horas três riachos (Muembege, Catende e Camungo) tendem a quintuplicar o caudal e em consequência arrasam casas, sobretudo de adobe, construídas nas margens, em bairros como Pose, Sambizanga, 28 de Agosto, 11 de Novembro, Ilha, São Filipe e Camundai.

Números da tragédia

As fortes chuvas que se abateram sobre alguns municípios do Cuanza-Norte na passada sexta-feira, além de duas mortes, desalojaram mais de mil famílias, com maior incidência na cidade de Ndalatando.

No município do Cazengo ficaram inundadas 284 residências e 119 foram destruídas em Ambaca, Cazengo, Golungo-Alto, Lucala e Samba-Caju.

Na óptica do comandante provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Zacarias Quinanga, o número de sinistrados pode aumentar nos próximos dias, estando em curso o levantamento dos danos causados, em diversas comunidades afectadas.

O Governo da Província do Cuanza-Norte, acrescentou, comandante do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, prevê a criação do projecto urbanístico de São Filipe, na zona Sudeste de Ndalatando, para realojar famílias que vivem em áreas de risco.

No dizer do governador Adriano Mendes de Carvalho, o projecto estratégico visa responder satisfatoriamente à procura pela habitação e espaços condignos, onde se possa desenvolver actividades que concorram para a melhoria da qualidade de vida da população.

Adriano Mendes de Carvalho disse que o projecto será implementado numa área de 704 hectares, dos quais 120 destinados à habitação, dando origem a 3.676 lotes, que podem albergar 18.380 pessoas. Informou que vários meios para o arranque do projecto já estão em Ndalatando, mas infelizmente a zona seleccionada tem um suposto dono, que nega-se a cedê-la.

10.3 Chuva: estragos e uma Luanda debaixo de água

Jornal de Angola

18 De Abril de 2020

Texto: Rodrigues Cambala

A forte chuva que caiu ontem sobre Luanda, durante cerca de seis horas, deixou bairros inundados, casas submersas, estradas e ruas alagadas. O rasto de destruição deu-se, mormente, nas zonas construídas por cima das linhas de água e circunvizinhas das valas de drenagem.

Logo às primeiras horas da manhã, ouviu-se o pedido de socorro vindo de populares de quase todos os pontos da província, que viram as suas casas a desabarem em consequência da correnteza das águas, que arrastou consigo os electrodomésticos e mobiliários de pacatos municípios. Os trabalhos paliativos de desassoreamento das valas de drenagem e sarjetas de Luanda deram, mais uma vez, mostras da sua ineficácia, sobretudo quando as chuvas são fortes.

Depois das chuvas, os municípios de Talatona temeram pela queda da “ponte molhada”, recentemente edificada, devido ao grande caudal da água que acabou por inundar inúmeras casas ao redor. Além de causar estragos em vários municípios de Luanda, as chuvas deixaram famílias ao relento no bairro Vila Kiayi, uma situação que já tem sido frequente.

Na Deolinda Rodrigues, junto à Comarca de Viana, o trânsito registou alguma lentidão nas primeiras horas da manhã, em função dos estragos causados pelas precipitações. A rua da Suave, também em Viana, ficou intransitável por causa das inúmeras bolsas de água ao longo do percurso, que tornaram os buracos invisíveis.

Na maioria das vilas dos municípios suburbanos, as viaturas pessoais e os táxis não circularam porque as ruas apresentam-se alagadas. Os moradores dos bairros Vila da Mata, Sambizanga, Cazenga, Cacucaco, entre outros, foram obrigados a colocar pedras e pedaços de blocos ao longo das ruas para poderem sair de casa. Na via expressa, no sentido Benfica-Cacucaco, observa-se água parada em alguns pontos do asfalto, porque as linhas de passagem das águas da chuva foram substituídas por habitações e outras infra-estruturas comerciais. Informações vindas dos bairros do Capalanga, Sapú II, Benfica, Jardim do Éden e Zango dão conta que as chuvas provocaram grandes crateras em determinadas ruas. Elevadas quantidades de lixo e de areia foram arrastadas até às estradas, carecendo agora de um trabalho de limpeza para repor a normal circulação. Há relatos de um morto ainda por confirmar.

10.4 Chuvas causam onze mortes e 1.945 casas inundadas

Jornal de Angola

20 De Abril, 2020

Texto: André da Costa e Mavitidi

Mulaza

Onze mortes, 13 pessoas desaparecidas, das quais três crianças, várias casas inundadas e ruas intransitáveis é o balanço provisório das fortes chuvas que se abateram sobre Luanda na madrugada de sábado.

O director provincial de Comunicação Institucional e Imprensa do Comando Provincial de Luanda do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, subinspector Faustino Minguêns, disse ontem, ao Jornal de Angola, que oito mortes ocorreram no município do Kilamba Kiaxi e três no de Talatona.

Acrescentou que as chuvas provocaram a inundação de 1.945 residências e 73 ficaram parcialmente alagadas. Faustino Mingu ns referiu que as chuvas provocaram ainda o desabamento de sete residências e 28 ficaram parcialmente destruidas.

As chuvas afectaram ainda 2.136 famílias, o que corresponde a 10.680 pessoas, que estão a ser alojadas, provisoriamente, num espaço cedido pela Administra o do Talatona . São no Talatona, acrescentou, as chuvas afectaram 2.530 pessoas e 1.225 no m nic pio do Kilamba Kiaxi, onde um dos hospitais ficou inundado e três pontes obstruidas, devido   força da água das chuvas.

O Serviço de Protec o Civil e Bombeiro, disse, está a fazer a suc o das  guas em várias residências, o

desassoreamento de algumas linhas de passagem de águas pluviais, bem como o reperfilamento das bacias de reten o e conten o de  guas. O Serviço de Protec o Civil e Bombeiros procedeu ao resgate de 113 pessoas no m nic pio de Talatona, concretamente no Distrito Urbano da Cidade Universitária, devido ao elevado nível de  gua.

O director provincial de Comunica o Institucional e Imprensa do Comando Provincial do Serviço de Protec o Civil e Bombeiros deu a conhecer que a corpora o está a sensibilizar e a proteger as popula es da via principal do Zango, de modo a evitar afogamentos junto da vala de drenagem a céu aberto, ali existente.

Até ontem, os efectivos do Serviço de Protec o Civil e Bombeiros envidavam esforços para remover duas árvores caídas, sendo uma localizada no Distrito Urbano da Ingombota, na rua Reverendo Agostinho Pedro Neto, e outra no Kwame Nkrumah, Distrito Urbano da Maianga.

O governador de Luanda, Sérgio Luther Rescova, defendeu ontem, em conferência de imprensa, a necessidade de se apoiar as pessoas afectadas pelas chuvas e que se encontram em situa o mais vulnerável.

Sérgio Luther Rescova sublinhou que o Governo Provincial está a reforçar o trabalho preventivo, enquanto se espera pelas principais obras de infra-estruturas relacionadas com a macro drenagem que a província de Luanda precisa. O governador disse ainda que o Serviço de Protec o Civil e Bombeiros começou a prestar apoio às popula es tão logo a chuva começou. Acrescentou que os m nic pios de Kilamba Kiaxi, Talatona e Viana foram os mais afectados pela chuva. De acordo com o Instituto de Meteorologia, há previsão de chuva para a região de Luanda e arredores, nos próximos dias, podendo o céu apresentar-se nublado, alternando com períodos de céu muito nublado, assim como podem ainda ocorrer ventos fortes e trovoadas. 48 famílias desabrigadas na cidade do Lubango

Pelo menos 48 famílias estão desalojadas na cidade do Lubango, província da Huíla, desde sábado, na sequência das fortes chuvas que se abateram sobre a região. Segundo a porta-voz do Serviço de Protec o Civil e Bombeiros, agente-bombeira Luzineidy Camote, as casas inundadas foram edificadas em linhas de água, zonas onde existem len ois freáticos e em ravinas, situa o que deveria ser acautelada por parte dos cidadãos, respeitando as orienta es das autoridades administrativas.

Destacou igualmente a morte, na semana finda, de um cidadão, por descarga eléctrica, no município da Cacula, a 87 quilómetros a norte do Lubango.

O facto ocorreu quando o jovem, de 21 anos, se encontrava sobre o tecto de sua residência, com a intenção de ligar um cabo eléctrico, sem meios de protecção. Foram efectuados ainda três resgates de cadáveres, por afogamento, no município do Lubango, sendo dois na cascata da Huíla e um nas Três Pontes, arredores da urbe.

Situação em Malanje

Vinte e seis famílias do município de Malanje, província com o mesmo nome, ficaram desalojadas em consequência da destruição das suas residências causada pelas fortes chuvas que caíram sobre a região durante a última semana. As chuvas provocaram ainda o desalojamento de 23 famílias do município de Quiuaba Nzoji, província de Malanje. A informação foi prestada, à Angop, pela porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB), Júlia da Conceição, quando fazia o balanço das ocorrências registadas no período de 9 a 15 deste mês. Durante o período em análise, referiu, procedeu-se ainda à remoção de dois cadáveres, vítimas de afogamento, no rio Cuije (município de Malanje), e de um morto, por acidente de viação, na comuna do Lombe (município de Cacusó).

Os bombeiros, durante o período em análise, extinguiram um incêndio de pequena proporção, na localidade de Matete, município de Cacusó, resultante da combustão de uma viatura, motivada por curto-circuito.

10.5 Governo interdita transporte ilegal de madeira

Jornal de Angola
23 De Abril de 2020

Menongue - A administração municipal de Menongue e a Polícia Nacional apreenderam dois caminhões, na comuna do Caiundo, com 17 touros e 37 tranchas de madeira cerrada ilegalmente, que se destinavam a Luanda, capital do país.

Além dos 17 touros e 37 tranchas de madeira constatou-se no local da apreensão e na floresta ao redor, mais de 90 touros de diferentes espécies, com destaque para Mussive e Mukusso, que estavam a ser preparadas para o transporte.

Em declarações hoje à imprensa, o administrador comunal do Caiundo, Manuel Moura Jamba, explicou que, a apreensão efectuada nos dias 20 e 21 de Abril,

baseou-se numa orientação do governo provincial do Cuando Cubango, que proíbe o corte e transporte da madeira na região.

O administrador admitiu a necessidade de um trabalho conjunto e mais aturado, que passa pela destacamento de técnicos ligados ao Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) e ambiente para melhorar os níveis de fiscalização e persuadir o cumprimento dos da lei na exploração dos recursos florestais.

Por seu turno, o chefe de Departamento do IDF, Abel Mambo, informou que a exploração de madeira está proibida e o ano florestal tem limites previamente estabelecidos, tendo início no primeiro dia do mês de Maio e término a 21 de Outubro.

Terminado o período da campanha, explicou, as empresas com licença e que não tenham esgotado o saldo, lhes é atribuído um certificado para a realização da actividade que as permite exclusivamente transportar a madeira cortada e por retirar da área de exploração.

“Mesmo assim, este período venceu a 31 de Março. Toda e qualquer actividade de exploração florestal que se registar depois desta data é ilegal. Torna-se mais ilegal ainda com o despacho do Governador Provincial que veta qualquer exploração e circulação de madeira no território do Cuando Cubango”, explicou.

No seu entender, o facto torna-se mais agravado pelo momento que o país vive, circunscrito no Estado de Emergência e que contempla apenas a circulação de produtos alimentares e de biossegurança.

O porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional no Cuando Cubango, Augusto Tomás, assegurou que a corporação vai continuar a reforçar as medidas de prevenção e combate aos crimes contra o ambiente, versados na exploração ilícita de madeira.

Lembrou que operações idênticas foram desenvolvidas nas localidades de Lupiri e Baixo Longa, município do Cuito Cuanavale, Cueleí e Cuchi, onde, de igual forma, foram accionados mecanismos de prevenção, o que tem frustrado as acções ilícitas de alguns madeireiros que desenvolvem actividade na região.

Explicou que as empresas implicadas na exploração ilegal são Transperfil e D.C. Gestuc, da qual foram detidos três trabalhadores, no âmbito de uma operação desenvolvida pela polícia e o governo local.

Paulo Tomás reiterou que polícia vai continuar a primar pela prevenção e cumprimento da lei, tendo advogado que a proibição não é uma mera vontade de quem determina, porém é exactamente a resposta aos efeitos negativos do impacto que a exploração desordenada pode criar ao cidadão e a sociedade.

O oficial da corporação apelou aos cidadãos no sentido de colaborarem com as autoridades para se evitar acções que prejudicam a sociedade.

10.6 Quando a chuva cai no Distrito do Kima Kieza

Jornal de Angola
23 De Abril de 2020
Texto: José Bule

Estão todos moídos, cansados de tanto trabalhar, um grupo de jovens abandona os baldes no chão. Na manhã de sábado, 18, até ao final da tarde, gastaram toda a energia que tinham. Tentaram evacuar a água do beco, onde vivem, na 7ª Avenida do Cazenga, mas não conseguiram.

Lutaram das 11h00 às 17h00, mas toda força empreendida era pouca para acabar com a água do local. Sem mais forças para continuar, o irmão mais novo de Nelson foi buscar uma motobomba, e a situação ficou minimizada. Naquele beco vivem muitos “canguinhas”, que chegam a lançar pratos de comida (arroz branco sem mais nada encima) a quem lhes vai cobrar 200 Kwanzas de contribuição. “Não foi fácil conseguir o dinheiro para alugar o equipamento”, revela o jovem Libra.

No grupo, havia uma menina que dava grande exemplo de força e coragem. Os rapazes desencorajavam-na. Ela permanecia firme. Levou a mão ao peito, quando ouviu o Nelson exigir à rapaziada que a mandasse de volta à casa, por ser menor de 13 anos.

“Eu tenho o quê? Vocês afinal não sabem nada”, exclama a rapariga, que ficou muito sentida com as palavras de Nelson. Alguns rapazes riram-se. E os “caçadores de saias” ganharam maior interesse pela menina. Observavam-na de cima a baixo. Agora os “ngombiris” desejam-na mais do que nunca.

No beco mais conhecido da 7ª Avenida do Cazenga, moradores e visitantes “mergulham” os pés na água. Ali vivem mais de 500 pessoas. Os primeiros moradores chegaram ao local na década de 1970. São maioritariamente angolanas provenientes de Malanje, Bengo, Uíge e Cuanza-Norte, que enfrentam dificuldades para apetrecharem as residências. A viela

é muito estreita, mas todos os meses acolhe novos inquilinos. A maioria das residências construídas no local possui água potável e energia eléctrica. Quando a chuva cai no bairro 11 de Novembro, no Cazenga, muitas casas inundam. É um pequeno “bairro” dentro de um outro, onde acontece de tudo um pouco: farras, brigas, assaltos à mão armada e óbitos, em que as dificuldades para fazer passar o caixão geram momentos únicos. O Jornal de Angola constatou que, entre a vizinhança há um entendimento excepcional. Vivem todos como uma família.

10.7 Polícia apreende camiões carregados de madeira

Jornal de Angola
27 De Abril de 2020

Dois camiões do Instituto Nacional de Desminagem (INAD), carregados com 95 peças de madeira em prancha, do tipo Mussivi, e outro com 17 toros da espécie Mucussi, foram apreendidos, sábado, por efectivos da Polícia Nacional (PN) destacados na comuna do Caiúndo, município de Menongue, província do Cuando Cubango.

O porta-voz do comando provincial da Polícia Nacional (PN), superintendente-chefe Augusto Tomás, disse que as duas viaturas estavam ao serviço da empresa angolana Transperfil e foram apreendidas ao abrigo do despacho número 21 do gabinete do governador da província, que proíbe o corte e transportação de todo o tipo de madeira no território do Cuando Cubango.

Além do despacho do governador provincial, os infractores violaram igualmente o decreto executivo 278/18 de 7 de Agosto, que suspende o corte de madeira do tipo Mussivi, em todo o território nacional, por um período de dois anos, como forma de proteger as espécies em vias de extinção, bem como o Estado de Emergência que está a vigorar desde o dia 27 de Março, devido à Covid-19.

Salientou que a Polícia Nacional está a trabalhar afinadamente, em coordenação com os efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA) no sentido de desencorajar os exploradores ilegais de madeira, que proliferam nas florestas da província do Cuando Cubango. Augusto Tomás disse que os infractores, mormente os responsáveis da empresa Transperfil Lda, os motoristas e os ajudantes dos camiões, nos próximos dias serão apresentados ao Ministério Público, para serem responsabilizados criminalmente.

Apreensão de madeira

Em Março último, os fiscais ao serviço do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) na província do Cuando Cubango fizeram a apreensão de mais de 500 metros cúbicos de madeira do tipo Mussivi, explorados ilegalmente no município do Cuito Cuanavale.

O director do IDF, Abel Mambo, disse que a madeira apreendida foi localizada no interior de alguns estaleiros, onde os cidadãos chineses instalaram serrações modernas, para a transformação dos toros em prancha, que posteriormente são armazenados a céu aberto para queimar com o sol.

Abel Mambo fez saber que, durante o ano florestal de 2019, seis empresas de cidadãos angolanos e chineses foram julgadas e condenadas a pagar à Repartição Fiscal de Menongue (RFM) avultadas somas em dinheiro, depois de terem sido encontrados a efectuar o corte ilegal de madeira do tipo Mussivi.

Disse que duas outras empresas sem qualquer tipo de documentos que os habilita ao exercício da actividade de exploração florestal foram encontradas a fazer o corte de madeira, estando neste momento o processo a decorrer trâmites legais junto do Tribunal Provincial do Cuando Cubango.

Apesar das penalizações aplicadas, vários cidadãos atraídos pelo lucro fácil continuam a proceder ao corte de madeira do tipo mussivi, em zonas de difícil acesso, segundo denúncias de alguns populares. “Como sabem, o IDF está desprovido de meios, para reforçar a fiscalização.

Os garimpeiros actuam a mando de chineses e abatem indiscriminadamente todos os produtos florestais por eles solicitados”, sublinhou.

Segundo Abel Mambo, o IDF, o Serviço de Investigação Criminal (SIC), Procuradoria-Geral da República (PGR) e os Tribunais, preocupados com a exploração ilegal de madeira, envidam esforços para que os prevaricadores “sintam a mão pesada da justiça”.

Acrescentou que é necessário que a sociedade civil, autoridades tradicionais e a Associação dos Madeiros do Cuando Cubango (AMCC), em particular, denunciem as empresas que fazem o corte ilícito de madeira, para que deixem de instrumentalizar os cidadãos nacionais, muitos dos quais usados como escudos. Abel Mambo lamentou a falta de recursos humanos, meios técnicos e viaturas todo-o-terreno, para que os técnicos do IDF consigam chegar às zonas onde mais se regista a exploração ilegal de madeira.

10.8 Ravina dificulta circulação nas imediações do 11 de Novembro

Jornal de Angola

23 De Abril de 2020

Texto: Adalberto Ceita

A chuva que caiu sábado, 18 de Abril, sobre a província de Luanda, durante seis horas, agravou as condições de circulação automóvel e de peões na zona Norte do Estádio 11 de Novembro, no troço que dá acesso ao bairro Rei Mandume, no Distrito da Cidade Universitária, município de Talatona.

Em Janeiro, a circulação automóvel naquele troço havia sido interdita devido ao surgimento no asfalto de uma ravina, com mais de sete metros de comprimento, três de largura e dois de profundidade. No sábado passado, além do agravamento da circulação automóvel e de peões, à semelhança do que aconteceu em Janeiro, a ravina aumentou e parte do muro de vedação do Estádio 11 de Novembro voltou a desabar, tal como outras duas infra-estruturas erguidas nas imediações do referido campo de futebol.

Com a estrada interdita há três meses, a ravina ameaça atingir os muros de vários empreendimentos e moradias ao longo do troço da rua que desemboca no bairro Rei Mandume. Aflitos com a situação, enquanto a solução definitiva tarda, as prováveis vítimas clamam por ajuda das autoridades. É o caso de Consolação Alfredo, que todos os dias teme pelo pior. Explica que as obras que decorriam para travar a progressão da ravina, foram paralisadas por força da declaração do Estado de Emergência. Já lá se vão duas semanas e os moradores mostram-se apreensivos devido aos estragos que a ravina provoca sempre que a chuva cai com mais intensidade.

Nos últimos dias, Consolação Alfredo reza para não voltar a cair “uma chuvarada” como do dia 18. Directa e segura de si, explicou que o problema agrava-se com as águas pluviais do condomínio Vereda das Flores. “As autoridades municipais têm conhecimento da situação e já vieram constatar o estrago que a ravina está a causar. Agora, resta-nos aguardar pela resolução”, disse.

Revelou, ainda, que a solução reside na construção de uma vala de drenagem para escoar a quantidade de água que atravessa o bairro Rei Mandume em direcção ao 11 de Novembro. Encravado entre o estádio e a Via Expresso, a localidade, dizem os moradores, sempre que chove sofre com a invasão das águas.

“Apesar da necessidade de equipamentos sociais, o que nos preocupa é a água da chuva e agora esta ravina que pode destruir as nossas casas”, disse Adolfo Jeremias, que fixou morada no bairro há sete anos, ao mesmo que aponta em direcção a um buraco com mais de 30 metros de comprimento, que se formou depois da chuva de sábado.

Há dois anos, recordou no intuito de averiguar as queixas dos moradores, o bairro recebeu a visita da anterior administradora do município, acompanhada do então administrador do Distrito Urbano da Cidade Universitária, respectivamente, N’jila de Carvalho e Antunes Huambo. Durante a visita, os moradores contaram histórias de angústia e resumiram a frustração. Contudo, decorrido este tempo, lamentou, pouco ou nada mudou.

Um problema transversal

O director do Estádio 11 de Novembro, Luís Cazengue, considera ser um problema transversal a ravina que interditou a circulação automóvel na zona norte da infra-estrutura desportiva e continua a “engolir” o seu muro de vedação. Em declarações recentes à imprensa, Luís Cazengue referiu tratar-se de uma questão por resolver, que poderá envolver várias instituições, entre as quais a administração local do Estado, o Instituto de Estradas de Angola, Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território, e do estádio. Admitiu que a ravina afecta o 11 de Novembro, o maior palco do futebol angolano, e a estrada terciária que dá acesso ao bairro Rei Mandume. Sendo assim, reiterou, que é um problema no qual vários departamentos ministeriais devem estar engajados para travar a progressão da ravina.

11. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 «Os chineses também fazem obras para os Estados Unidos, Europa, mas elas 'duram'»

Novo Jornal

24 De Abril de 2020

Deixemos o Sul de Luanda e rumemos à baixa da cidade uma zona nobre que de há algum tempo a esta parte viu «nascer vários edifícios gigantes tendo chamado a atenção de muitos defensores da conservação da estrutura urbanística colonial. É também uma voz crítica contra estes arranha-céus na Baixa de Luanda?»

Luanda tem um plano Director Geral (antigo plano Metropolitano de Luanda). O que se recomenda é o cumprimento deste plano. Se não cumprirmos este plano, vamos ter uma cidade ainda mais desordenada. É preciso realçar que Luanda já foi uma das cidades mais bonitas do nosso continente, tendo em conta a sua geografia, a Marginal 1 (Antiga), a Nova, e também a tipologia e a beleza dos edifícios que foram construídos no tempo colonial naquela zona. Quer dizer que todas as construções que estamos a fazer agora deviam estar em harmonia com este conceito colonial, para evitar distúrbios, porque as cidades comunicam. A forma como os edifícios estão arrumados e como os acabamentos exteriores são feitos dá-nos uma mensagem, se estamos perante uma cidade organizada ou não, se há aqui caos; dá-nos uma mensagem sobre o comportamento das pessoas. O recomendável como solução para boa prática seria fazermos um plano Especial de urbanização para a Baixa de Luanda.

O que diferenciaria este Plano Especial do Plano Director?

Primeiro é que este plano devia ser parte integrante do Plano Director, cumprindo todas as directrizes, critérios e recomendações explanados no plano Director. Mas o que este Plano Especial iria trazer de benéfico é um ordenamento mais específico. Olhe, por exemplo, para o bairro do Saneamento, que é ali

na Cidade Alta, e verá a harmonia que há nos edifícios do tempo colonial. Quem é que vai construir ali próximo da casa do Presidente? Existe o Gabinete de Obras Especiais (GOE), que determina os normativos para quem quiser construir naquela zona. Exige-se que tenha de obedecer a um tipo de janela, à altura máxima. Isso é fundamental. Ajuda-a ordenar o processo. Porque se não tivermos em conta isso, há aspectos ambientais que vão ser violados, como, por exemplo, a circulação do ar. Os edifícios precisam de ventilação cruzada. Eu se coloco de frente a dois edifícios pequenos um grande, morre logo a circulação do ar. A insolação deve entrar nos edifícios, para garantir a qualidade de vida, porque o homem precisa do sol. Os móveis, os mobiliários, para não degradarem mais rápido, precisam do sol. Mesmo esses edifícios muito grandes têm uma outra questão do ponto de vista ambiental que é preciso analisar bem que é a utilização de grandes aparelhos de ar condicionado. Estes grandes centros de refrigeração, por um lado, retiram o oxigénio da atmosfera, por outro lado, emitem gases altamente poluidores do nosso ambiente, e gás quente, ainda por cima.

É um cenário ameaçador do meio ambiente que se vê com frequência?

É o que a gente vê. Todos os edifícios grandes, altos sobretudo, funcionam com alto sistema de ventilação.

O problema de infiltração de água é transversal a muitos edifícios em Luanda. As infiltrações são uma ameaça?

Só colocamos esta hipótese quando estiver em risco vidas humanas. Em engenharia, só pensamos em demolição quando o edifício atinge o tempo de vida útil. Se olharmos para a Baixa de Luanda, veremos que existem edifícios com mais de cem anos. Precisamos de fazer uma avaliação, não que vamos já partir, mas precisamos de analisar o estado de tensão e o estado de deformação destes edifícios.

Há muitos em risco de desabamento em função do desgaste?

Já temos alguns edifícios que precisam mesmo de ser demolidos e outros que precisam apenas de uma intervenção.

O que dizer dos viadutos que vão sendo construídos em Luanda?

É uma iniciativa que encorajamos. Um dos grandes problemas que temos em Luanda é a mobilidade. É que se perde muitas horas num trajecto, o que é também prejudicial à saúde. Eu só diria que faltam áreas verdes nessas zonas em que se estão a construir

viadutos. Estamos a privilegiar o betão armado, que é fundamental para garantir estabilidade. Mas o que recomendamos é que, na fase destes projectos, se aloque a arborização.

Mas onde fica a Ordem dos Engenheiros, da qual o senhor faz parte, nesse contributo para um melhor enquadramento destas obras? A Ordem está mais actuante. Nota-se que já não é a mesma. Há uma boa mobilização dos engenheiros. O próprio ministro da Construção tem participado nas actividades. "O caminho faz-se caminhado", como se diz.

A Ordem é tida nas grandes obras?

Isso não te posso dizer com precisão, porque nunca fui chamado. A única coisa que te posso garantir com propriedade é que há muitos cérebros angolanos nas grandes obras. A crise também nos ajudou, porquanto muitos expatriados se foram embora e os angolanos que estavam nas «gavetas» tiveram de sair. Existem muitos jovens angolanos a assumirem obras, a criarem empresas e a demonstrarem que nós também sabemos, que podemos. Estamos aqui para dar o nosso saber em todas as questões de engenharia em Angola, desde a macrodrenagem de Luanda à macrodrenagem e à seca no Cunene. Mesmo nesta questão da Covid-19, temos exemplos práticos, projectos que os engenheiros angolanos elaboraram e estão a ajudar as populações, desde a fabricação de sabão artesanal, de viseiras de protecção e de álcool em gel.

Está em construção; na província do Zaire, a primeira auto-estrada do país. É pela expansão deste tipo de infra-estruturas que serve de suporte para o sistema rodoviário?

A auto-estrada é um dos recursos mais importantes que um país pode ter, porque mexe com o nosso tempo. Quando valorizamos mais o nosso tempo, crescemos do ponto de vista económico, pessoal e mental. Quando gastamos muito tempo nos engarrafamentos, no stress, quando chegamos ao serviço, não há produção. É preciso que invistamos nisso. Há quem viva em Portugal mas trabalhe na Alemanha, em França ou na Espanha. A auto-estrada e o metro de superfície significam progresso.

Já agora, acha que o país tem condições para estrear um projecto com a dimensão do metro de superfície?

O que precisamos no país é começar as coisas. Já deveríamos fazer isso no nosso país há 15 anos. Há condições ópticas. Os corredores estão traçados. Podemos transformar a Via Expressa em auto-estrada. É só converter os cruzamentos em níveis para desnivelados. Se se implementar este projecto,

estou aqui no Kilamba, e em seis minutinhos chego lá ao fim de Cacuo; em três minutos, estou no Benfica. Temos corredores, há projectos elaborados. Tecnicamente há condições. Tecnicamente o que se precisa, às vezes, é topografia, e a cidade de Luanda tem topografia, tem corredores, e aí onde não tiver, a engenharia também traz soluções. Fizemos isso com o caminho-de-ferro, que é o transporte colectivo mais exigente em termos de topografia, e nós saímos do Porto de Luanda, que é uma zona com altitude aproximada a zero, e chegamos a Viana, que é uma zona com nível quase 100.

A energia não seria um factor inibidor na implantação de um projecto com esta envergadura?

Não preocupa. Eu vivo no Kilamba e não tenho problemas de energia. O Governo apostou. É esta aposta que podia fazer na criação de linhas dedicadas ao transporte de energia, com sistema de segurança, especificamente para o metro de superfície. Podíamos perguntar: porque é que não há cortes de energia no Aeroporto 4 de Fevereiro? Não há, tirando o blackout que se registou há alguns anos. Mas é um caso isolado.

Como se explica que, volvidos vários anos, feitas várias intervenções, não se tenha conseguido ainda resolver a questão da drenagem de água na rua Senado da Câmara, no Rangel?

É uma zona com problema e solução conhecidos. O problema é de drenagem das águas pluviais e subterrâneas. O que se deve fazer é chamar-se os engenheiros e o Governo dizer: engenheiros, quero definitivamente este problema resolvido. E nós vamos resolver.

Quando se questiona a qualidade das obras no país, aponta-se, recorrentemente, o dedo para uma alegada cumplicidade dos responsáveis pela fiscalização. Existe esta promiscuidade nos meandros das obras?

Não vou referir-me a falhas, mas a soluções. Temos que trabalhar de forma integrada. As obras constituem uma família. O dono da obra tem responsabilidades, o empreiteiro também as tem, o fiscal tem responsabilidades, assim como, muitas vezes, o financeiro. O nosso país está a avançar para um novo paradigma. Hoje, o Ministério das Finanças está a implementar medidas que ajudam a melhorar a qualidade das obras. Primeiramente, está a exigir os pagamentos iniciais de 15%. Depois, as obras têm que prestar alguma garantia bancária, e esta garantia serve para salvaguardar em caso de algum trabalho vier a ser mal executado ou alguns materiais e equipamentos tiverem erros de fabrico. Estamos nas

obras e senti- mos isso no projecto PIIM. Esse é o caminho.

Há empresas que já estão a ser punidas à luz desse novo rigor?

Não se trata ainda de punir, porque o processo do PIIM é um tanto ou quanto recente. Existe uma lei, de 16 de Junho, que é a Lei dos Contratos Públicos, que determina toda a actuação nas nossas obras. E, hoje, começamos a sentir, da parte do Governo, esta vontade de cumprir com rigor os mecanismos correctos. O Ministério das Finanças está rigoroso. Os pagamentos só podem ser feitos mediante actos de medição visados pela fiscalização. Este é um dos grandes remédios para a melhoria da qualidade das nossas obras.

13.2 Empresas chinesas em Angola com perdas de 500 milhões de dólares

Jornal de Angola

28 De Abril de 2020

Texto: Natacha Roberto

As empresas chinesas que operam em Angola registam, até ao momento, uma queda no volume de negócios a oscilar entre os 350 e 500 milhões de dólares face às restrições das actividades provocadas pela pandemia da Covid-19.

O vice-presidente da Câ-mara de Comércio Angola-China, Francisco Shen, em entrevista ao Jornal de Angola, informou que, em 2019, o volume de negócios atingiu 2,86 mil milhões de dólares e o investimento das empresas 206 milhões de dólares. “O surto repentino da pandemia está a ser insuportável. A situação económica das empresas chinesas em Angola está a piorar. Se a situação não melhorar, essas perdas vão ultrapassar os 500 milhões de dólares”, disse.

Francisco Shen aclarou que o primeiro trimestre deste ano está a ser caracterizado por perdas sucessivas nos negócios em todas as empresas privadas e estatais da China em Angola. Devido ao surto e situação económica, o número de cidadãos e empresários chineses em Angola é inferior a 50.000 dos 200 mil registados até final de 2019.

“Várias empresas chinesas que regressaram à China participaram de forma activa na transformação e modernização do país, nos sectores da construção civil, indústria, agricultura, pesca, mineração, educação, comércio e restauração”, acentuou. A queda vertiginosa do preço do petróleo impulsionou

a paralisação dos projectos de construção de infra-estruturas. Fruto disso, as empresas de construção civil optaram pela retirada do mercado ou transformação das suas actividades.

Segundo o responsável, em 2019, todas as empresas chinesas sobreviveram às dificuldades mesmo com as restrições no acesso às divisas, e nessa altura em que a pandemia prevalece, quase todos os negócios, cooperações e intercâmbios estão suspensos. “Os investimentos estão suspensos em função da situação da desvalorização da moeda nacional e o custo de produção que está cada vez mais elevado”, esclarece. Neste momento, segundo afirma, as empresas querem garantir apenas o pagamento de impostos e as obrigações com os funcionários.

Volume comercial

Francisco Shen indicou que, de Janeiro a Dezembro de 2019, o volume comercial bilateral entre a China e Angola atingiu 25,71 mil milhões de dólares, uma queda de 8,35 por cento em relação ao ano anterior. O quadro de exportações chinesas para Angola, em 2019, calculou-se em 2.056 mil milhões de dólares, tendo registado uma queda de 8,78 por cento em relação ao ano anterior e, as importações atingiram os 23.654 mil milhões, com queda de 8,31 por cento. O valor do contrato das obras públicas realizadas pelas empresas foi de 809 milhões de dólares, uma queda de 63,9 por cento em relação ano anterior.

Nesse sentido, o vice-presidente da Câmara de Comércio Angola-China antevê bons resultados económicos depois de ultrapassada a pandemia com a reestruturação do mercado angolano, onde as empresas devem actuar com novos negócios.

“Não é fácil sair bem dos efeitos negativos dentro de curto prazo. Acho que o Governo angolano deve continuar a incentivar políticas de investimentos para garantir um melhor ambiente de negócios”, disse. Francisco Shen considera positivas as reformas do Estado que visam diversificar e melhorar os índices económicos do país.

“Embora tenhamos dificuldades nos negócios, estamos confiantes que a pandemia é temporária. Com os esforços de todos, venceremos o coronavírus e a situação económica vai melhorar”, afirma.

Cooperação abrangente

China e Angola, na visão de Francisco Shen, podem transformar as vantagens tradicionais dos dois países como força motriz da cooperação em que todos saem a ganhar. O país asiático continua disposto a incentivar e apoiar as suas empresas a investir em

Angola, participar na construção dos parques industriais, infra-estruturas, agricultura, saúde, turismo, pesca, cultura e educação.

Desde a criação do fórum Sino-África, é visível os resultados da cooperação entre os dois países, com a construção de 2.800 quilómetros de linha férrea, 20.000 quilómetros de estradas, 100 escolas, 50 hospitais e 100.000 casas. Em relação ao Decreto Presidencial que limita o horário de actividade das empresas, adiantou que as firmas chinesas em Angola cumprem de forma rigorosa, estando todas elas temporariamente fechadas.

“Todo o pessoal fica de quarentena domiciliar. Por exemplo, a Cidade da China e o Kilamba Shopping também foram, temporariamente, fechados. Todos fazemos o uso da máscara, lavagem das mãos, uso de desinfetantes e medição da temperatura”, referiu.

O vice-presidente da Câmara de Comércio Angola - China afirmou que o vídeo posto a circular nas redes sociais são falsos e visa desacreditar as boas relações existentes entre os dois povos.

13.3 Covid-19: EUA dizem que África deve pedir alívio da dívida à China

Jornal de Angola
30 De Abril de 2020

O secretário de Estado norte-americano, Mike Pompeo, disse ontem que os Estados Unidos da América (EUA) são favoráveis ao alívio da dívida dos países africanos mais pobres, instando a que façam o mesmo apelo à China.

Questionado sobre o alívio da dívida, numa entrevista telefónica com correspondentes internacionais, Mike Pompeo afirmou que está a ser avaliado o “como e quando”. “Estamos constantemente a avaliar o como e quando. O G20 deu um bom primeiro passo, ao concordar com o alívio da dívida para os países de mais baixos rendimentos, apelando a que todos os países do grupo façam isso, bem como o G7 no que diz respeito à resposta à COVID-19”, declarou Pompeo.

O G20 propôs, na semana passada, uma suspensão dos pagamentos da dívida sobre os empréstimos bilaterais para os países mais endividados e com baixos rendimentos. “Congratulo-me com este apoio financeiro que está a ser dado aos países africanos de baixos rendimentos, no que diz respeito à suspensão da dívida, tanto em termos bilaterais, como dívida relativa aos países membros do G20, mas queria

também lembrar a toda a gente da grande quantidade de dívida que o Partido Comunista Chinês impôs aos países africanos e os países africanos também deveriam considerar isso”, realçou.

Mike Pompeo defendeu que os países africanos devem pedir à China um alívio da dívida contraída no âmbito de “acordos com termos extremamente onerosos” e que “vão ter impacto sobre os africanos durante muito tempo”, um alívio que “não está garantido”.

O chefe da diplomacia norte-americana considerou que a pandemia provocada pelo novo coronavírus vai obrigar a “reajustamentos financeiros” e acrescentou que as equipas dos EUA “trabalham com instituições multilaterais” para ter a certeza de que avaliam bem todas as situações e respondem da melhor forma.

Recentemente, os ministros africanos das Finanças pediram aos credores internacionais a mobilização “urgente e imediata” de 100 mil milhões de dólares, dos quais 44 mil milhões serão utilizados para alívio da dívida de todos os países africanos. Se a crise continuar, os ministros africanos admitem que sejam necessários 50 mil milhões de dólares adicionais, para financiar a reconstrução em 2021, um valor que terá em consideração a suspensão do pagamento de juros.